

**A EVOLUÇÃO DA AMEAÇA TERRORISTA
NO DISCURSO POLÍTICO TRANSATLÂNTICO**

CATARINA SOFIA SAMPAIO JORGE ROLIM

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GLOBALIZAÇÃO E AMBIENTE**

VERSÃO CORRIGIDA E MELHORADA APÓS DEFESA PÚBLICA

OUTUBRO, 2015

**A evolução da ameaça terrorista
no discurso político transatlântico**

Catarina Sofia Sampaio Jorge Rolim

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em
Globalização e Ambiente**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Outubro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O(A) candidato(a),

Lisboa, 15 de outubro de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, 15 de outubro de 2015

AGRADECIMENTOS

“Geralmente, quando se trabalha numa tese, só se pensa no momento em que ela estará terminada: sonha-se com as férias que se seguirão. Mas se o trabalho for bem feito, normalmente, depois da tese, verificar-se-á a irrupção de um grande frenesim de trabalho. Deseja-se aprofundar todos os pontos que foram negligenciados, perseguir ideias que nos vieram ao espírito mas que tivemos de suprimir, ler outros livros, escrever ensaios. E isto é sinal de que a tese vos activou o metabolismo intelectual, que foi uma experiência positiva. (...) No fundo, terá sido a primeira vez que fizeram um trabalho científico sério e rigoroso, e isso não é uma experiência de somenos importância.”

Umberto Eco descreve, neste excerto da conclusão de “Como se faz uma tese em ciências humanas”, o sentimento subjacente a terminar uma dissertação. Se cheguei ao final desta etapa a experienciar esse sentimento de realização e o desejo de continuar, devo-o a um conjunto de pessoas com o qual sempre pude contar. Pelo vosso apoio, das mais diversas maneiras, o meu franco agradecimento.

À minha orientadora, a professora Ana Santos Pinto, que me despertou o interesse académico nesta área, me entendeu e desafiou sempre no momento certo, e me transmitiu os melhores conselhos a seguir naquela que é uma fase de provação.

À minha família, principalmente, aos meus avós, aos meus pais e irmão, que se mostraram sempre compreensivos com a minha presença mental a meio tempo durante mais de um ano e, mesmo assim, nunca deixaram de mostrar o seu apoio incondicional.

Aos meus amigos, entre eles a Andreia Martins e o Pedro Dias, que sempre me entusiasmaram a continuar, à Mariana Martinho e à Susana Cigano, que provam que as mais fortes amizades anulam a distância, à Joana Marques, pelo carinho, paciência e força inesgotáveis até nas ocasiões mais tensas, e à Teresa Manso, pelo apoio, cumplicidade e paz imprescindíveis em todos os momentos.

Obrigada.

A EVOLUÇÃO DA AMEAÇA TERRORISTA NO DISCURSO POLÍTICO TRANSATLÂNTICO

CATARINA SOFIA SAMPAIO JORGE ROLIM

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: terrorismo, securitização, análise de discurso, contexto transatlântico, ameaça, discurso político

Este estudo analisa a evolução da narrativa política transatlântica sobre a ameaça terrorista radical islâmica. A interpretação do terrorismo islamista como uma das principais ameaças contemporâneas tem vindo a ser construída ao longo do tempo. Não só o próprio fenómeno se tem vindo a alterar como a também a narrativa que lhe está associada. A data de 11 de setembro de 2001 é considerada um ponto de viragem na abordagem elaborada pelo mundo ocidental, e marca o ponto de partida desta análise. A hipótese avançada considera que, nos 14 anos seguintes, o terrorismo islamista se tornou uma ameaça prioritária e existencial, o que equivale a afirmar que se tornou uma ameaça securitizada. O processo de securitização ilustra a deslocação de um fenómeno da esfera da gestão política para a gestão securitária, que supõe um estado de exceção e a implementação de medidas extraordinárias. Essa alteração tem início numa dimensão discursiva, nomeadamente, de âmbito político, por corresponder ao ator responsável pela garantia de segurança da população, e da opinião pública depender a sua legitimidade. O contexto transatlântico analisado compõe-se por quatro atores estatais, Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e França, e dois institucionais, a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte. De forma complementar à análise, são expostos os antecedentes de cada um dos atores no que toca à sua experiência com a ameaça terrorista. É também apresentada uma síntese da evolução do conceito de terrorismo e do método islamista, com ênfase na trajetória do grupo al-Qaeda. O objetivo do estudo é alcançado pela análise crítica da narrativa transatlântica, reunindo comunicações de reação a atentados, com discursos anuais generalistas, e documentos de orientação estratégica sobre segurança nacional e terrorismo em particular. A análise discursiva evidencia o contexto como fator decisivo para o posicionamento da ameaça terrorista islamista numa perspetiva politizada ou securitizada. A circunstância dos atentados despoleta o discurso securitário, cuja influência no contexto transatlântico difere de Estado para Estado. Contudo, esse discurso não se mantém ao longo do tempo, revelando-se ritmos diferentes – europeu e norte-americano – no contexto transatlântico.

A EVOLUÇÃO DA AMEAÇA TERRORISTA NO DISCURSO POLÍTICO TRANSATLÂNTICO

CATARINA SOFIA SAMPAIO JORGE ROLIM

ABSTRACT

KEYWORDS: terrorism, securitization, discourse analysis, transatlantic context, threat, political discourse

This study analyses the evolution of the political transatlantic narrative on the radical Islamic terrorist threat. The interpretation of the islamist terrorism as one of the main contemporary threats has been built over time: not only the phenomenon itself has changed but also has the narrative associated with it. September 11th 2001 is considered a turning point of the western world approach and therefore marks the beginning of this analysis. The hypothesis put forward considers that, on the 14 years that followed, islamist terrorism became an existential and primary threat, which is to say is became a securitized threat. The process of securitization, which illustrates the shift of a phenomenon from the politics management to the security management, supposes a state of exception and the employment of extraordinary measures. This change arises on a discursive dimension, namely that of political scope, seeing as it belongs to the actor responsible for the population's warranty of safety and its validity depends on the public opinion. The transatlantic context that was studied is made up of four state actors (the United States of America, Spain, the United Kingdom and France) and two institutional actors (the European Union and the North Atlantic Treaty Organization). Complementary to the analysis are exposed each actor's antecedents in regards to their experience with the terrorist threat. A synthesis of the evolution of the concept of terrorism and its Islamic method is also presented, highlighting the al-Qaeda group. The purpose of this study is reached by the critical analysis of the transatlantic narrative, assembling together reaction declarations to attacks and general annual speeches, as well as strategic orientation documents regarding national security and, specifically, terrorism. This discursive analysis emphasizes context as the decisive factor for placing an islamist threat on a more politicized or securitized perspective. The circumstances in which the attacks take place trigger the security discourse, the influence of which differs from state to state in the transatlantic context. However, this type of discourse does not remain over time, exposing different rhythms – the European and the North American – in the transatlantic setting.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Um estudo securitário	1
O discurso em análise	2
A estrutura do trabalho	5
CAPÍTULO I	7
I. 1. A Teoria da Securitização	7
I. 2. A Análise Crítica de Discurso	15
Abordagem metodológica	19
CAPÍTULO II.....	21
II. 1. A evolução do conceito de terrorismo	23
II. 2. Enquadramento contextual da ameaça terrorista.	31
Antecedentes no mundo ocidental	31
A ameaça terrorista islamista	39
Abordagem metodológica – conclusão.....	48
CAPÍTULO III.....	49
III. 1. Atores Estatais	51
Três atentados: 11/09, 11/03, 7/07	52
De 2002 a 2006	57
De 2007 a 2014	67
O ano de 2015	76
III. 2. Atores Institucionais.....	79
União Europeia	79
Organização do Tratado do Atlântico Norte	84
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA	97

INTRODUÇÃO

Os atentados de 11 de setembro de 2001 marcaram de maneira irreversível a forma como é encarado o fenómeno do terrorismo dito islâmico. Apesar dos Estados Unidos da América (EUA) já virem a ser alvo de grupos terroristas como al-Qaeda desde os anos 90, a imprevisibilidade e o impacto dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, em Nova Iorque e Washington, provaram a potencialidade de uma ameaça sobre a qual ainda pouco se sabia. O choque pela aparente falha na segurança norte-americana, a revolta pelas quase três mil vítimas mortais (9-11 Commission, 2004: 311) e a necessidade de dar uma resposta então exigida por grande parte do dito mundo ocidental, levaram à tomada de posições e respetivas narrativas políticas. Os discursos justificativos das conseqüentes medidas securitárias, como as levadas a cabo pela União Europeia (UE) no que toca ao controlo migratório, e as intervenções militares armadas, como a “Guerra ao Terror” empreendida pelos EUA, revelam-se objetos pertinentes para analisar como o mundo ocidental encarou e geriu aquela que tem sido considerada, em relatórios de entidades como o National Intelligence Council e o World Economic Forum, uma das ameaças prioritárias da atualidade. É, por isso, objetivo deste estudo analisar, em dois sentidos, o discurso político na dimensão securitizada¹ especificamente ligada ao conceito do terrorismo islâmico. Por um lado, pretende-se observar um sentido evolutivo na análise dos últimos 14 anos, em que a data de 11 de setembro de 2001 é o ponto de partida e o ataque terrorista de 7 de janeiro de 2015, em Paris, o ponto de chegada. Por outro lado, essa análise permite também proceder a uma comparação entre as abordagens norte-americana e europeia, entre outros produtores de discurso político securitário.

Um estudo securitário

A abordagem deste estudo parte dos conceitos de *securitization* e *security*, conforme desenvolvidos pela Escola de Copenhaga de Estudos de Segurança. Barry Buzan, Ole

¹ Securitizada, de securitização, tradução do termo em inglês *securitization*. Enquanto o termo *safety* em inglês é sinónimo de *segurança* em português, *security* não tem um termo correspondente que seja distinto desse. Assim, *segurança* equivale neste trabalho ao termo *security*.

Wæver e Jaap de Wilde demarcam-se do tradicional quadro conceptual ligado à segurança, propondo uma abordagem setorial que vai além da dimensão militar. Nessa dimensão, segurança estava diretamente relacionada com sobrevivência e, por isso, com medidas extraordinárias para lidar com ameaças existenciais. A Escola de Copenhaga alarga o conceito de securitização, encarando-o como uma forma extrema de politização (Buzan, Weaver e Wilde, 1998: 23), dependendo do que é definido e aceite como «ameaça existencial». Neste sentido, a securitização corresponde a um ato de discurso: um agente «securitizador» toma um assunto como sendo prioritário face a outros, apresenta-o como uma ameaça (normalmente, para o Estado), legitimando o carácter excepcional das medidas a tomar. Após esta construção narrativa, é necessário que a audiência (consequentemente, a população desse Estado) aceite a ameaça e, por fim, que as medidas sejam praticadas. Apesar de um necessário enquadramento contextual, a análise deste estudo recai menos nas ameaças e mais no processo de construção de um entendimento partilhado do que é considerado e coletivamente respondido enquanto ameaça.

Se se observar uma ameaça comum a mais do que um Estado, então, ao mover este modelo do nível nacional para o nível regional e transnacional, a audiência que encara e aceita a ameaça aumenta em número e, principalmente, em grau de complexidade: distinguem-se as diferentes formas que diferentes Estados têm de experienciar segurança e insegurança (Buzan, 1983: 49). Identificam-se padrões de partilha de significados, formando comunidades securitárias, um tipo específico de comunidades de práticas, ambos conceitos abordados no âmbito da teoria de securitização.

O discurso em análise

Seguindo a sugestão da Escola de Copenhaga, não é finalidade desta dissertação estudar a ameaça, mas sim o discurso que a constrói; contudo, é essencial delimitar o fenómeno subjacente ao conceito de «ameaça terrorista», de modo a justificar o discurso e atores securitários selecionados. Como já mencionado, o tipo de terrorismo aqui referido restringe-se ao chamado radicalismo ou extremismo islâmico. Um enquadramento do Islão e radicalismo revela-se importante, bem como uma necessária explicitação de conceitos.

Após o 11 de setembro, saltam à memória, pelo menos, três outras datas: 11 de março de 2004, sete de julho de 2005, e, mais recentemente, sete de janeiro de 2015. Nova Iorque/Washington, Madrid, Londres, Paris: reclamados ou alegadamente realizados por radicais islâmicos, individuais ou com ligações à al-Qaeda, cinco ataques (entre outros) tiveram lugar em capitais europeias e importantes cidades norte-americanas. Já no Médio Oriente, no decorrer da Guerra Civil da Síria (2011- presente), o autoproclamado Estado Islâmico tomou controlo de grande parte do território iraquiano e sírio, de onde as notícias de decapitações, entre outras formas de violência, crescem em frequência.

Estes estão entre os principais grupos, juntamente com exemplos de atividades criminosas, sobre os quais alguns países e organizações internacionais se têm expressado em documentos como listas de organizações terroristas. O terrorismo – incluindo o terrorismo islamista – não é um fenómeno novo, mas o impacto do 11 de setembro de 2001 foi tal que até a denominação de um tipo de «novo terrorismo» ganhou verdadeira expressão no debate público e académico. Sem ser objetivo deste estudo verificar essa distinção, mas servindo-se dessa e de outras razões para utilizar a histórica data, a seleção de discursos para análise tem início com o 11 de setembro de 2001.

Conforme a dimensão temporal, também a delimitação espacial do estudo assenta em acontecimentos selecionados, sendo aqui incontornável a realidade transnacional. O fenómeno do terrorismo, pela sua natureza e pelo ambiente viral proporcionado pela globalização, tem-se tornado, precisamente, global. Além disso, e recuperando a já mencionada teoria das comunidades securitárias, os Estados estão interligados não só por alianças mas principalmente por construção partilhada de significados. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a UE são exemplos de comunidades securitárias, e correspondem aos dois atores institucionais cujo discurso é analisado neste estudo. A par dos EUA – que constituem, por si só, um caso absolutamente inconfundível na construção da ameaça terrorista islamista –, também Espanha, Reino Unido e França, pelos ataques referidos, são atores selecionados para análise discursiva, num âmbito comparativo.

Face ao exposto, coloca-se a seguinte questão: como evolui a narrativa sobre a ameaça terrorista islamista no contexto do discurso político transatlântico? Torna-se

pertinente esclarecer três elementos contidos nesta pergunta de partida e, para isso, responder às seguintes três questões:

1. Como analisar discurso político sobre narrativa securitária?
2. O que se entende por ameaça terrorista islamista?
3. Qual é o âmbito transatlântico considerado?

A possibilidade de resposta resulta da análise de um conjunto de variáveis: dependente, na qual se centra a análise; independente, que influencia o comportamento da dependente; e moderadora, que causa mudanças de comportamento na dependente. As variáveis neste estudo estão diretamente associadas às questões anteriores:

- variável independente, correspondendo ao terrorismo islamista;
- variável dependente, correspondendo à narrativa política;
- variável moderadora, correspondente ao contexto.

A hipótese avançada considera que a ameaça terrorista se tornou uma ameaça securitizada, ou seja, passou da esfera da gestão política para a gestão securitária, por ser considerada, discursivamente, uma ameaça existencial. Como se irá observar ainda antes da análise, essa hipótese alinha-se com uma tendência já verificada desde a década de 90, quando o terrorismo deixou de ocupar um lugar marginal para passar a ser o aspeto central da agenda securitária (Buzan, 2009: 231). Numa perspetiva antecedente, enquanto a preocupação europeia sobre o terrorismo se relaciona principalmente com movimentos internos (como o *Irish Republican Army*, da Irlanda do Norte, e a *Euskadi Ta Askatasuna*, do País Basco, Espanha), o apoio norte-americano a Israel tem provocado uma concentração de esforços securitários na vulnerabilidade das instalações dos EUA no Médio Oriente, bem como a promoção de medidas contra o terrorismo internacional (Wilkinson, 2009: 132).

Os produtos de narrativa com implicações securitárias selecionados restringem-se à esfera política: por um lado, discursos de chefes de Estado e de Governo em situações específicas do exercício das suas funções, nomeadamente, na reação a ataques terroristas decorridos no seu território e no exterior (no conjunto dos países selecionados), e em momento de balanço anual; por outro, documentos político-

-estratégicos oficiais de organismos governamentais e não-governamentais. O alargamento da análise a documentos que não discursos procurou ultrapassar algumas limitações verificadas na recolha dos textos: por um lado, apesar de se conseguir um padrão de recolha que garante o melhor equilíbrio possível entre atores discursivos, essas intervenções ocorrem de forma incontornavelmente diversa, sobretudo a nível do conteúdo dos textos, mais e menos densos, com maior ou menor variedade de assuntos, e mais ou menos espaço para uma abordagem detalhada dos mesmos; por outro lado, o acesso a textos de antigos chefes de Governo e de Estado revelou-se por vezes um obstáculo intransponível, pela inexistência ou ausência de manutenção de arquivos *online* pelos atuais Executivos e Presidências. Os documentos político-estratégicos funcionam como complemento aos discursos, não deixando de revelar, também eles, as diferenças entre os atores discursivos. Contudo, o que importa reter é que as especificidades nacionais que os distinguem não põem em causa a sua capacidade representativa: identifica-se um denominador comum, que é a narrativa transatlântica.

O modelo utilizado segue a Análise Crítica de Discurso – *Critical Discourse Analysis* – aplicada à especificidade do discurso político. Norman Fairclough, da Escola de Linguística de Lancaster, começou por desenvolver as relações entre linguagem e poder (em *Language and Power*, de 1989) e a forma como as estruturas de discurso são determinadas pelas mudanças nas relações de poder a nível das instituições sociais – poder, a este nível, como a capacidade de controlar ordens de discurso ideologicamente (Fairclough, 1989: 30). O discurso é, resumidamente, encarado como uma prática social e, por isso, a Análise Crítica de Discurso implica três dimensões: a descrição, a interpretação e a explicação, abordando não só texto mas contexto.

A estrutura do trabalho

O Capítulo I apresenta as teorias orientadoras do estudo, justificando a pertinência do tema e demonstrando a abordagem adotada. É nesse momento que se apresentam os conceitos de ameaça e de segurança no âmbito da Teoria da Securitização, bem como se explicita qual o modelo de análise do discurso político, a partir da Análise Crítica de Discurso. O contributo de vários outros autores e correspondentes conceitos e críticas às

teorias selecionadas constituem a revisão bibliográfica relevante para o estudo, situando-o no debate sobre a temática.

Ao analisar a evolução do conceito do terrorismo, conforme percebido pelo chamado “mundo ocidental”, observa-se a formação de representações coletivas, que ilustram autênticas comunidades de práticas e, dessa forma, fundamentam o contexto transatlântico que delimita geograficamente a investigação. Esta síntese faz-se, primeiro, do ponto de vista histórico-militar e, depois, a partir dos antecedentes dos seis atores selecionados, e da sua experiência com o fenómeno do terrorismo (até setembro de 2001). A evolução do conceito do terrorismo restringe o enquadramento da ameaça em análise, neste caso, terrorista e, mais especificamente, de inspiração islâmica radical, ou islamista. Apresenta-se um breve contexto dessa ameaça terrorista, situando os quatro atentados selecionados, descrevendo de forma breve, a transição do grupo al-Qaeda para o autodenominado Estado Islâmico, a partir de correspondência entre líderes terroristas islamistas. Desta forma se conclui o Capítulo II, que diz respeito, portanto, ao contexto.

O Capítulo III, da análise discursiva propriamente dita, dedica uma primeira parte aos atores estatais e uma segunda aos institucionais. Escolheram-se três situações distintas para análise: o momento dos discursos de reação a atentados; o momento dos discursos de balanço, normalmente anuais; e, ainda, a publicação de documentos político-estratégicos, correspondendo às Estratégias de Segurança Nacional em geral e de Contraterrorismo em particular. O resultado da recolha e análise de cerca de quase 150 documentos, entre setembro de 2001 e setembro de 2015 é debatido na Conclusão.

CAPÍTULO I

Neste primeiro capítulo são expostas as duas teorias orientadoras do estudo: a Teoria de Securitização, da Escola de Estudos Securitários de Copenhaga, e a Análise Crítica de Discurso, desenvolvida pela Escola de Linguística de Lancaster.

A Escola de Copenhaga oferece a abordagem designada para este trabalho: a noção de segurança decorre da construção narrativa de ameaça. Esta teoria resulta do alargamento da perspetiva tradicional da segurança, associada à esfera militar, e além de incluir outros setores na análise dos estados de segurança e insegurança, evidencia a importância da dimensão social e discursiva na perceção das ameaças.

Partindo desta base conceptual, a Análise Crítica de Discurso mostra-se uma ferramenta complementar para a escolha do estudo securitário. Fornece os critérios necessários para o estudo do objeto selecionado – o discurso –, especificamente na vertente política, proporcionando um encontro pertinente entre poder e linguagem.

1. A Teoria de Securitização

Segurança, a par da liberdade, é considerada um dos direitos humanos fundamentais. Como tal, trata-se de um conceito absolutamente subjetivo, se se quiser clarificar o que significa «sentir-se seguro», e a que custo. Se a sensação de segurança for essencial para a sensação de liberdade, então é igualmente a sua maior condicionante. Por um lado, considere-se a «liberdade de medo»² (United Nations Development Programme, 1994), a liberdade para não ter medo, não se sentir em perigo, para se sentir protegido. Desta forma, admite-se o medo, o perigo, a ameaça, a insegurança como fatores reais para regular o grau de liberdade. Por outro lado, considere-se o controlo da realidade que se apresenta necessário para a dissipação dessa sensação de insegurança e que, conseqüentemente, condiciona o grau de liberdade – quer da suposta ameaça, como da

² Liberdade de medo (*freedom from fear*) foi primeiramente referida pelo Presidente Franklin Roosevelt no Discurso do Estado da União de 1941, e surgiu no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994, a ONU lembrou a «liberdade face ao medo» na génese da segurança humana (*human security*).

sua vítima. Concluir-se-ia que segurança e liberdade, num mundo em que se multiplicam ameaças, apresentam maiores incompatibilidades do que complementaridades.

Seguindo este exemplo de raciocínio, pode-se encarar a segurança como uma sensação presente/real ou futura, ou seja, como um estado a manter ou atingir. Mas a segurança também pode ser encarada como um processo. Nesse sentido, a segurança apresenta-se como um meio para um fim, no qual o objetivo é a ausência de insegurança (ou a percepção dessa ausência). Da mesma forma, a sensação de insegurança é um estado que se procura contrariar. Trata-se de processos muito semelhantes na sua lógica: algo/alguém é produtor, e algo/alguém é vítima desse estado, criando-se percepções a partir de determinados fenômenos.

Bellamy (2004: 47-48) enumera quatro componentes a identificar no processo de securitização:

- quem ou o que é que vai ser securitizado, e porquê;
- a ameaça, identificada por uma figura com autoridade (geralmente, líderes políticos), passando pela vilificação do Outro;
- o agente mais eficiente para lidar com a ameaça;
- o conjunto de ações apropriadas.

A segurança enquanto prática, isto é, tornar ou manter seguro, está tradicionalmente ligada ao conceito de defesa e, por isso, à área militar. Nessa abordagem, a predominante até ao final da Guerra Fria, o Estado é simultaneamente o alvo a ser securitizado, a autoridade que identifica (os outros Estados como sendo) a ameaça e o agente promotor da segurança. Completando a enumeração sugerida, o conjunto de ações apropriadas passava sobretudo pelo uso da força militar.

Ainda antes do fim da era bipolar, um grupo de académicos procurou alargar a questão da segurança a outros setores para além do militar. É relativamente fácil pensar em insegurança num período de guerra (âmbito militar), e equivaler segurança a um estado de paz. O desafio estava precisamente em identificar esses estados, fora do

período de guerra, noutros setores: político, social, económico e ambiental. Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde constituem esse grupo de académicos que formou, aquando da publicação de *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations* em 1983, a chamada Escola de Copenhaga de Estudos de Segurança. Buzan propôs-se a desenvolver o conceito de segurança a partir de duas questões: qual o objeto de referência de segurança, e quais as condições necessárias para securitização. O Estado – o objeto de referência –, além de alvo de insegurança e promotor de segurança a nível nacional, é simultaneamente promotor de ameaça a nível internacional, tendo em conta o Dilema da Segurança (*security dilemma*, desenvolvido por John Hertz em 1951), espelho da Guerra Fria: independentemente da sua intenção e dos resultados, o aumento de segurança para um Estado leva ao aumento de insegurança para outro Estado, verificando-se uma escalada de tensão no que toca ao reforço de armamento, por exemplo.

Este modelo demonstra a centralidade que o Estado ocupava na investigação. Para aprofundar o estudo sobre a segurança nacional, o tema principal do livro fundador da Escola de Copenhaga, Buzan identifica os componentes essenciais do Estado: uma base física, composta pelo território e pela população; uma clara expressão institucional, através de organismos definidos, que transmite a soberania; e uma ideia de Estado, suficientemente forte na mente da população. Este último componente é o que fornece uma base segura ao Estado como um todo (Buzan, 2009: 49).

Observa-se, assim, que a ideia de Estado se constrói de forma intersubjetiva, na relação entre poder político e população, e destes com os outros Estados. A aceitação do Estado enquanto autoridade máxima para lidar com ameaças, assim como a perceção do Estado (no conjunto dos seus componentes) enquanto objeto de ameaças, ilustram a força dessa ideia. Da força da ideia de Estado está dependente a capacidade de justificação de ações políticas, pois é necessário que a noção de segurança nacional se distinga claramente de interesses particulares do Governo. Dessa forma, independentemente das intenções ou consequências, quando a segurança nacional é invocada, as ações políticas em prol dessa segurança estão automaticamente legitimadas (Buzan, 2009: 7), no caso de uma consolidada ideia de Estado.

Esta teoria de que o coração do Estado reside na ideia que está na mente da população, tornando-se, essa ideia, um objeto de segurança nacional (Buzan, 2009: 39)

é pertinente para entender a construção da percepção de segurança e insegurança, não só ao nível nacional como internacional. A variedade de objetos de referência multiplica-se quando se avança de um nível para o outro e, da mesma forma, a noção de segurança torna-se mais ambígua. Identificam-se, contudo, padrões de semelhanças nas percepções entre Estados, sobretudo pela proximidade geográfica (maior o grau da ameaça quanto mais próxima). Foi em 1998, com *Security: a new framework for analysis*, que os académicos da Escola de Copenhaga identificaram aquilo a que chamaram complexos securitários, grupos de Estados cujas principais preocupações securitárias ligam-se de tal forma que a segurança nacional de cada um não é totalmente independente dos outros (Buzan, Wæver e Wilde, 1998: 12; Buzan, 1983: 106). Três componentes formam a estrutura essencial destes complexos: a organização dos Estados e as diferenças entre eles; os padrões de amizade e inimizade; e a distribuição de poder entre os Estados principais (Buzan, Wæver e Wilde, 1998: 13).

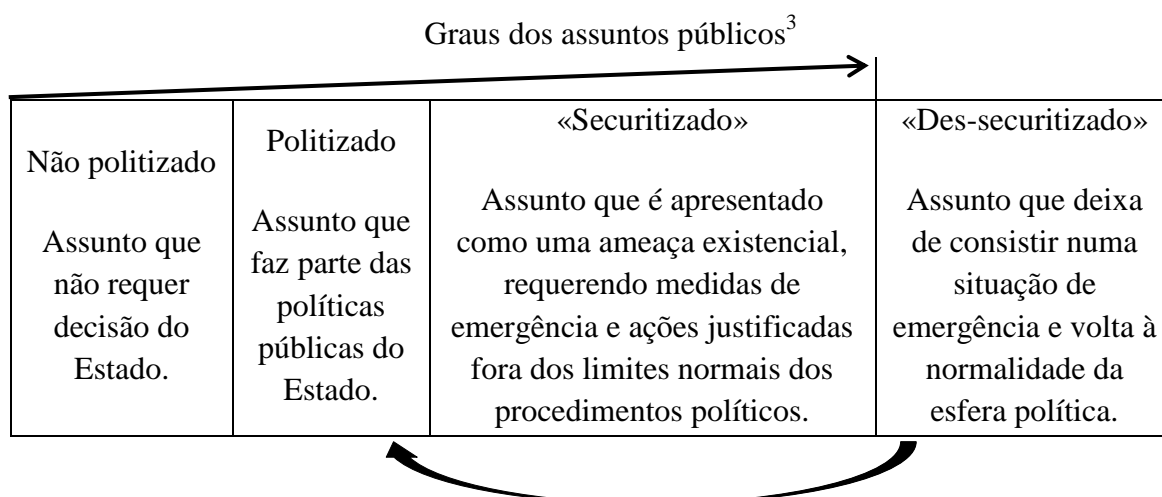
A Teoria dos Complexos Regionais Securitários continuaria a ser desenvolvida, nomeadamente, em *Regions and Powers: the Structure of International Security*, de 2003, por Buzan e Wæver. Os investigadores esclareceriam que estas regiões são socialmente construídas no sentido em que são contingentes na prática e discurso securitário dos atores dos vários Estados envolvidos (Buzan e Wæver, 2006: 48).

Para se entender a importância destas relações regionais, é conveniente deter-se brevemente no processo de representação coletiva. Em *Sociologia da Comunicação* (2011), João Pissarra Esteves estabelece que as representações coletivas não só dizem respeito ao objeto percecionado como também ao modo de percecionar, definindo-as enquanto “o modo como os indivíduos veem o mundo envolvente (a começar pela sua própria sociedade), veem a sua relação com esse mundo e, em última análise, se veem a si mesmos como pessoas (e membros de uma dada comunidade)” (Esteves, 2011: 65). Grupos de pessoas com a mesma opinião que estão informal e contextualmente ligadas por um interesse partilhado em aprender e aplicar uma prática comum (Adler, 2008: 196) constitui, de facto, um tipo de comunidade – comunidades de práticas (*communities of practices*), o conceito desenvolvido por Etienne Wenger nos anos 90. Traduz-se por uma prática partilhada que demonstra o conhecimento que a comunidade desenvolve, partilha e mantém, e cujas relações entre pessoas se caracterizam pelo compromisso mútuo e utilização de um repertório de recursos comuns, tais como

rotinas, sensibilidades e discursos (Wenger *apud* Adler, 2008: 199). Neste contexto, “ser capaz de negociar e reificar significados com sucesso constitui uma das mais altas formas de poder” (Adler, 2008: 200).

Esta asserção é especialmente relevante no tipo de comunidades de práticas que se constituem enquanto comunidades securitárias, conceito originalmente desenvolvido por Karl Deutsch em 1950. Um dos aspetos distintivos deste tipo de comunidades é a “subjetividade do auto controlo” (Adler, 2008), relacionada com a “garantia de que os membros daquela comunidade não irão lutar entre si fisicamente mas irão resolver as suas disputas de outra forma” (Deutsch *apud* Bellamy, 2004: 6), o que descreve a existência da OTAN. Com o final da Guerra Fria e o desaparecimento de inimigos militares assumidos, “um novo objetivo não inscrito no Tratado passou a preencher progressivamente este vazio: a manutenção da paz na zona Euro-Atlântica” (Teixeira Fernandes, 2002: 303). Pertencer a uma comunidade securitária significa que os membros procuram legitimidade para as suas ações, além de esta lhes indicar “quem «eles» são, o que é que «eles» estão a fazer, e se «eles» constituem ou não um problema” (Bellamy, 2004: 9).

Torna-se pertinente neste momento regressar a *Security: a new framework for analysis*, a principal obra conceptual do grupo, que decorre do alargamento setorial anteriormente desenvolvido. Com o fim da Guerra Fria e do mundo bipolar, os autores sentiram necessidade de atualizar os estudos anteriores acerca da ampliação setorial da agenda securitária, na base de um mapa reconfigurado de regiões securitárias. Como já referido anteriormente, o início do processo de securitização coloca-se ao nível do decisor político; contudo, um assunto politizado não equivale necessariamente a um assunto «securitizado», já que o segundo deve ser encarado como uma versão extrema do anterior.



Os critérios para a securitização de um assunto exigem a sua apresentação como sendo uma ameaça existencial, característica da qual decorre a necessidade e automática justificação de medidas de emergência e ações políticas que de outra forma não seriam levadas a cabo. A excecionalidade desta situação prevê o levantamento do estado de emergência, ou seja, a possibilidade de «des-securitizar» o assunto, que volta à esfera política regular.

A própria Escola de Copenhaga aborda esse conceito – «des-securitização» –, avançando que uma forma de o fazer é “manter a resposta de forma a não gerar dilemas securitários ou outras espirais viciadas” (Wæver *apud* Roe, 2004: 284). Muito pode ser questionado no eventual processo de «des-securitização»: se é possível ou viável; se é benéfico para a ideia de segurança e insegurança da população e do Estado; que influência a supressão de medidas extraordinárias tem no desenvolvimento da ameaça, entre muitas outras questões. São tantos os autores que se debruçam sobre a temática da securitização como sobre o seu conceito contrário; um comentário que se pode destacar relaciona-se com a partilha de significados referida anteriormente neste capítulo. Se a oposição nós-eles em termos securitários tem o efeito que se traduz por “um inimigo une a sociedade do Estado liberal funcionalmente fragmentada” (Roe, 2004: 283-284), então “a «des-securitização» desfaz a política que identifica a comunidade com base nas expectativas de hostilidade” (Huysmans *apud* Roe, 2004: 284). Não se desenvolvendo, neste estudo, a possibilidade de «des-securitização», lança-se uma hipótese de cenário

³ Tabela formulada pela autora, com base em Buzan, Wæver e Wilde, 1998: 4, 23.

de perda de significado partilhado com eventuais consequências para as comunidades de práticas securitárias, constituindo este um ponto de partida sobre esse conceito.

Anteriormente foram elencadas as componentes do processo de segurança: o objeto de securitização, a ameaça, o agente para lidar com a mesma, e os meios. Com base na descrição da obra de carácter construtivista da Escola de Copenhaga, entende-se a construção dessa percepção através da narrativa. Esta retórica política não é, contudo, suficiente para a construção da percepção, pois o ato «securitizador» exige a negociação da ameaça com a audiência, normalmente, a população. A aceitação de medidas que noutra situação não seriam aceites é o passo seguinte no processo de securitização, concluindo a construção da percepção. Segue-se a efetiva concretização das medidas extraordinárias e, posteriormente, a análise dos efeitos dessas medidas a nível regional ou mesmo global.

Podem identificar-se, assim, três passos no processo de securitização ou três *securitizing moves*: exposição da ameaça, aceitação da ameaça e emprego das medidas. Este estudo concentra-se no primeiro passo, mas não deixa de ser interessante observar a dinâmica com a audiência e o processo comunicacional que aí se produz – em última instância, está-se perante a formação da opinião pública.

João Pissarra Esteves aborda a função política e dimensão ético-moral do espaço público, afirmando que a opinião pública “(...) como expressão direta do espaço público e em nome da sociedade civil, toma posição perante o poder político do Estado como sua instância de vigilância, de controlo e de orientação: dele pode reclamar um exercício de dominação legítima, isto é, numa base ético-moral” (Esteves, 2011: 186). Naturalmente, a opinião pública não se forma apenas com base no discurso político: essa é apenas uma das fontes e a que está em análise neste estudo.

O carácter distinto deste processo, conforme referem os autores, é a estrutura retórica do discurso securitário, que decorre da prioridade atribuída ao fenómeno de natureza «ameaça existencial», relativamente a outros fenómenos. Uma vez que o que importa analisar é a construção da percepção sobre o fenómeno, e não avaliar a perigosidade do fenómeno em si, o processo de securitização apoia-se primeiramente no ato do discurso (Buzan 1998: 26). É este o aspeto distintivo da Teoria de Securitização. A análise desse *securitizing move* constitui o estudo proposto neste trabalho.

A abordagem da segurança pela Escola de Copenhaga é, como qualquer teoria, suscetível a críticas.

Olav Knudsen, por exemplo, critica a ênfase no subjetivo que resulta numa conceção enganosa de ameaça, afirmando que “as ameaças têm de ser tratadas tanto em termos de percepção como em termos dos fenómenos que são percebidos como ameaça” (Knudsen, 2001: 360). A subjetividade inerente à percepção da ameaça é o que reconhece a relevância da securitização; convencer uma dada audiência sobre a perigosidade de uma ameaça dada como certa e apresentada como prioritária joga muito mais com as percepções da audiência do que com a realidade da ameaça em si (influenciando essas mesmas percepções). Observar uma parte do processo securitário ou *securitizing move* – resumindo a tarefa deste estudo – é, precisamente, observar como a ameaça é percecionada pelo poder político e como este pretende que a população a percecione. Isto não significa que se esteja a abordar a ameaça na realidade: aborda-se aquilo que audiência e poder político estão dispostos a encarar. Tal como o próprio autor da crítica afirma (Knudsen, 2001: 359), uma ideia-chave da securitização é que o fundamento de qualquer política de segurança não é definido por natureza mas escolhido por políticos e decisores que têm interesse em defini-la daquela forma.

Considerando que “o Estado é o instrumento de organização potencialmente mais eficaz numa gama quase ilimitada de objetivos” (Knudsen, 2001: 363), entre os quais, a segurança, pode encarar-se a crítica de Matt McDonald sobre o foco nos líderes políticos enquanto atores securitizadores. Este autor demonstra (McDonald, 2008: 10) que o processo de securitização se pode fazer a partir de representações visuais, como reportagens televisivas ou exposições de fotografia. De facto, podem ser vários os agentes produtores de narrativa securitária, mas é o poder político o agente produtor de segurança. Dessa forma, não se trata de considerar a narrativa política como a mais importante na construção do contexto securitário, ou seja, não quer dizer que a população seja mais influenciada por discursos políticos do que, por exemplo, pelo que lhe é transmitido pelos media. Trata-se, em vez disso, da necessidade que o poder político tem de justificar as medidas de exceção que pretende empreender: é o ator que necessita dessa legitimação e, por isso, a análise da narrativa securitária do poder político é a que tem ênfase neste estudo.

A crítica mais geral de McDonald relaciona-se com a perspectiva de uma teoria algo limitada, por exemplo, no que toca ao contexto: “ao desenvolver um enquadramento universal para a designação ou construção da ameaça através de atos de discurso, a Escola de Copenhaga, em última análise, diminui a importância de fatores contextuais – tais como narrativas dominantes de identidade – que condicionam tanto padrões de securitização como a construção mais ampla de segurança” (McDonald, 2008: 14). Neste estudo reconhece-se a importância do contexto do ato do discurso, por isso, não só se identifica um conjunto de atores que partilham significados identitários no que toca à segurança individual e coletiva, no seio do qual se comparam os atos de discurso, como também se irá traçar de forma breve, no capítulo seguinte, um retrato dos antecedentes dos atores selecionados, relacionado com a sua experiência na ameaça em questão, contribuindo para um estudo mais completo. O contexto é um dos elementos essenciais da Análise Crítica de Discurso, teoria da qual deriva a metodologia elaborada, como se irá observar seguidamente.

2. A Análise Crítica de Discurso

A Análise Crítica de Discurso – *Critical Discourse Analysis* (CDA) - tem vindo a ser desenvolvida pela Escola de Linguística de Lancaster, nomeadamente por Norman Fairclough. Para o académico, a linguagem é a mais comum das formas de comportamento social e é, por isso, o reflexo das relações de poder, tal como afirmou na obra de 1989 *Language and Power*. O poder é considerado como a capacidade para impor e manter um tipo de domínio estruturado sobre outros, aspeto que está de acordo com o *securitizing move* da imposição da ameaça pelo discurso político (entre outros discursos).

O Estudo Crítico da Linguagem, do qual o autor parte para chegar à CDA, analisa as interações sociais focando-se nos seus elementos linguísticos, de modo a revelar conexões e efeitos menos visíveis. Estudar linguagem enquanto prática social – abordagem da CDA - significa estudar o discurso enquanto reflexo dos processos sociais, com a especificidade de a análise não se ficar pelas marcas linguísticas, mas sim considerar o contexto como fator essencial para análise dessas relações de poder. Fairclough (1996: 26) identifica três dimensões da CDA: descrição, ao nível formal;

interpretação, ao nível da interação; explicação, ao nível contextual. O sentido «crítico» que se aplica à análise relaciona-se com o estudo aprofundado ao ponto de revelar conexões escondidas, ao nível do discurso enquanto prática social de articulação e equilíbrio de poder.

Em *Methods of Critical Discourse Analysis*, obra de 2001 que reúne diversos académicos em torno da CDA, Ruth Wodak salienta três conceitos transversais presentes seja qual for a metodologia adotada na análise: poder, história e ideologia no que toca, respetivamente, ao exercício de dominação, à temporalidade indissociável da produção e interpretação dos discursos, e à autoridade que certos grupos possuem relativamente a outros. O carácter crítico da teoria passa por apreender os dados recolhidos através desta abordagem fortemente social.

A recolha de dados é, precisamente, a primeira de duas tarefas encaradas pela CDA, a par da análise dos dados. Contudo, estas fases decorrem de acordo com a *Grounded Theory* (Meyer, 2001: 18), segundo a qual a recolha de dados não é uma fase que tenha de ser terminada antes de a análise começar, mas que deve estar permanentemente em movimento. Após uma primeira recolha de dados, passa-se a uma também primeira análise, encontrando indicadores para conceitos em particular, expandindo conceitos em categorias e, com base nesses resultados, eventualmente recolher mais dados. Como neste estudo se faz a abordagem a um assunto específico, tem de ser feita antecipadamente uma seleção dos conceitos a identificar. Não existe uma metodologia única ou sequer consensual para a CDA, mas sim uma influência teórica diversificada, o que origina e permite a criação de métodos adaptados aos estudos em questão. Pelo facto de existir um objeto de estudo no conjunto de discursos analisados, e não o estudo dos discursos em si, construiu-se um método a partir dos exemplos de estrutura de Wodak e Fairclough, utilizando igualmente contribuições de métodos mais genéricos de Siegfried Jäger e Teun van Dijk.

O trabalho de Wodak com Mark Reisigl (2001: 27) referia-se a discurso discriminatório e racista. A sua estratégia de análise era constituída por quatro passos:

1. Estabelecer os conteúdos específicos (racismo, antissemitismo, nacionalismo, etnicismo);
2. Investigação das estratégias discursivas, incluindo argumentativas;

3. Examinar os meios linguísticos;
4. Examinar a relação dependente do contexto.

A estrutura proposta por Fairclough (2001: 28) vai ao encontro da utilizada por Wodak, caracterizando-se por uma abordagem orientada para um problema, cujo primeiro passo é identificar e descrever o problema social a ser analisado. O autor sugere primeiro uma análise estrutural do contexto e posteriormente uma análise interacional.

Van Dijk contribui precisamente para a noção de contexto, em *What is Political Discourse Analysis?*. Uma vez que não é possível alcançar uma observação totalmente objetiva do contexto, é pertinente encontrar uma forma de priorizar os seus aspetos identificáveis e, desse modo, estabelecer relevância. Com este objetivo, o investigador distingue dois modelos de contexto, o que corresponde a identificar o contexto do evento comunicativo em análise em dois níveis: a nível global, incluindo as estruturas sociais, políticas, culturais e históricas; ao nível local, a nível das propriedades imediatas da situação interacional, que é o que constrange a comunicação (participantes, domínio, ações, intenções, entre outros). Uma análise contextual da situação política demonstra que os políticos assumem que grande parte da população concorda com a mensagem implícita em metáforas. Os próprios constrangimentos ao discurso refletem o contexto político (Van Dijk, 2001: 40).

Na caracterização de discurso político, o tipo de discurso em análise neste trabalho, torna-se imperativo identificar primeiramente quais os autores deste discurso. Há outros autores deste tipo de discurso para além dos próprios líderes políticos (os media, por exemplo). Da mesma forma, nem sempre os líderes políticos falam politicamente, uma vez que nem sempre estão a exercer a sua função. É o contexto que se mostra, assim, decisivo para a delimitação do discurso político (Van Dijk, 2001: 14). A análise do discurso político permite identificar práticas políticas discursivas, assim como aceder ao contexto político escondido. Esta análise permite observar o lado simbólico: como os políticos, jornalistas e o público em geral pensam, falam e escrevem sobre esses assuntos, e qual a influência do discurso político nesse contexto (Van Dijk, 2001: 42).

Apesar de não ser objetivo definir o que é política, enumerar estruturas e processos do seu domínio pode auxiliar a posicionar o discurso, compreendendo a sua importância

como uma prática social específica. Ainda que o aspeto contextual se sobreponha ao aspeto linguístico na especificidade do tipo de discurso em análise, encontram-se nestes discursos alguns critérios comuns, constituindo uma estrutura padrão dos discursos políticos diretamente relacionada com a eficácia da sua estratégia. Os tópicos do discurso político combinam temas de vários domínios sociais com o domínio político, já que o discurso político é, muitas vezes, reflexivo. A narrativa costuma ser orientada para o futuro, normalmente mais positivo que o presente. É frequente a polarização «nós – eles», em que «nós» é positivo e «eles» é negativo. Este jogo semântico ocorre a nível reflexivo, por exemplo, enfatizando (Van Dijk, 2001: 28) «as nossas boas ações» face às «más ações» de um partido político oposto, em época de eleições. Fora da esfera política, a distinção «nós – eles» é especialmente exemplificativa na narrativa sobre a migração.

A estrutura do discurso influencia a atribuição de significado de ideias quando isoladas (por exemplo, em títulos de notícias). Ao nível do léxico, utilizam-se as mesmas expressões com significados diferentes, dependendo de a quem são atribuídas. Quanto à sintaxe, destaca-se o uso dos pronomes já referidos, «nós» e «eles», assim como variação de frases no tipo ativo e passivo do verbo. As estratégias retóricas incluem aliteração, paralelismo, adições irrelevantes, como eufemismo e hipérbole, e substituição com utilização de metáforas (Van Dijk, 2001: 35).

A contribuição discursiva para a reprodução de preconceitos na sociedade é, para van Dijk, óbvia, apesar de negada na função política do discurso político. Ou seja, não se trata apenas de uma forma discursiva de fazer política; ao mesmo tempo contribui para a agenda e opiniões públicas, o que fornece a legitimidade necessária para decisões que, de outra forma, poderiam ser moral ou legalmente dúbias.

Abordagem metodológica

Expostos alguns exemplos de métodos de análise crítica de discursos, resta elaborar um método adequado ao estudo de caso. Tal como tem vindo a ser afirmado, não existe um método universal, pelo que as várias propostas e experiências são adaptadas consoante for mais útil. A integração das diferentes abordagens foi distinguida em duas fases, e distribuída pelos conteúdos previstos neste trabalho.

Uma primeira fase tem lugar com a escolha e justificação do tema em análise no discurso, correspondendo à «orientação para o problema» de Wodak e Fairclough. Este passo corresponde ao presente capítulo. Um segundo passo nesta primeira fase prende-se com a descrição do problema dentro e fora do texto, nas palavras de Laqueur, sendo que «fora do texto» corresponde ao «nível global» de contexto de van Dijk, isto é, as estruturas sociais, e «dentro» do texto refere-se à perspetiva semiótica, passando igualmente pela caracterização do discurso. No estudo de caso, o discurso em análise é político, de acordo com as características referidas anteriormente no capítulo, restando proceder a uma seleção e delimitação de discursos propriamente ditos a ser analisados.⁴ Este segundo passo corresponde ao segundo capítulo deste trabalho e proporciona um conjunto de antecedentes que permitem enquadrar o período em análise no estudo de caso, de modo a compreender o contexto imediatamente anterior aos acontecimentos. Faz-se a partir de duas perspetivas: dos «alvos» selecionados – os quatro Estados e as duas instituições – e dos «autores» - a al-Qaeda personificando o terrorismo islâmico enquanto método.

A segunda fase deste método corresponde ao terceiro capítulo e aí se verifica a sua mais prática aplicação. Empregando uma vez mais a distinção de van Dijk sobre os contextos, procede-se a uma análise a «nível local», isto é, a situação interacional de dado acontecimento – nas palavras do autor, «o que é que dizemos e como o dizemos depende de quem fala para quem quando e onde, e com que propósito» (van Dijk, 2001: 108). É, assim, tão importante analisar o que é dito como o contexto em que é dito.

⁴ Quanto à recolha de dados – neste caso, os discursos – a CDA mostra-se igualmente variável consoante adequado para o problema em análise, salientando a procura da qualidade e neutralidade dos dados recolhidos. Contudo, tal como se refere mais à frente com os Estudos Críticos de Terrorismo, muito dificilmente será possível aceder e analisar de forma totalmente objetiva dados em ciências sociais, como são exemplo o discurso. Importa referir ainda que, apesar do discurso político ser o analisado, em detrimento de outros, várias fontes são consideradas na recolha e seleção dos discursos, nomeadamente, *os media*.

Com esta hipótese de método procurar-se-á observar a frequência da abordagem da ameaça terrorista entre após 11 de setembro de 2001 e até setembro de 2005, sendo o objeto da análise um conjunto de discursos e outros textos selecionados ao longo deste período. Para além disso, proceder-se-á à identificação de estratégias discursivas dominantes em cada um dos conjuntos e/ou partilhadas entre atores, bem como, na ótica evolutiva do estudo de caso, se analisará a manutenção ou alteração dessas estratégias.

CAPÍTULO II

Após a exposição das teorias orientadoras da abordagem escolhida, assim como especificado o método aplicado ao estudo de caso, o segundo capítulo procura traçar um breve enquadramento conceptual e contextual do fenómeno do terrorismo islâmico.

Para tal, os Estudos Críticos de Terrorismo⁵ fornecem um contributo relevante, através de uma análise ao mesmo tempo retrospectiva e atual, sempre crítica, das definições atribuídas ao conceito do terrorismo desde que o termo se expandiu na área académica, por volta de meados do século passado. O fenómeno em si, efetivamente e do ponto de vista militar, tem raízes muito mais antigas.

Segue-se, na segunda parte do capítulo, uma síntese contextual do radicalismo islâmico. São retratados dois grupos considerados terroristas por grande parte de Estados e Organizações: Al-Qaeda, no Magrebe Islâmico (AQMI) e na Península Arábica (AQPA), e autoproclamado Estado Islâmico ou Daesh.

O estudo de um conceito como o terrorismo tem de ser precedido por duas premissas cuja influência não só é totalmente incontornável, como situa as interpretações selecionadas e as conclusões decorrentes. É, por isso, necessário ter em conta que, tal como está presente neste trabalho:

- o estudo do terrorismo é de perspetiva e abordagem primordialmente ocidentais;
- o estudo do terrorismo alterou-se de forma irreversível após o 11 de setembro.

A primeira afirmação não se aplica, obviamente, apenas ao estudo do terrorismo, mas o contexto/carácter social, religioso e cultural do fenómeno é particularmente importante no reconhecimento de uma perspetiva inevitavelmente tendenciosa – mais não seja, pelas fontes disponíveis – acerca de uma realidade que lhe é exterior e cujo enquadramento facilmente pode cair num juízo de valor. Não pode ser ignorada a existência de grupos considerados terroristas com origem no mesmo «mundo ocidental»

⁵ *Critical Terrorism Studies* (CTS) no original em inglês.

em que este trabalho é redigido. Contudo, uma vez que o movimento terrorista em foco é islamista, mais distância se cria entre a interpretação e o fenómeno, tanto pela origem e efetivação, como pela ideologia, contexto histórico-cultural e ambições. Mais do que uma abordagem distintiva entre «nós» e «eles», o ponto de vista ocidental está condicionado culturalmente pela sua posição civilizacional. Se se considerar que por não ser próximo poderia ser mais objetivo, a verdade é que a distância é igualmente subjetiva, não por inata intolerância.

Dois aspetos sustentam esta perspetiva. Por um lado, a aniquilação em massa de vidas humanas e destruição das infraestruturas imprescindíveis ao normal decorrer e evoluir da vida social, e das necessárias para preservar a História e a cultura dos povos: o grau de violência utilizado por estes movimentos/ grupos indigna o ser humano enquanto tal (para além das pesadas consequências económicas e condenações dentro do âmbito militar e penal, no que toca a crimes de guerra e contra a humanidade).

Por outro lado, a subjetividade da análise adensa-se pelo grau de complexidade das ligações estabelecidas, de acordo com ideologias político-religiosas e interesses económicos que vão do âmbito regional ao global, tornando-se a apropriação dos acontecimentos em constante multiplicação, e sua interpretação, uma tarefa inevitavelmente incompleta e, por isso, naturalmente tendenciosa.

Para concluir o facto de a abordagem ser primordialmente ocidental na redação deste trabalho, é preciso ter em conta a incontornável construção social da realidade que se opera de forma distinta de sociedade para sociedade: “A realidade quotidiana, como sabemos, é variável social e culturalmente, dado ser objeto de uma construção simbólica. É com o conjunto de recursos disponíveis à expressividade humana que conferimos sentido à vida e ao mundo que nos rodeia, organizando ou utilizando esses recursos de uma forma especial – aquilo que distingue, precisamente, as diferentes sociedades e culturas” (Esteves, 2011: 69-70).

A segunda afirmação é uma realidade que se pode verificar a vários níveis. Por exemplo, a investigação e literatura (em inglês) sobre terrorismo aumentou exponencialmente: 150 livros publicados em 2000, 1108 em 2001, 1767 em 2002 – cerca de 34 novos livros sobre terrorismo por semana (Silke, 2007: 28). A OTAN invocou pela primeira vez na sua História o artigo 5º do Tratado de Washington, sobre o

princípio de defesa coletiva, além de que considera o 11 de setembro, a par da Guerra Fria e do fim da Guerra Fria como um dos «três períodos distintos com os quais o pensamento estratégico da OTAN evoluiu» (NATO, 2014). Aeroportos nos EUA e na União Europeia foram submetidos a normas de vigilância de passageiros e bagagem mais restritas, para dar mais um exemplo.

Retomando a lente da teoria da securitização, é pertinente observar a descrição feita por J. Habermas em dezembro de 2001 sobre os atentados ocorridos nos EUA três meses antes: «Talvez o 11 de setembro possa ser chamado o primeiro evento mundial histórico no sentido restrito: o impacto, as explosões, o colapso lento – tudo o que não era Hollywood mas sim a realidade macabra – literalmente tiveram lugar da testemunha universal do público global» (Borradori, 2004: 25). Tendo em conta, como apontado no capítulo anterior, a diversidade de meios que influenciam o indivíduo na sua percepção da realidade, segura ou ameaçadora, que o rodeia, Habermas realça a novidade na receção do acontecimento decorrido «diante da testemunha» que é o indivíduo e que, tendo visto as imagens, quer em direto quer posteriormente, experimenta uma reação e uma avaliação incomparáveis face a ter, simplesmente, lido um relato, por exemplo. A espetacularidade do acontecimento («não era Hollywood» embora pudesse parecer) teve um impacto sem precedentes na audiência, e isso é observável não só pelo facto do acontecimento ter, no seu conjunto, contornos inaugurais, como pela série de mudanças a nível de medidas de exceção que foram aceites e implementadas⁶.

1. Evolução do conceito de terrorismo

Feitas as ressalvas consideradas necessárias, prossegue-se para a parte conceptual do capítulo. Não se vai cair na tentativa infrutífera de encontrar uma «verdadeira» ou «mais completa» definição de terrorismo. O objetivo é antes observar uma evolução de definições, nomeadamente, como se verifica na História e se distingue de outros movimentos, por exemplo, pelos meios que utiliza. Importa esclarecer que a evolução considerada neste capítulo extravasa o campo do discurso político, que será analisado

⁶ Uma vez que a análise evolutiva do estudo de caso tem início com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001, não se fará a efetiva verificação da mudança de discurso político ou práticas. A evolução do conceito do terrorismo é traçada brevemente neste capítulo, de forma complementar à abordagem que lhe seguirá.

no próximo capítulo. Consideram-se definições de vários campos, uma vez que são várias as áreas que influenciam e contribuem para esse tipo de discurso.

Um ponto de partida possível é a perspectiva militar, que encara o terrorismo como um método. Manuel da Silva em *Terrorismo e Guerrilha – Das Origens à Al-Qaeda* caracteriza e compara estes dois métodos de guerra subversiva, estabelecendo uma cronologia por regiões do mundo, distinguindo os movimentos sem motivações político-religiosas, o radicalismo⁷ islâmico e ainda os espaços onde se encontram ambas as motivações. O autor explica o que se entende por conflito, ou guerra, subversivo: «uma luta em que são aplicados métodos “construtivos” e “destrutivos” (sendo os principais a guerrilha e o terrorismo), conduzidos num dado território por organizações (ajudadas e reforçadas, ou não, pelo exterior) contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de alcançarem o poder ou de, pelo menos, atingirem objetivos limitados» (da Silva, 2005: 35-36). Manuel da Silva esclarece que os métodos «construtivos» incluem formação de infiltrados e ação psicológica, enquanto os métodos «destrutivos» passam por agitação e sabotagem.

Uma das grandes diferenças entre a guerra, no sentido lato e tradicional do termo, e os métodos subversivos de terrorismo ou guerrilha, situa-se no papel da população civil no conflito. Por exemplo, só a partir do século XIX é que foram estabelecidas normas de vinculação legal internacional no que concerne à ajuda humanitária: as Convenções de Genebra. A quarta, em 1949, referia-se à Proteção de Civis em Tempo de Guerra (*Protection of Civilian Persons in Time of War*), assunto retomado em 1968 com a resolução 2444 da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre o Respeito pelos Direitos Humanos em Conflitos Armados (*Respect for human rights in armed conflicts*), incluindo a proibição de atacar populações civis enquanto tal. É precisamente esse o passo a partir do qual, segundo Manuel da Silva, a guerrilha passa a empregar o método terrorista. O autor apresenta algumas características a incluir numa definição de terrorismo:

- o emprego, ou a ameaça de emprego, da violência contra alvo humanos e materiais por um ator que pretende atingir objetivos políticos ou político-religiosos;

⁷ O autor estabelece à partida a diferença entre radicalismo (métodos utilizados por diversos movimentos) e extremismo (visão escolhida para a construção da realidade), utilizando o primeiro.

- a clandestinidade por parte da atuação dos participantes, de modo a camuflarem as suas identidades pessoais ou a sua localização futura;

- a não limitação dos principais alvos aos militares, associando-lhes civis e o não combatentes;

- o efeito de terror é inculcado num conjunto de indivíduos, em número indefinido, que vai além dos alvos imediatos da violência aplicada numa situação em concreto.

A distinção entre o ato terrorista e qualquer outro ato criminoso reside no facto de o ato terrorista não ser «efetuado apenas para destruir mas também para enviar uma mensagem, influenciar a audiência e intimidar; a violência é uma combinação de força física e de conteúdo informativo» (da Silva, 2005: 28-33). Também Bruce Hoffman aponta este tipo de semelhanças e diferenças. Em *Inside Terrorism* (1998: 20), enumera táticas como raptos, assassinatos ou ataques à bomba como sendo comuns a terroristas, guerrilheiros e outros criminosos ou assassinos. As diferenças que aponta são a superioridade numérica e atuação (maioritária e) abertamente militar dos guerrilheiros, e os objetivos totalmente pessoais (como o lucro) dos criminosos e assassinos, sem intenções de repercussão ou transmissão de mensagem.

Manuel da Silva (2005: 499-504) distingue terrorismo rural de terrorismo urbano, e no caso deste último, identifica aquilo a que chama «tempestades» na sua evolução, que se distinguem não só pelas táticas, mas principalmente pela motivação⁸:

Fase	Época	Local	Motivação	Táticas
1 ^a	Final do século XIX	Europa	Anarquista (sem motivação político-religiosa)	Bombas em espaços públicos; assaltos a bancos; assassinato de figuras públicas
2 ^a	Início do século XX	Europa; Palestina /Israel	Nacionalista (sem motivação político-religiosa)	Semelhante à primeira, com assassinatos sistemáticos na polícia e serviços de informação em vez de figuras públicas; utilização dos media para propaganda
3 ^a	Anos 60	América Latina;	Radicalismo de esquerda;	Associada a guerrilha; assaltos a bancos, roubos de armazéns, assassinio de líderes

⁸ Tabela formulada pela autora com base em Silva, 2005: 499-504.

		EUA; Europa; Palestina /Israel	nacionalismo	políticos, diplomatas e empresários, sequestro de aviões; início da ampliação a nível internacional
4 ^a	Final dos anos 70	Médio Oriente	Político- religiosa islâmica, ramo sunita	Assassinato e tomada de reféns; elevada potência dos ataques contra instalações, em particular governamentais; introdução do atentado suicida
5 ^a	Início dos anos 90	Global	Político- religiosa islâmica, ramo sunita	Semelhante à anterior; objetivo de causar o máximo de efeitos psicológicos; aumento da potência destruidora; maior desrespeito pelas convenções da guerra; criação da al-Qaeda

Identifica-se, assim um ponto de viragem da década de 60 para 70, com o aumento de ações terroristas em espaços urbanos causadas por motivações político-religiosas, nomeadamente, por ideologia islâmica radical do ramo sunita.

Também Eric Hobsbawm, num capítulo que dedica a «O Terror» na sua obra *Globalização, Democracia e Terrorismo*, marca a década de 60 como o início de três grandes crises de violência e contraviolência política⁹:

Crises	Período	Local	Características
1 ^a	1960- 1970	Europa Ocidental América Latina	Ações terroristas que atraíam os meios de comunicação e golpes com objetivos bem definidos. Atividades de guerrilha e operações armadas que seriam depois desenvolvidas por unidades maiores
2 ^a	1980- 1990	África, zonas ocidentais do Islão, Sul e Sudeste Asiático, e Sudeste Europeu	Conflitos étnicos e religiosos; aproximação a um renascimento de genocídios sistemáticos; estreia do bombista-suicida
3 ^a	Século XXI	Alcance global	Movimento terrorista ao nível transnacional; guerra contra o terror

O ponto de viragem reconhecido por ambos os autores corresponde à introdução do termo terrorismo nos discursos políticos, académicos e dos media. Richard Jackson

⁹ Tabela formulada pela autora com base em Hobsbawm, 2008: 119.

afirma (2009: 59) que «antes do final dos anos 1960, não existia virtualmente “terrorismo” falado por políticos, media, ou académicos; em vez disso, os atos de violência política eram descritos simplesmente como atentados à bomba, sequestros, assassínios, entre outros», demonstrando que «o terrorismo não existe fora das definições e práticas que procuram abarcá-lo, incluindo as do campo dos estudos de terrorismo».

De facto, a história do terrorismo em si e a evolução da utilização do termo do terrorismo só coincidem no final do século XVIII, na chamada época d’«O Terror» - *La Terreur* -, o período da Revolução Francesa. Do latim «terror», «terrorisme» é o termo francês do qual deriva o português «terrorismo» e o inglês «terrorism», utilizado desde 1798 para significar «o uso sistemático de terror como uma política» (Harper, 2015). Atualmente, por exemplo, em *International Relations: The Key Concepts* o conceito é definido como «o uso imprevisível e premeditado de violência ou ameaça de violência para atingir objetivos claros» (Griffiths e O’Callaghan, 2002: 307). Não deixa de ser curioso que nas primeiras aplicações do termo o autor fosse governamental, quando atualmente o conceito é maioritariamente relacionado com autores não-estatais, o que estabelece uma ligação direta com a suposta ilegitimidade e ilegalidade do uso da violência por estes últimos.

Essa é uma das críticas que Richard Jackson aponta ao estudo do conceito. Em *Critical Terrorism Studies*, obra de 2009 que reúne diversas contribuições sobre o tema, o investigador conclui que a associação de terrorismo a uma forma de violência ilegítima utilizada por autores não-estatais deve-se, por um lado, à prática académica de definir o tipo de violência com base no autor e, por outro, à real falta de análise sobre terrorismo perpetrado pelo Estado. Por exemplo, Walter Laqueur, um dos mais citados teóricos de terrorismo, admite que «os Estados praticam “terrorismo de cima” e mataram muito mais pessoas e causaram muito maior destruição material e social do que o “terrorismo de baixo”» (Jackson, 2009: 55)¹⁰, mas depois argumenta, simplesmente, que não é o tipo de terrorismo que pretende examinar.

Uma das características mais importantes na evolução do conceito é a distinção entre tradicional e novo terrorismo. Laqueur, entre outros autores da época, aborda esta

¹⁰ Jackson cita a obra de Laqueur de 1977, *Terrorism*, posteriormente adaptada e alargada em *A History of Terrorism*, publicada em 2001.

questão primeiramente na sua obra de 1999 *The New Terrorism*, situando a novidade do fenómeno na disposição e conseqüente hipótese de utilização de armas de destruição maciça por parte de terroristas. A importância deste aspeto prende-se menos na real probabilidade dessa utilização, mas no pânico que essa possibilidade produz, efeito psicológico característico do método terrorista, contribuindo, assim, para o seu sucesso. Mais do que argumentar um novo terrorismo que se distingue de um antigo ou tradicional, Laqueur afirmava (1999: 7), no final do século passado, que o carácter do terrorismo estava a mudar, e que a ameaça para a vida humana se tinha tornado infinitamente maior do que no passado.

A produção académica em torno da defesa da «novidade» do terrorismo em relação ao tradicional é comparável ao debate que desde os anos 90 se desenrola distinguindo os dois tipos. Baseando-se em especialistas como B. Hoffman e J. Deutch, Kai Hirschmann enumerou (2000: 301) as características dos novos terroristas, por oposição aos anteriores à década de 90:

- são parte de organizações indistintas e amorfas, e operam numa estrutura linear;
- têm objetivos menos fáceis de definir e estão mais dispostos a causar massacres;
- atuam a nível internacional e tiram melhor proveito das oportunidades de propaganda.

David Tucker também se debruça (2001: 1-5) sobre supostas diferenças, nomeadamente, estrutura (em rede, facilitada por tecnologias da informação), pessoal (amadores que frequentemente se reúnem *ad hoc*) e atitude (uma crescente disponibilidade para causar vítimas em massa) novos, mas para compará-los com os antigos e refutar a novidade. O autor questiona igualmente a conexão entretanto estabelecida entre grupos terroristas motivados religiosamente e a disponibilidade para utilização de armas de destruição maciça, demonstrando que a História não sustenta essa ligação. Além disso, terroristas com motivações religiosas têm também, argumenta Tucker, agendas sociais e políticas: o estabelecimento de um Estado Islâmico é exemplo disso. Estes aspetos serão retomados e desenvolvidos mais à frente no capítulo.

Pertencendo ao contexto dos anos 90, o conceito de «novo terrorismo» é igualmente aplicado ao pós-11 de setembro de 2001. Alexander Spencer atenta nessa hipótese,

igualmente para refutá-la. Fazendo um levantamento de ataques terroristas na década de 90, afirma que, apesar do número de vítimas não ser comparável aos ataques a 11/09, o conceito é anterior a essa data e, mesmo que tivesse «começado» nessa data, seria de questionar a validade de um conceito se uma das suas maiores características se baseasse unicamente num ataque terrorista. Para Spencer, a evolução não justifica a denominação de «novo terrorismo» (2006: 25). A análise da evolução é precisamente o aspeto para o qual Laqueur chama a atenção. No ano do 11/9 afirmava o autor que, dada a fragilidade da memória humana, talvez não seja surpreendente que a reemergência do terrorismo tenha sido vista, nos anos recentes, como um fenómeno novo no seu todo (Laqueur, 2001: 20).

Hoffman apresenta uma útil evolução da conotação do conceito de terrorismo, desde a sua primeira utilização, como afirmado, no contexto da Revolução Francesa, até à década de 90, num total de sete fases ou momentos com conotações distintas¹¹:

Fase	Conotação	Época	Contexto/Características
I	Terrorismo de Estado (repressão)	1789 - 1795	França («O terror nada mais é do que justiça pronta, severa e inflexível.» - Robespierre)
II	Terrorismo Revolucionário (contra o poder instituído)	Segunda metade do século XIX até ao fim da I Guerra Mundial	Itália (Propaganda pela ação, Carlo Pisacane); Rússia (Narodnaya Volya, contra o Czar Nicolau II)
III	Terrorismo de Estado (abuso de poder)	1930 até II Guerra Mundial	Práticas de repressão em massa utilizadas por regimes totalitários e líderes ditatoriais
IV	Terrorismo Revolucionário (grupos anticolonialistas)	Pós-II Guerra Mundial até 1950	Cria-se a denominação <i>freedom fighters</i> , distinguindo-se da de terrorista
V	Terrorismo Revolucionário (grupos nacionalistas e separatistas étnicos)	1960 - 1970	Ampliação do enquadramento anterior
VI	Terrorismo financiado por Estados	1980	Como um meio para desestabilizar o Ocidente
VII	Terrorismo + Narco-terrorismo + área cinzenta	1990	Momento de transição do conceito

¹¹ Tabela formulada pela autora com base em Hoffman (1998).

Tal como não é objetivo encontrar uma definição para o conceito, confirmar ou refutar a sua novidade é igualmente menos importante do que salientar a relevância do debate. Observar a evolução de um conceito altamente disputado e cuja atribuição depende do ponto de vista (como na oposição *freedom fighter* ≠ *terrorist*) permite analisar a apropriação pública - seja mediática, política, etc. - com consequências que podem ir da discriminação a nível local na vida quotidiana a normas transnacionais. Neste caso, como a interpretação do conceito se relaciona diretamente com a manutenção da segurança, a manipulação destes conceitos torna-se uma arma extremamente poderosa para a aceitação de medidas que de outra forma não seriam levadas a cabo. Autores como Spencer não têm dúvidas de que «muitas políticas podem ser diretamente atribuídas aos supostos aspetos do “novo terrorismo”. Por exemplo, a invasão do Iraque, onde se considerava existir armas de destruição maciça, pode ser interpretada como uma medida contraterrorista¹² para prevenir o “novo terrorismo” de obter e usar essas armas» (Spencer, 2006: 26). Sucintamente, a utilização do conceito «novo terrorismo» será um aspeto a ter em conta na construção do processo securitário em análise neste estudo.

Outro autor referido anteriormente, Richard Jackson, resume o que tem vindo a ser afirmado até agora, no que à «novidade» do conceito diz respeito: «Estas narrativas constroem um senso comum, ainda que não totalmente aceite como conhecimento, de que o terrorismo contemporâneo é uma nova e mais mortífera forma de terrorismo do que qualquer uma encontrada anteriormente, que cria um excecional estado de emergência, requerendo “novas” medidas contraterroristas» (Jackson, 2009: 57).

Regressando a esse manual de Estudos Críticos de Terrorismo, é interessante observar que o conceito do terrorismo é tão construído como o de segurança. É no capítulo «Narrativa e “conhecimento” em estudos de terrorismo», de Jackson, que se encontra essa comparação, a mesma constituição a partir de atos de discurso por figuras socialmente autorizadas, tornando o conceito, primeiramente, social (Jackson, 2009: 58). As práticas discursivas apontadas pelo autor são, por um lado, a categorização e recolha de dados por académicos e oficiais de segurança e, por outro lado, a codificação de certas ações na Lei, resultando na construção de uma realidade contingente tanto para o público em geral, como para políticos, media, etc. Contudo, há a ter em conta que o

¹² Contraterrorismo supõe uma estratégia ofensiva, enquanto antiterrorismo está associado a uma estratégia defensiva.

estudo do terrorismo é considerado razoavelmente objetivo (Jackson, 2009: 55), apesar de, para além de agências de *intelligence*, se encontrarem na origem do conhecimento sobre o tema fontes governamentais ou mesmo os media. Ou seja, a produção do «conhecimento aceite» sobre o tema constitui-se como um processo circular e difícil de distinguir de outros meios. Esse entendimento mostra-se, assim, bastante questionável – esse é o objetivo subjacente aos Estudos Críticos de Terrorismo – e é, por isso, importante ter essas críticas em conta, ao contribuir para a produção académica nesse campo.

2. Enquadramento contextual da ameaça terrorista

Após os campos militar e histórico, passando pelo campo académico, não pode deixar de observar-se os antecedentes políticos relacionados com o fenómeno do terrorismo até 2001. É a esses antecedentes no mundo ocidental que este subcapítulo se refere, numa primeira parte, dando continuidade à evolução do conceito do terrorismo iniciada anteriormente.

Descrevendo a experiência dos atores em análise com o fenómeno do terrorismo, passa-se depois para evolução mais restrita do terrorismo de inspiração islâmica radical, incluindo a caracterização do grupo terrorista al-Qaeda, bem como os quatro atentados analisados no capítulo posterior.

Antecedentes no mundo ocidental

A delimitação utilizada neste estudo traduz-se pela expressão «transatlântico». Restringindo o espaço em análise a quatro Estados e duas instituições comuns, estes atores inscrevem-se na civilização ocidental conforme considerada por Samuel Huntington, e é essa a abordagem adotada quando é referida a expressão «mundo ocidental», como agora. Afirmou Huntington que “Na era moderna a civilização ocidental é euro-americana ou norte-atlântica” (Huntington *apud* Fernandes, 2002: 36).

O caso norte-americano

Nos EUA a primeira unidade contraterrorista foi criada em 1972 após o ataque nos Jogos Olímpicos de Munique¹³. Sob a administração Nixon foi estabelecido o *Office of Combating Terrorism*, atual *Bureau of Counterterrorism*, subordinado ao Departamento de Estado norte-americano.

No final da década, outro evento marcante para a evolução do terrorismo do ponto de vista norte-americano foi a crise dos reféns em Teerão¹⁴. A referência ao termo «terrorismo» foi utilizada, em 1980, pela segunda vez¹⁵ no contexto do Discurso do Estado da União. Durante a administração Reagan começou a utilizar-se o termo *outlaw* nas referências a Estados alegadamente financiadores de atividades terroristas, como o Iraque e a Líbia (Tsui, 2013: 3). O discurso do Presidente Reagan é também inspirador da narrativa da “Guerra ao Terror” da administração Bush (2001-2009) ao ter utilizado, em 1984, a expressão «Guerra contra o Terrorismo» no contexto da Guerra Civil do Líbano (Harris, 2010) e dos bombardeamentos ocorridos no ano anterior. Entretanto, a tensão no relacionamento norte-americano com a Líbia aumentou em 1985 com os ataques à bomba simultâneos num aeroporto em Viena e outro em Roma, resultando num embargo económico. Apesar de ter ocorrido em território europeu, a Comunidade Europeia não apoiou os Estados Unidos, não só na questão da Líbia mas na abordagem ao terrorismo em geral (St John, 2002: 133). Esta atitude será uma tendência a verificar no estudo de caso do próximo capítulo.

A década de 90 foi inaugurada com a Guerra do Golfo, sob administração de George H. W. Bush, na sequência da invasão iraquiana do Kuwait. A Operação *Desert Shield* (que antecedeu a *Desert Storm*, fase de combate) correspondeu à mobilização de tropas norte-americanas para a Arábia Saudita, aliada às forças da coligação ocidental, o que viria a ter consequências na evolução da ameaça terrorista, ainda nessa década. O conflito terminou em 1991.

¹³ A 5 de setembro de 1972, o grupo terrorista palestiano Setembro Negro sequestrou onze atletas israelitas. Ao todo 17 pessoas acabariam por morrer num acontecimento que ficou conhecido como o Massacre de Munique.

¹⁴ Durante 444 dias (entre 4 de novembro de 1979 e 20 de janeiro de 1981), 66 diplomatas norte-americanos foram feitos reféns na embaixada na capital iraniana, por um grupo de estudantes revolucionários, apoiantes da Revolução.

¹⁵ A primeira foi em 1967 no contexto da Guerra do Vietname.

A 26 de fevereiro de 1993 foi detonado um carro-bomba no parque de estacionamento da Torre Norte do *World Trade Center* em Nova Iorque, provocando seis vítimas mortais e mais de mil feridos. Khaled Sheikh Mohammed, atualmente na Prisão de Guantánamo, financiou e foi considerado mentor do ataque, tal como viria a sê-lo relativamente ao ataque no mesmo local em 2001, depois de se juntar à al-Qaeda. O Presidente Clinton – cujo mandato iniciara há um mês – fez um comunicado à população via rádio, no dia seguinte ao atentado, «tratando o desastre como um tornado em Arkansas» (Clinton, 1993). Alguns dos supostos bombistas foram capturados durante esse ano e o seguinte.

No discurso do Estado da União de 1995, Clinton referiu-se aos terroristas do *World Trade Center* como «cobardes» e afirmou que os EUA continuariam a «caçar terroristas», que considerou representarem «o passado, não o futuro». Apelou ainda às nações aliadas que se lhes juntassem «com renovado fervor num esforço global para combater o terrorismo» (The American Presidency Project, 1995). A 19 de abril desse ano, outro veículo carregado de explosivos provocou 168 mortos e mais de 500 em Oklahoma City, resultando no *Antiterrorism and Effective Death Penalty Act*, aprovado pelo Congresso em 1996. Além deste ato de terrorista considerado doméstico (os autores foram cidadãos naturais dos Estados Unidos), no discurso do Estado da União desse ano, Clinton referiu-se ao terrorismo como ameaça transnacional, a par da propagação de armas de destruição maciça, crime organizado, tráfico de droga, etc., argumentando que os EUA «não devem ser a polícia do mundo» mas «podem e devem ser o melhor pacificador» (The American Presidency Project, 1996).

Nesse ano, o Presidente Clinton emitiu a *Presidential Decision Directive 39*, designando o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) como chefia na luta contra terrorista nos EUA. A definição de terrorismo internacional, por oposição a terrorismo doméstico¹⁶, que o FBI utiliza é: «atos violentos ou perigosos para a vida humana, que violam as leis criminais do Estados Unidos ou de qualquer outro Estado, ou que seriam uma violação criminal se cometidos na jurisdição dos Estados Unidos ou qualquer outro

¹⁶ «Domestic terrorism is the unlawful use, or threatened use, of force or violence by a group or individual based and operating entirely within the United States or Puerto Rico without foreign direction committed against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof in furtherance of political or social objectives.» (FBI, 2005: V)

Estado. Estes atos parecem ser intentados para intimidar ou coagir, ou afetar a conduta de um governo, pelo assassinato ou sequestro» (FBI, 2005: V).

Dos ataques simultâneos, no dia 7 de agosto de 1998, às embaixadas norte-americanas em Nairobi, no Quênia, e Dar es Salaam, na Tanzânia, resultaram 224 vítimas mortais e mais de 200 feridos. Os ataques foram atribuídos à Jihad Islâmica Egípcia e à al-Qaeda, salientando-se os nomes de Ayman al-Zawahiri e de Osama Bin Laden. No dia 20 desse mês, Clinton ordenou a Operação *Infinite Reach* contra as bases terroristas no Sudão e Afeganistão «por causa da iminente ameaça que representam para a segurança nacional», justificou num discurso à nação, no mesmo dia. «O nosso alvo era o terror», afirmou, descrevendo Bin Laden como «talvez o mais preeminente organizador e financiador de terrorismo internacional no mundo de hoje». Clinton admitiu que a América «tem lutado contra o terrorismo há muitos anos» e que «há e haverá tempos em que a força da lei e os instrumentos diplomáticos simplesmente não são suficientes, quando a nossa segurança nacional está em risco e quando devemos tomar medidas extraordinárias para proteger a segurança dos nossos cidadãos». Mais acrescentou que «os riscos da inação, para América e para o mundo, seriam muito maiores que a ação, pois isso iria encorajar os nossos inimigos, deixando intactas a sua habilidade e a sua disponibilidade para nos atingir». Conforme Afeganistão e Sudão são países que «persistentemente acolhem terroristas» e, por isso, «não têm direito a ser santuários», a «América é e será um alvo dos terroristas precisamente porque nós somos líderes, porque agimos para a paz, democracia e valores humanos básicos, porque nós somos a sociedade mais aberta na Terra, e porque, como mostrámos, tomamos uma posição inflexível contra o terrorismo». Clinton avisa que a «batalha contra o terrorismo» - e «não contra o Islão», ressalva - será uma «longa e permanente luta entre liberdade e fanatismo, entre Estado de Direito e terrorismo», preparando-se para «fazer tudo o que podermos durante o tempo que devemos» (Government Printing Office, 2000).

Este discurso forma uma completa ilustração da construção narrativa que caracteriza o processo de securitização: o momento inadiável que a situação provoca, os danos analogamente maiores de uma inação, os meios utilizados como último recurso, todas as características estão presentes ao informar e justificar perante a nação uma atitude ofensiva bastante distinta comparativamente a ataques sofridos em anos anteriores e/ou

em território norte-americano. Esta breve e superficial análise, feita de forma isolada a um discurso contextualizado no presente e anterior mandatos do Presidente norte-americano, auxiliam a observação mais detalhada e exaustiva de que serão alvos os discursos no período do estudo de caso, ao mesmo tempo que fornecem um antecedente essencial para identificar tendências evolutivas de continuidade ou de rutura.

Os terroristas deixaram de «representar o passado, não o futuro» em 1995 para se tornarem, no discurso do Estado da União de 2000, «uma mais das maiores ameaças securitárias» nos próximos 10 a 20 anos, enquanto «inimigos do Estado», a par de traficantes de droga e redes de crime organizado (Washington Post, 2000).

O último ataque terrorista marcante para a política norte-americana antes do 11 de setembro ocorreu no Iémen menos de um ano antes, a 12 de outubro de 2000. Um ataque suicida, assumido pela al-Qaeda, ao contratorpedeiro USS Cole, enquanto reabastecia no porto de Áden, provocou 17 mortos e 39 feridos. Desta vez não se seguiu uma ofensiva militar, atitude de Clinton que foi criticada. Já o primeiro discurso do Estado da União de George W. Bush, em 2001, deixava antever uma intenção militar: «[As ameaças do século XXI] variam desde terroristas que ameaçam com bombas a tiranos em nações párias com intenções de desenvolver armas de destruição maciça», contras as quais a proteção passa por «implantar defesas antimísseis eficazes» (The White House, 2001). À época, a definição de terrorismo contida no Dicionário de Termos Militares do Departamento de Defesa norte-americano consistia em «o uso calculado de violência ilegal para inculcar medo; intentada para coagir ou intimidar governos ou sociedades em busca de objetivos que são geralmente políticos, religiosos ou ideológicos» (Department of Defense, 2000).

À semelhança das listas de grupos terroristas das Nações Unidas – das quais a resolução 1267 é exemplo -, também a União Europeia, os Estados Unidos e vários outros Estados possuem as suas próprias listas de organizações ou pessoas consideradas terroristas. Na lista *Foreign Terrorist Organizations*, do Departamento de Estado norte-americano, a Al-Qaeda figura desde 8 de outubro de 1999, o Estado Islâmico (enquanto Al-Qaeda no Iraque - AQI) desde 17 de dezembro de 2004, e a Al-Qaeda na Península Arábica desde 19 de janeiro de 2010.

Os casos europeus: Espanha, Reino Unido e França

Espanha tem uma larga experiência com terrorismo de vários tipos: subversivo de esquerda, repressivo de grupos neofascistas, nacionalista (como é o caso da ETA) e, desde 2004, religioso-cultural islâmico (Cervera, 2009: 73). Esta realidade levou a que o Estado tenha desenvolvido ao longo de décadas um organizado sistema de resposta civil a ataques, assim como um esforço na distinção crítica entre terrorismo e outras formas de violência, nomeadamente, pela identificação de atos de agressão ou de guerra que provenham de grupos não estatais (Cervera, 2009: 74).

No Reino Unido, mais especificamente, em Inglaterra, observa-se um modelo de integração baseado na aceitação de um certo grau de heterogeneidade. É mesmo considerado que uma certa cultura de tolerância promoveu que muçulmanos tidos como radicais “emigrassem para Inglaterra e se juntassem em algumas mesquitas famosas e espalhassem a mensagem do Islão radical” (Khosrokavar, 2006: 79). Entre 2001 e 2011 a população muçulmana em Londres aumentou de 607083 para 1012823 pessoas (de 8,46% para 12,4% de toda a população em Londres), segundo os censos de 2011. *Londonistan* (algo como «Londonistão») é um termo desenvolvido nessa década (por exemplo, *Londonistan: How Britain is creating a Terror State Within*, livro de 2006 da jornalista Melanie Philips), o que demonstra, independentemente da real presença de uma percentagem elevada de radicais islâmicos, o tom pejorativo associado às comunidades. Assim, e antecedendo os ataques de 2005, pode considerar-se que “o principal alimento estava em Inglaterra e no crescente descontentamento entre os jovens muçulmanos, dadas as duas condições sociais, o racismo e o envolvimento das tropas britânicas no Afeganistão e no Iraque” (Khosrokavar, 2006: 80), no contexto da “Guerra ao Terror” entretanto iniciada.

A experiência francesa sobre o terrorismo relaciona-se com redes extremistas argelinas e com ligações a Inglaterra, dando continuidade à prática do recrutamento de jovens descontentes, neste caso, “que sentem não pertencerem nem ao país dos seus pais [no Norte de África] nem à França, onde são rejeitados como árabes” (Khosrokavar, 2006: 73). A par do racismo fortemente sentido, verifica-se a “rejeição do «que é francês». Esta [atitude] encontra a sua expressão na disposição islâmica que se define a si própria não tanto de maneira autónoma mas como «não franceses» e mesmo algumas vezes como «antifranceses»” (Khosrokavar, 2006: 74). Considerando este enraizamento

do radicalismo islâmico nos jovens de origem norte-africana, é preciso ter em conta as raízes profundas do Islão radical em França, com início nos anos 90 (Khosrokar, 2006: 76) e que, por isso, acrescenta uma década de experiência contraterrorista à polícia francesa.

Os casos institucionais: UE e OTAN

No início do subcapítulo esclareceu-se a dimensão «ocidental» do espaço em análise, concluindo que no que toca à Europa Ocidental, esta é geograficamente mais restrita (ao não incluir Europa «de Leste») e mais ampla (por incluir a América do Norte e a Austrália). Também no âmbito institucional, além da UE outros organismos constituem, completam e unem a Europa Ocidental ao resto do mundo, entre eles, a OTAN, que a liga militarmente com a superpotência norte-americana, e a ONU, que a liga com o resto da humanidade (Teixeira Fernandes, 2002: 39).

Nesse sentido, apesar de não ser uma instituição abrangida na análise de discurso, a ONU está ligada tanto a UE como à OTAN no que toca ao combate ao terrorismo. Por isso, faz sentido incluí-la neste breve enquadramento do contexto antecedente.

Após o já referido atentado de Munique em 1972, reuniões intergovernamentais ao nível comunitário deram origem à criação do Grupo Trevi (Bunyan, 1993: 1), com vista a combater o terrorismo e a coordenar a cooperação policial na, então, Comunidade Europeia.

Foi em 1985 que se empregou pela primeira vez, no contexto das Nações Unidas, o termo «terrorismo», numa resolução do Conselho de Segurança relativamente a sequestros de aviões decorridos nesse ano e anterior (Saul, 2005). No que toca a definições institucionais supranacionais do conceito, uma das primeiras tentativas partiu da Sociedade das Nações na Convenção para a prevenção do Terrorismo, em 1937 (que acabaria por fracassar, dada a dissolução da SDN). Os atos de terrorismo foram então definidos como “atos criminosos diretamente contra o Estado, calculados para criar um estado de terror na mente de pessoas em particular, um grupo de pessoas ou o público em geral” (Sociedade das Nações, 1937). Denotava-se, à época, o alinhamento com o poder estatal legítimo (*versus* poder não-estatal ilegítimo). Já no glossário da OTAN

(2008: 225), a definição de terrorismo, que data de 1 de setembro de 1989, é: “o ilegal uso ou ameaça de uso da força ou violência contra indivíduos ou propriedade na tentativa de coerção ou intimidação de governos ou sociedades para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos.”

No final da Guerra do Golfo, em 1991, entrou em vigor o novo conceito estratégico da OTAN, no qual o terrorismo é referido a par da proliferação de armas de destruição maciça, interrupção do fluxo de recursos vitais e ações de sabotagem como riscos que podiam «afetar os interesses securitários da aliança» (NATO, 1991).

Em 1992, com o Tratado de Maastricht, o Grupo Trevi deu lugar ao pilar Justiça e Assuntos Internos. No decorrer dessa década, fornecendo exemplos como o conflito israelo-palestino, os conflitos na Argélia e nos Balcãs, Raphael Bossong argumenta que “a política externa da UE deu poucos contributos para a luta contra o terrorismo internacional” (Bossong, 2013: 35) sendo, por isso, possível afirmar que, antes de 11 de setembro de 2001 “a posição da UE em relação ao fenómeno do terrorismo limitou-se a um nível estritamente político” (Tsoukala *apud* Bossong, 2013: 35). O autor conclui que “o período de 1970 até ao final de 1990 ilustra que o choque dos atentados terroristas só por si foi insuficiente para dirigir a cooperação europeia em matéria de segurança” (Bossong, 2013: 37), tendência cuja manutenção se procurará verificar no próximo capítulo.

As Nações Unidas atualizaram em 1994 a sua resolução de 1991 sobre *Medidas para eliminar o terrorismo internacional*, Declaração na qual as referências a terrorismo correspondem à expressão “todas as suas formas e manifestações” sem as especificar. A resolução condena (a par de “atos, métodos e práticas de terrorismo”) “atos criminais intentados ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, um grupo de pessoas ou pessoas em particular, por razões políticas”, correspondendo esta caracterização à definição de terrorismo de 1937, mas com a diferença assinalável dos atos não serem “diretamente contra o Estado”, considerando mesmo o seu envolvimento (United Nations Development Programme, 1994). Mais tarde, um comité *ad hoc* nomeado em 1996 acrescentou a este esforço a Convenção Internacional para a supressão de atentados (à bomba) terroristas (1997) e a Convenção Internacional para a supressão de atos de Terrorismo Nuclear (2005).

Aquando da celebração dos 50 anos da OTAN, em 1999, o terrorismo foi pela primeira vez nesse contexto encarado como “uma séria ameaça à paz, segurança e estabilidade, que pode ameaça a integridade territorial dos Estados” (NATO, 1999). O Conceito Estratégico então atualizado, de modo a adequá-lo ao “novo ambiente estratégico” do século XXI, foi o quinto da Organização, e esteve em vigor até 2010. Ainda em 1999 as Nações Unidas estabeleceram a *Convenção Internacional para a supressão de financiamento do terrorismo*, e o Conselho de Segurança adotou a resolução 1267¹⁷ com a qual condenava o apoio do regime taliban a terroristas como Osama bin Laden e seus associados, exigindo a sua entrega.

A nível comunitário, esse foi também o ano da criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

A ameaça terrorista islamista

Exposto o enquadramento contextual da ameaça terrorista do ponto de vista dos alvos, fecha-se este capítulo com a perspetiva do movimento terrorista de inspiração radical islâmica, referido, por motivo de simplificação, como «terrorismo islâmico».

Começando pelo carácter religioso, que nas palavras de Laqueur, sempre foi uma das características principais do terrorismo, “o elemento missionário e agressivo do radicalismo islâmico é mais forte que noutras religiões, independentemente do facto de muitos muçulmanos, e em particular muitos árabes, se considerarem vítimas e não agressores” (Laqueur, 2002: 160). No final da década de 90 o especialista em terrorismo correspondia a então insurgência do terrorismo religioso ao movimento do mundo muçulmano e árabe, fundamentando que, “quem sublinha a natureza essencialmente pacífica do radicalismo islâmico encontra dificuldade em explicar o facto de no mundo contemporâneo os conflitos mais violentos, internos ou externos, verificarem-se em países muçulmanos ou países com minorias muçulmanas ativas” (Laqueur, 2002: 160).

¹⁷ A resolução 1267 reafirma as resoluções adotadas no ano anterior acerca dos atentados contra as embaixadas norte-americanas em África, e também sobre a situação de guerra civil no Afeganistão. Em 2011 foi atualizada (resolução 1989), incluindo o Estado Islâmico. A resolução 1267 foi adotada pela UE.

Tratando-se de uma civilização que se encontrou, a vários níveis e durante muito tempo, na vanguarda do progresso humano, torna-se interessante observar “duas respostas simétricas sobre as razões do atraso no mundo do Islão” (Ramos, 2009: 29), que se relacionam diretamente com a instabilidade interna característica de algumas regiões povoadas por esta civilização: de um lado, os islamistas ou fundamentalistas, que pretendem um regresso ao califado, passando pela aplicação da *shariah*¹⁸, cujo abandono explica o atraso; de outro lado, os modernistas ou reformadores, que respondem com o desajuste das práticas (Lewis *apud* Ramos, 2009: 29). Já que é a partir dos islamistas – equivalendo a radicais islâmicos – que se chega ao atual estado do terrorismo, uma perspetiva histórica mostra-se relevante para entender o contexto dessa evolução.

Enquadramento histórico: da al-Qaeda ao «Estado Islâmico»

Um ponto de partida possível para enquadrar o movimento terrorista em análise situa-se nos anos 70, no contexto da Guerra Civil no Afeganistão. Em 1979 tinha início uma intervenção militar soviética que duraria dez anos, período durante o qual duas figuras na resistência afegã se mostraram relevantes: o egípcio Ayman al-Zawahiri, chefe da Jihad no Egito, e o saudita Osama bin Laden, ligado ao financiamento de campos de treino. Na década de 90, e com o Afeganistão sob o domínio dos Taliban, bin Laden estabelece a al-Qaeda, utilizando os campos de treino da época da invasão soviética (Ramos, 2009: 30), e a 23 de agosto de 1996 emitiu a primeira *fatwa*¹⁹, intitulada *Declaration of Jihad on the Americans Occupying the Country of the Two Sacred Places*:

«I say to our Muslim brothers across the world: your brothers in Saudi Arabia and Palestine are calling for your help and asking you to share with them in the jihad against the enemies of God, your enemies the Israelis and Americans. They

¹⁸ *Shariah* é a Lei Islâmica e estabelece os critérios pelos quais todas as ações sociais são classificadas, categorizadas e administradas, dentro do governo do Estado (Muhammad Hisham Kabbani, Islamic Supreme Council of America).

¹⁹ Uma *fatwa* é um pronunciamento islâmico legal emitido por um perito em lei religiosa, pertencendo a um assunto específico, geralmente a pedido de um indivíduo ou juiz para resolver um assunto no qual a jurisprudência islâmica não é clara (Muhammad Hisham Kabbani, Islamic Supreme Council of America).

*are asking you to defy them in whatever way you possibly can, so as to expel them in defeat and humiliation from the holy places of Islam.»*²⁰ (Bin Laden, 1996)

The World Islamic Front for Combat against the Jews and Crusaders intitulava a *fatwa* publicada em 1998 (National Counterterrorism Center), o mesmo ano que em ocorreram os ataques às embaixadas norte-americanas em África.

*«The ruling to kill the Americans and their allies - civilians and military - is an individual duty for every Muslim who can do it in any country in which it is possible to do it, in order to liberate the al-Aqsa Mosque and the holy mosque from their grip, and in order for their armies to move out of all the lands of Islam, defeated and unable to threaten any Muslim.»*²¹ (Bin Laden, 1998)

Segundo o *National Counterterrorism Center*, a *jihād* no Egito, liderada por al-Zawahiri, uniu-se à al-Qaeda de bin Laden em junho de 2001. Em 2004, no contexto da Guerra do Iraque, o grupo jihadista nesse território liderado por al-Zarqawi ligou-se à al-Qaeda, passando a denominar-se al-Qaeda no Iraque (Stratfor, 2014). Al-Zawahiri, então braço-direito de bin Laden (e substituto na liderança do grupo após a sua morte em 2011), enviou em 2005 uma carta a al-Zarqawi (Office of Director of National Intelligence, 2005) especificando os passos necessários para a vitória do Islão radical.

«It has always been my belief that the victory of Islam will never take place until a Muslim state is established in the manner of the Prophet in the heart of the Islamic world, specifically in the Levant, Egypt, and the neighboring states of the Peninsula and Iraq (...).» (al-Zawahiri, 2005)

²⁰ Excertos traduzidos para inglês do original em árabe (e, por isso, escolhe-se não traduzir uma segunda vez, para português); «country of the two sacred places» refere-se à Arábia Saudita.

²¹ A mesquita de al-Aqsa localiza-se em Jerusalém, «holy mosque» refere-se a Meca; ambas as *fatwas* foram publicadas no jornal árabe *Al-Quds Al-Arabi* em Londres.

A proclamação de um Emirato ou Estado, logo após a expulsão dos americanos do Iraque são, respetivamente, a segunda e primeira fases de um plano em quatro passos explicados por al-Zawahiri. Seguir-se-ia a extensão da *jihad* aos países seculares na vizinhança do Iraque e, por fim, o confronto com Israel, «porque Israel foi estabelecido apenas para desafiar qualquer nova entidade islâmica» (al-Zawahiri, 2005), lê-se na carta.

Na sequência da morte do até então líder da al-Qaeda no Iraque, al-Zarqawi, e da fusão de um conjunto de grupos insurgentes presentes naquele território, em outubro de 2006 foi anunciada a criação do «Estado Islâmico do Iraque», liderado por abu Omar al-Baghdadi, que assumiu o estatuto de Emir (Pinto, 2015). Em junho de 2014 foi declarada a criação de um Califado ocupando território iraquiano e sírio, passando o grupo a chamar-se Estado Islâmico (Price, Milton e al-Ubaydi, 2014). Em árabe denomina-se *ad-Dawlah al-Islāmiyah fīl- ‘Irāq wash-Shām*, resultando no acrónimo Daesh. Abu Bakr Al-Baghdadi, líder do grupo desde 2010, é o autoproclamado Califa.

Al-Qaeda: o grupo terrorista da era da globalização

Em termos ideológicos há dois conceitos a considerar: jihadismo e salafismo. A ideologia jihadista, característica da al-Qaeda constitui-se por três ideias principais: a Umma ou comunidade islâmica, que corresponde a uma construção cultural baseada numa comunidade islâmica mítica; a demonização do Ocidente; e a *jihad*, aqui correspondendo à luta, no sentido literal, pela preservação e disseminação do Islão (Khosrokavar, 2006: 86).

O sentido dado ao Islão é igualmente particular, uma vez que se identifica com a ideologia salafista, pertencente ao ramo sunita. Isto significa que “a sociedade que a al-Qaeda e estes grupos pretendem construir exige que o Alcorão, em muitos aspetos, seja interpretado como o era há cerca de 1300 anos. No entanto, o problema maior é a adição às fontes, que dizem sagradas, de uma reinterpretação ultra-radical no que concerne à violência” (da Silva, 2005: 412). O recuo à época contemporânea do Profeta traduz-se no estabelecimento da forma de organização política que existiu desde Mohammed até ao fim do Império Otomano, o Califado, cujo governo se rege pela *shariah*.

Continuando a ler a correspondência de 2005 entre os dois líderes terroristas, verifica-se o reconhecimento da importância da população e dos media.

«If we look at the two short-term goals, which are removing the Americans and establishing an Islamic emirate in Iraq, or a caliphate if possible, then, we will see that the strongest weapon (...) is popular support from the Muslim masses in Iraq, and the surrounding Muslim countries.»

«However, despite all of this, I say to you: that we are in a battle, and that more than half of this battle is taking place in the battlefield of the media. And that we are in a media battle in a race for the hearts and minds of our Umma.» (al-Zawahiri, 2005)

Desde a sua formação que a al-Qaeda tem explorado as vantagens de utilização dos media. Na década de 90 “Bin Laden reconheceu que dar entrevistas aos media ocidentais era o melhor meio de chamar a atenção dos seus inimigos” e, posteriormente, “cenas selecionadas das entrevistas televisivas de bin Laden com repórteres ocidentais tornaram-se parte integrante da propaganda da al-Qaeda nos campos de treino afegãos e nas campanhas de recrutamento” (Nacos, 2006: 151-152). É possível identificar pelo menos quatro objetivos mediáticos distintos: atingir vários grupos; alcançar o reconhecimento das suas causas; conquistar o respeito e a simpatia daqueles cujos interesses dizem defender; e tentar um tratamento mediático idêntico a agente políticos legítimos (Nacos, 2006: 153).

O terrorismo islamista dos anos 90 (que, como referido anteriormente no capítulo, foi considerado por alguns autores um «novo terrorismo») apresenta quatro características que o distinguem do passado: o método empregue, tendo como alvo o coração militar do adversário, constitui um ato de desafio; tem como objetivo provocar o maior número possível de vítimas; é global na dispersão e no alcance dos efeitos; e é suicidário (Ramos, 2009: 31-32), método característico do terrorismo xiita e estreado pelo grupo Hezbollah (Hobsbawm, 2008: 121).

Relatórios de organizações como as Nações Unidas denunciam a sistemática violação dos Direitos Humanos, o que está de acordo com a rejeição da legislação não islâmica por parte destes grupos. Um aspeto pertinente, transversal ao emprego do método terrorista, é a perspetiva decisiva de um inalterável desequilíbrio de forças, a partir do qual os jihadistas justificam a sua violência.

«(...) however far our capabilities reach, they will never be equal to one thousandth of the capabilities of the kingdom of Satan that is waging war on us.»

«Why shouldn't we sow terror in the hearts of the Crusaders and their helpers? And isn't the destruction of the villages and the cities on the heads of their inhabitants more cruel than slaughtering? And aren't the cluster bombs and the seven ton bombs and the depleted uranium bombs crueller than slaughtering? And isn't killing by torture crueller than slaughtering? And isn't violating the honor of men and women more painful and more destructive than slaughtering?» (Al-Zawahiri, 2005)

A justificação da violência na carta de al-Zawahiri baseia-se na comparação com o adversário em dois aspetos: por um lado, a sua capacidade superior; por outro, a sua igual disponibilidade para a violência. Como já referido anteriormente no que concerne ao conflito subversivo, a motivação revolucionária justifica os seus atos pela sua inferioridade militar, quer seja numérica, a nível de armamento, entre outros aspetos. Num ponto de vista compensatório, métodos como o ataque suicida trazem vantagem para o combate. Esta disponibilidade para o martírio está diretamente ligada à convicção ideológica por detrás da promoção da violência, conforme argumenta Hobsbawm. Não se referindo especificamente ao caso islâmico mas sim a propósito da «escalada do megaterror» desde o século passado, o historiador aponta essa convicção «de que a causa dos nossos é tão justa, e a do adversário tão terrível, que todos os meios para alcançar a vitória ou evitar a derrota não são apenas legítimos mas também necessários», significando que «tanto os Estados como os insurretos sentem ter uma justificação moral para a barbárie» (Hobsbawm, 2008: 117). A carnificina da qual a Al-

-Qaeda é autora está justificada porque a coligação internacional é, na perspetiva de al-Zawahiri, ainda mais violenta.

No que toca à organização do grupo, a al-Qaeda é conhecida pela sua dispersão em células, que “operaram de forma independente, desconhecendo a sua existência mútua, sendo os contatos acionados apenas no momento da preparação das operações, muito provavelmente através de *e-mail* ou *sites* da Internet” (Sanchez, 2009: 94).

Um dos aspetos centrais no recrutamento de pessoas para o grupo terrorista prende-se com a motivação contra o Ocidente, devido, por exemplo, ao apoio dos EUA ao Estado de Israel. Outro motivo, segundo Laqueur, é económico; o autor afirma que se o progresso económico no mundo árabe tivesse avançado tanto como, por exemplo, nos países do extremo Oriente e no Sudoeste asiático, se verificaria “menos ressentimento ou menos complexo de inferioridade no confronto com a América e o Ocidente” (Laqueur, 2002: 160). Por isso, o autor apontava, no início dos anos 2000, a situação económica, social e política de alguns países, relacionada com fatores como a sobrepopulação e a pobreza, como geradores de tensões e, dessa forma, “o acesso a armas de destruição maciça alimenta o desejo de poder, a agressividade e o expansionismo” (Laqueur, 2002: 335) presentes nos objetivos dos terroristas islâmicos.

Como se observou anteriormente no capítulo, também a questão da integração de indivíduos muçulmanos na sociedade ocidental, seja primeira ou segunda e terceira gerações, tem influência no acesso e predisposição para o seguimento de ideologias radicais. Verifica-se que “o tipo de ideologia da al-Qaeda cria um processo de identificação mágica através da qual, pessoas tão diferentes como os excluídos e os jovens imigrantes, por um lado, gente de classe média de origem muçulmana por outro, e por último, mas não menos importante, os convertidos atuam em uníssono contra um Ocidente mítico” (Khosrokar, 2006: 89), já que “no Ocidente a opinião pública perceciona o Islão como foco do terrorismo” (Laqueur, 2002: 161).

É desta forma que se constrói uma infraestrutura de dimensão global, na qual os seus elementos “estão fortemente motivados para trazer de volta o seu ‘caminho certo’ islâmico para o mundo moderno. (...) No seu ponto de vista – ou ideologia – o mundo moderno precisa de ser completa e radicalmente alterado para se tornar de novo seguro para os seus seguidores” (Kahati, 2009: 65). A capacidade de recrutamento em qualquer

parte do mundo é marca distintiva deste grupo terrorista e prova do seu caráter global, possibilitado pelo uso dos meios de comunicação modernos, amplamente difundidos e acessíveis, a partir dos quais os radicais islâmicos “disseminam por todo o Globo imagens e palavras poderosas e induzem os jovens influenciáveis a perfilhar as causas violentas” (Nacos, 2006: 145). Essa propaganda, tal como referido anteriormente, passa pelo “objetivo terrorista de dominar (e até ditar) a agenda noticiosa” (Nacos, 2006: 155). Nesse sentido, os ataques em 2001, 2004 e 2005 demonstraram como os terroristas islâmicos “instrumentalizam os *mass media* e a comunicação global, designadamente a Internet, para os seus fins propagandísticos” (Nacos, 2006: 146).

Os atentados

Em novembro de 2004, bin Laden afirmou, num vídeo enviado à Aljazeera, o planeamento dos atentados ocorridos a 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington²². A sua justificação relacionou-se com o apoio norte-americano a Israel e com a sua intervenção militar no âmbito da ‘Guerra ao Terror’.

«And as I looked at those demolished towers in Lebanon, it entered my mind that we should punish the oppressor in kind and that we should destroy towers in America in order that they taste some of what we tasted and so that they be deterred from killing our women and children.»

«So with these images²³ and their like as their background, the events of September 11th came as a reply to those great wrongs, should a man be blamed for defending his sanctuary?» (Al Jazeera, 2004)

A 11 março de 2004 ocorreu um atentado terrorista em Madrid, com 10 explosões quase simultâneas em quatro comboios, provocando 191 mortos e 1700 feridos. Al-

²² Bin Laden já tinha falado sobre os ataques de 11 de setembro num vídeo encontrado em novembro do mesmo ano em Jalalabad, e num outro vídeo difundido pela al-Jazeera em dezembro, mas só em 2004 houve esta reivindicação direta.

²³ Refere-se à Guerra do Golfo em 1990/91 e à invasão do Iraque desde 2003.

Afghani, «porta-voz da al-Qaeda na Europa», apareceu num vídeo ainda no mesmo mês reclamando o ataque, igualmente motivado pela ‘Guerra ao Terror’.

«This is a response to the crimes that you have caused in the world, and specifically in Iraq and Afghanistan, and there will be more, if God wills it.» (Al-Afghani, 2004)

Pouco mais de um ano depois, ocorreu também em Londres um atentado à bomba em transportes públicos: no dia 7 de julho de 2005 foram detonadas quatro bombas, matando 56 pessoas, incluindo os autores, quatro britânicos radicais islâmicos. Mohammed Sidique Khan foi um dos bombistas suicidas e explicou os seus motivos num vídeo transmitido pela al Jazeera em setembro do mesmo ano:

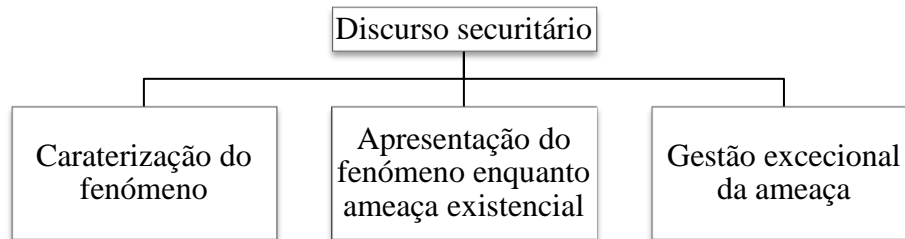
«Until we feel security, you will be our targets. And until you stop the bombing, gassing, imprisonment and torture of my people we will not stop this fight.»²⁴

Estes são dois exemplos de ataques de radicais islâmicos no âmbito da *jihad* contra o Ocidente, cuja reação das instituições europeias será de seguida alvo de análise. O último atentado considerado teve lugar na redação do semanário satírico *Charlie Hebdo*, em Paris no dia 7 de janeiro de 2015. Tanto os autores, cidadãos franceses de ascendência argelina – mortos pela polícia francesa no decorrer de uma «caça ao homem» nos três dias que se seguiram – como o líder da Al-Qaeda na Península Arábica reclamaram o atentado para a organização, justificado pela utilização de caricaturas de Mohammed.

²⁴ No vídeo aparece al-Zawahiri (não no mesmo momento que Khan), mas a ligação com a al-Qaeda tem vindo ser desmentida pelo governo britânico.

Abordagem metodológica - conclusão

Tal como referido no capítulo anterior, nesta análise faz sentido uma antecipada seleção de tópicos a identificar nos discursos e outros documentos. A desconstrução dos discursos anuais (e específicos de estratégia de segurança e/ou terrorismo) baseia-se na seguinte esquematização²⁵:



A caracterização do fenómeno engloba a enumeração de causas, origens e motivações para o terrorismo, bem como os seus autores, objetivos e métodos. A apresentação do terrorismo enquanto ameaça existencial salienta as expressões características do discurso securitário, nomeadamente, a prioridade da ameaça terrorista sobre todas as outras. A eventual afirmação da novidade do fenómeno («novo terrorismo» por oposição a um tipo de terrorismo tradicional) verifica-se num destes momentos do texto. Também se destaca a apresentação de consequências da inação, face ao terceiro tópico. A gestão excecional da ameaça corresponde às medidas de carácter extraordinário que são propostas pelos vários países, incluindo, com o passar do tempo, as consequências positivas dessas medidas. Revela também a afirmação da capacidade individual do Estado em lidar com a ameaça, bem como a importância da cooperação internacional.

²⁵ Fonte: esquema elaborado pela autora.

CAPÍTULO III

A última parte deste trabalho divide-se em dois subcapítulos: o primeiro é dedicado à análise de discurso dos atores estatais (EUA, Reino Unido, França e Espanha); o segundo, à análise de discurso dos atores institucionais (UE e OTAN). Relembra-se que na delimitação cronológica adotada, entre setembro de 2001 e setembro de 2015, são analisados três momentos de discurso, de modo a abranger fases diferentes da narrativa, próxima ou distante dos acontecimentos a que se refere:

- discursos²⁶ pontuais de reação a acontecimentos considerados atentados terroristas (como é o caso dos atentados ocorridos nos quatro países selecionados)²⁷. Apesar da escassez de informação no imediato após os atentados – nomeadamente, no que concerne à explicação relativa a motivações e autores – procura-se utilizar discursos proferidos nas 24 horas após os acontecimentos, de modo a captar a maior espontaneidade possível;

- discursos de orientação estratégica (de frequência variável) que abordam a segurança nacional em geral, ou a gestão do fenómeno do terrorismo em particular;

- discursos anuais, variando igualmente de ator para ator, seja de balanço geral do ano anterior, de comunicação de medidas para o ano seguinte, ou num contexto mais específico em que o tema da segurança seja relevante.

Os discursos anuais, por Estado, são os seguintes:

- Espanha: o Discurso do Presidente do Governo no debate sobre o Estado da Nação²⁸ contempla, anualmente (exceto em anos de eleições²⁹), uma análise da situação presente do país, a vários níveis, assim como as propostas para o ano seguinte. Ocorria entre maio e julho até 2012, e desde 2013 tem lugar em fevereiro.

²⁶ Sempre que possível são analisados os discursos na íntegra, salvaguardando-se os casos nos quais o acesso aos mesmos não foi possível. Nessas situações, a análise reincidiu nos excertos obtidos a partir da imprensa, com as naturais condicionantes.

²⁷ Esta análise, apesar de presente no subcapítulo dedicado aos atores estatais, inclui sempre os discursos dos seis atores (estatais e institucionais), de modo a alcançar uma comparação mais completa.

²⁸ *Discurso del Presidente del Gobierno – Debate sobre el Estado de la Nación*, no original em espanhol.

²⁹ Nos anos de eleições procurar-se-á substituí-lo pelo discurso de investidura do primeiro-ministro eleito.

- França: a Alocução do Presidente da República na ocasião da recepção no Ministério da Defesa³⁰ tem lugar no dia 13 de julho, véspera da Festa Nacional, e constitui um discurso dedicado às Forças Armadas.

- Reino Unido: o Discurso da Rainha³¹ é um discurso elaborado pelo Governo, lido pela rainha do Reino Unido perante o Parlamento, apresentando a agenda do Executivo para o ano seguinte. Entre 2002 e 2010 decorreu em novembro ou dezembro, passando a ocorrer, a partir de 2012, em maio ou junho.

- EUA: o Estado da União³² é um discurso do presidente dos Estados Unidos perante o Congresso norte-americano. A intervenção, que ocorre dentro dos dois primeiros meses de cada ano, refere-se às propostas legislativas do presidente para o ano seguinte, que faz também um balanço da atual situação do país, a vários níveis.

Os discursos anuais dos quatro países são muito distintos entre si. Os discursos do presidente norte-americano são mais longos e caracterizam-se por uma retórica particular, não partilhada pelos Estados europeus. Os discursos espanhóis também fazem uma longa análise do ano anterior e projeção para o ano seguinte, sendo o tipo de discurso mais semelhante ao norte-americano. O discurso francês não está em total pé de igualdade, uma vez que se refere a um contexto específico – o da pasta da Defesa – que, na falta de um discurso mais generalista, se revela o mais adequado ao contexto em análise. Por fim, os discursos britânicos, inseridos num aparato sem paralelo com mais nenhum dos outros Estados, preenchem uma função informativa sobre a agenda política, sem espaço para balanços e análises, nem mesmo para explicação de medidas propostas. Estes constituem-se, assim, os discursos mais curtos e de orientação mais concreta.

A extensão dos textos condiciona a análise qualitativa, mais não seja pela quantidade de assuntos que é possível abordar, e com que detalhe. Dessa forma, observam-se assuntos bastante repetidos nos discursos norte-americanos, comparativamente a assuntos referidos de forma muito sucinta nos discursos britânicos. No que toca aos temas a que se refere este trabalho, o contexto político e económico-social de cada Estado determina qual a sua importância ao longo dos 14 anos analisados. Um mesmo

³⁰ *Allocution du Président de la République à l'occasion de la réception offerte par la ministre de la Défense*, e, mais tarde, *Discours du Président lors de la réception au ministère de la Défense à l'occasion de la fête nationale*, no original em francês.

³¹ *Queen's Speech*, no original em inglês.

³² *State of the Union*, no original em inglês.

assunto não tem exatamente a mesma importância ao mesmo tempo para Estados diferentes.

Os discursos anuais selecionados, por Instituição, são os seguintes:

- UE: a partir de 2010 a UE passou a fazer um discurso do Estado da União à semelhança do que é feito nos EUA. Nos nove anos anteriores são considerados os outros tipos de declarações e documentos selecionados para este estudo, no âmbito estratégico, cuja frequência é quase anual, e cuja autoria é distribuída entre Conselho Europeu e Conselho da UE, bem como Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança;

- OTAN: são considerados discursos anuais as Declarações das Cimeiras da OTAN, que decorrem com frequência anual ou bienal; a partir de 2011 é também considerado o Relatório Anual do Secretário-Geral. À semelhança da UE, os documentos de orientação estratégica colmatam, temporalmente, a ausência de discursos anuais de outra espécie.

1. Atores Estatais

Numa primeira parte deste subcapítulo são analisados os discursos de reação aos primeiros três atentados selecionados: 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque e Washington, 11 de março de 2004 em Madrid, e 7 de julho de 2005 em Londres. Numa segunda parte analisa-se o período de 2002 a 2006³³ através dos outros dois tipos de documentos, discursos anuais de balanço e documentos político-estratégicos.

Segue-se a análise da narrativa durante os oito anos seguintes, entre 2007 e 2014, incluindo um outro atentado, a 22 de julho de 2011 na Noruega, de modo a possibilitar uma comparação com os anteriores discursos de reação. Por fim, o último ano em análise, 2015, começa com o atentado a 7 de janeiro, em Paris, e termina com os discursos anuais de balanço e documentos político-estratégicos de cada país.

³³ Esta delimitação temporal corresponde aos cinco anos decorridos após o primeiro atentado, em 2001.

Três atentados: 11/09, 11/03, 7/07

A análise dos discursos de reação revela a posição dos atores, à época, face ao terrorismo, no que toca não só à gravidade, causas e características do fenómeno, a relação (no caso dos Estados) do seu país com a probabilidade desse acontecimento e, conseqüentemente, os meios para lidar com ele, mas também a relação desse Estado ou Instituição com o país alvo do atentado, passando pelo apoio prestado, de promessas de solidariedade a alianças concretas.

Estes serão, na verdade, os tópicos presentes na análise dos discursos de reação. A análise do primeiro discurso determina o tom e a conseqüente comparação das relações entre Estados e da importância atribuída aos diferentes ataques, dependendo da época e do território.

Atentados em Nova Iorque e Washington, 11 de setembro de 2001

Todos os atores se referiram ao 11 de setembro de 2001 como atos de terrorismo, e a urgência do sucedido traduziu-se em expressões como “todos os esforços que sejam necessários (...) para erradicar o terrorismo”³⁴ (Aznar, 2001), para o “expulsar do nosso mundo” (Blair, 2001) e para “não o deixar triunfar (...), dividir o mundo” (Prodi, 2001). O apoio direto aos EUA esteve presente nas palavras de todos os atores: “Asseguro, naturalmente, ao Presidente Bush o meu apoio total” (Chirac, 2001); “a União Europeia apoia firme e totalmente os Estados Unidos” (Solana, 2001). A partilha do atentado – que o primeiro-ministro espanhol declarou ser “um ataque contra todos nós” (El País, 2001) – é afirmada também ao nível institucional, pela OTAN: “Estes atos bárbaros constituem uma agressão intolerável contra a democracia e sublinham a necessidade da comunidade internacional e dos membros da Aliança unirem esforços na luta contra o flagelo do terrorismo” (Robertson, 2001).

A luta contra o terrorismo, manifestada em vários discursos, não é especificada, sendo a afirmação mais próxima de uma estratégia a do primeiro-ministro espanhol: “acabar com o terrorismo onde é produzido” (Aznar, 2001).

³⁴ As citações são traduzidas livremente pela autora a partir da língua de consulta de cada documento.

A caracterização do fenómeno do terrorismo resume-se na sua oposição com os valores democráticos, nomeadamente, o de liberdade, interpretando os ataques “contra o mundo livre e os nossos valores comuns” (Prodi, 2001) ou que “não [é] uma batalha entre Estados Unidos e terrorismo, mas entre o mundo livre e democrático, e o terrorismo” (Blair, 2001). O primeiro-ministro britânico é o único a atribuir novidade ao fenómeno – “terrorismo de massa é o novo mal no nosso mundo” (Blair, 2001) –; já a sua utilização do termo ‘mal’ é partilhada pelo presidente dos Estados Unidos.

O discurso de reação de George W. Bush, à semelhança dos outros atores, salienta a oposição dos valores democráticos relativamente aos autores dos ataques, afirmando que “os atos de terrorismo de massa tinham a intenção de assustar a nossa nação no caos” (Bush, 2001). Mas o presidente norte-americano não partilha da ideia de novidade, ao assegurar que “a América já derrubou inimigos antes, e vai fazê-lo desta vez” (Bush, 2001). A estratégia da guerra contra o terrorismo, ainda pouco explícita, passaria por “não fazer distinção entre os terroristas que cometeram estes atos e aqueles que lhes derem refúgio” (Bush, 2001).

Atentado em Madrid, 11 de março de 2004

A ideia de união das democracias é a mais partilhada nos discursos de reação ao 11 de março de 2004, tal como afirma o presidente francês – “as democracias devem estar, e estarão, unidas” (Chirac, 2004) – ou o secretário-geral da OTAN – “os Aliados e os seus parceiros continuarão resolutos e unidos” (Scheffer, 2004). Também o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE, Javier Solana, sublinha a oposição daqueles que perpetuam estes atos relativamente aos princípios europeus, afirmando que, a três dias das eleições legislativas em Espanha, os terroristas quiseram “destruir o processo democrático por excelência” (El Mundo, 2004). Sem se apontar autores (para além do termo ‘terroristas’), caracteriza-se o ataque enquanto “violência pela violência, gratuita e sem objetivo, violência que não conduz a lado nenhum” (Prodi, 2004).

A ideia de novidade do fenómeno dá lugar à de continuidade, nas palavras do primeiro-ministro britânico: “Este terrível ataque sublinha a ameaça do terrorismo que

continuaremos a enfrentar em muitos países” (The Guardian, 2004). Para além da capacidade de expansão, expressões como “perigo real e presente” (Scheffer, 2004) demonstram a seriedade com que o fenómeno é abordado na reação em 2004.

Espanha é um país com experiência no terrorismo de natureza interna, o que é salientado pelo presidente norte-americano: “Reconheço a luta do governo espanhol contra o terror, a sua posição resoluta contra organizações terroristas como a ETA” (Bush, 2004). A questão da autoria é, por isso, particular no caso do atentado em Espanha, por a principal suspeita recair, num primeiro momento, sobre a ETA. O primeiro-ministro espanhol refere-se aos autores, que não nomeia, como “uma minoria de fanáticos” (Aznar, 2004).

No que toca à interpretação de intenções, afirma que “os terroristas quiseram provocar todo o dano possível” e que “mataram muitas pessoas pelo simples facto de serem espanhóis” (Aznar, 2004). Quanto à estratégia, encara o acontecimento tanto enquanto um crime (“as investigações policiais para perseguir os assassinos começaram de imediato”) como uma demanda para lá do âmbito doméstico, ao apelar a uma “luta internacional firmemente determinada a derrotar o terrorismo” (Aznar, 2004). A capacidade espanhola é expressa de forma indubitável: “Derrotá-los-emos. Que não tenham nenhuma dúvida” (Aznar, 2004).

Atentado em Londres, 7 de julho de 2005

A reação ao atentado em Londres assemelha-se à anterior no que concerne à ideia da união e cooperação internacionais: “aumentar a solidariedade entre as grandes nações do mundo contra aquelas que os cometem [atos terroristas]” (Chirac, 2005), “a unidade dos democratas (...) e a cooperação internacional são os melhores instrumentos para conseguir a derrota total do terrorismo” (Zapatero, 2005). A OTAN continua esta ideia de oposição à união, reforçando que os “terroristas matam e destroem indiscriminadamente e procuram dividir as nossas sociedades” (Scheffer, 2005).

Tanto o presidente da Comissão Europeia como o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE intensificaram a ideia da imprevisibilidade no espaço e no tempo – “uma ameaça que pode atingir qualquer um dos nossos Estados

membros, em qualquer altura” (Barroso, 2005) –, situação que conclui na necessidade de preparação permanente – “não podemos baixar a guarda” (BBC, 2005). George Bush enquadra o atentado em Londres na sua estratégia de combate ao terrorismo: “A guerra ao terror continua” (Bush, 2005).

Quase quatro anos após os atentados a 11 de setembro em território norte-americano, e no decorrer das correspondentes medidas de combate ao terrorismo (internas e externas, nacionais e cooperativas), é a primeira vez que se encontra num discurso de reação – neste caso, do primeiro-ministro do país alvo do ataque - a associação dos atos terroristas ao Islão: “Congratulo-me com a declaração do Conselho Islâmico, que sabe que estas pessoas atuaram em nome do Islão mas que também sabe que a vasta e esmagadora maioria de muçulmanos, aqui e lá fora, são pessoas decentes e respeitadoras da lei, que abominam este ato de terrorismo tanto quanto nós” (Blair, 2005).

À semelhança dos anteriores chefes de Estado e Governo, Tony Blair avança para as motivações dos atos terroristas: “Creio que todos sabemos o que eles estão a tentar fazer, estão a tentar (...) assustar-nos para que não façamos as coisas que queremos, deter-nos de ter uma vida tão normal como aquela a que temos direito, (...) tentam intimidar-nos, (...) procuram mudar o nosso país, o nosso modo de vida (...). O propósito do terrorismo é apenas esse, aterrorizar as pessoas (...)” (Blair, 2005).

O primeiro-ministro britânico não adianta estratégias nem resultados específicos no combate ao terrorismo, salientando, por exemplo, o apoio internacional que testemunhou, no momento em que teve conhecimento dos ataques – realizava-se a Cimeira do G8 na Escócia –, afirmando “cada um dos países em volta da mesa tem alguma experiência nos efeitos do terrorismo, e todos os líderes, tal como indicarão mais tarde, partilham a nossa resolução para derrotar o terrorismo” (Blair, 2005).

A apresentação das reações discursivas a estes três atentados demonstra que se confirma a existência de uma narrativa transatlântica no que toca à interpretação do terrorismo enquanto ameaça existencial. Tal como foi exposto anteriormente neste trabalho, o processo de securitização baseia-se na deslocação de um fenómeno, entendido como ameaça, da esfera da gestão política para a gestão securitária. Ou seja, a

narrativa transatlântica que apresenta o terrorismo como ameaça existencial torna o terrorismo uma ameaça securitizada. Esta partilha não significa, contudo, que os diferentes Estados analisados atribuam o mesmo conjunto de características num mesmo momento. Na verdade, o que se verifica é uma variação, nomeadamente, da caracterização do fenómeno consoante o contexto em que ele ocorre.

A utilização de um vocabulário mais extremo na reação ao primeiro atentado, perpetrado a 11 de setembro de 2001 – através da utilização de expressões como ‘ataque contra todos’, ‘todos os esforços’, ‘apoio total’, ‘erradicar o terrorismo’, ‘acabar com o terrorismo onde é produzido’, na sua origem – transmite uma intenção de eliminar completamente a ameaça, uma predisposição para empregar todos os meios disponíveis, assim como um apoio incondicional por parte dos diversos parceiros, o que reflete o âmbito transatlântico. Nos anos seguintes essa ideia de união é a que se mantém mais forte (contra um suposto objetivo terrorista de divisão, interpretado pelos discursos ocidentais), o que é reforçado na reação ao último atentado, pela introdução da ideia de imprevisibilidade no espaço, num momento em que é cada vez maior a diversidade dos alvos atingidos.

Um dos conceitos díspares que se destaca é o conceito de novidade da ameaça que, aumentando o seu grau de perigosidade, é oposto ora à ideia de experiência, que supõe capacidade de lidar com esta ameaça, seja igual ou não a ameaças anteriores, ora à ideia de continuidade, nas reações posteriores ao primeiro atentado, que serve para estabelecer um fio condutor e justificar as estratégias entretanto adotadas, mantendo o grau securitário da ameaça. Outra ideia que distingue a narrativa dos atores analisados relaciona-se com a interpretação que é feita sobre as eventuais intenções: verifica-se tanto a ausência de intenções num massacre encarado como indiscriminado, como a intenção de influência no modo de vida ocidental, nomeadamente, pela atemorização das populações.

Considera-se, no entanto, que estas ideias contrastantes não anulam a narrativa política de dimensão transatlântica, pois a interpretação (principalmente, num momento de reação) de determinadas características, intenções e capacidades de terroristas não modifica o âmbito securitário que se traduz no apoio entre Estados, nomeadamente, numa oposição entre os valores democráticos e o terrorismo. A interpretação do terrorismo enquanto ameaça existencial demonstra uma perspetiva muito mais alargada

no tempo ou, pelo menos, muito mais gravosa no presente, o que não é modificável por divergências pontuais. A partir das reações a estes acontecimentos considera-se que o terrorismo representa uma ameaça muito maior do que os atentados que despoletam essa interpretação, representando, em última instância, uma ameaça à forma de vida da comunidade transatlântica.

Quanto à gestão da ameaça, neste contexto revela-se uma variação no que toca ao alvo, que é colocado (de forma alternada) nos terroristas, no terrorismo, nos países que constituem refúgio para o terrorismo, assim como na sua capacidade, encarando os autores de tais ataques tanto enquanto uma minoria como uma força que só pode ser enfrentada mediante uma luta internacional, o que constitui um exemplo de securitização. Por último, importa salientar a referência ao contexto islâmico, que é feita com o objetivo de distinguir a religião da violência.

De 2002 a 2006

Feita a análise aos primeiros três atentados através dos discursos de reação, recua-se no tempo para alcançar uma observação mais detalhada da evolução da narrativa nos cinco anos que se seguiram ao primeiro ataque. A análise país a país, de acordo com a ordem de ocorrência dos atentados, contribui para a compreensão da narrativa da esfera coletiva transatlântica.

EUA

“Milhares [de terroristas] estão agora espalhados pelo mundo como bombas-relógio, definidas para explodir sem aviso.” (Bush, 2002a)

“A guerra contra terroristas de alcance global é um empreendimento global de duração incerta.” (Bush, 2002b)

“O perigo mais grave que a América e o mundo enfrentam são regimes párias que procuram e possuem armas nucleares, químicas e biológicas. (Bush, 2003)

“A América nunca vai pedir permissão para defender a segurança do seu país.”
(Bush, 2004)

“A paz que procuramos só será alcançada pela eliminação das condições que alimentam o radicalismo e as ideologias de assassinato.” (Bush, 2005)

“Se deixássemos esses agressores sozinhos (...) eles simplesmente iriam mover o campo de batalha para a nossa costa.” (Bush, 2006)

No início de 2002 George W. Bush era presidente dos Estados Unidos há um ano. O seu segundo Discurso do Estado da União foi dedicado (praticamente mais de metade) à recentemente iniciada ‘Guerra ao Terror’. O presidente não deixa dúvidas: “A nossa nação está em guerra” (Bush, 2002a) é a expressão utilizada para introduzir, na abertura do discurso, o tema do terrorismo, que se estende por mais de metade do texto. A palavra ‘guerra’ (assim como a expressão ‘Guerra ao Terror’) é usada de forma frequente ao longo destes cinco anos. Consequentemente, os terroristas são muitas vezes denominados ‘inimigos’, caracterizados pela violência, destruição e imprevisibilidade. São enumerados grupos terroristas que fazem parte de um “submundo terrorista” (Bush, 2002a): Hamas, Hezbollah, Jihad Islâmica Egípcia e Jaish-i-Mohammed³⁵. Associado ao combate contra o terrorismo – iniciado pela destruição de campos de treino no Afeganistão, a 7 de outubro de 2001 –, Bush apresenta um segundo grande objetivo: a prevenção da proliferação das armas de destruição maciça. É em 2002 que o presidente norte-americano descreve o célebre “eixo do mal”³⁶ (Bush, 2002a), formado pelo Iraque, Irão e Coreia do Norte. Por outro lado, é reforçada a aliança com o Afeganistão contra o terror, assim como é afirmada a cooperação de vários Estados nas ações armadas internacionais. Contudo, é deixado claro o direito à ação unilateral dos EUA, face à eventual inação de outros Estados.

O tom do discurso permanece pouco alterado ao longo dos quatro anos seguintes. Denota-se, em vez disso, alteração na própria estrutura do discurso. Há quase uma

³⁵ Hamas é um grupo considerado terrorista formado no final da década de 80 aquando da primeira intifada palestiniiana; Hezbollah é um grupo libanês xiita dos anos 80 considerado terrorista pela UE desde 2013 (National Counterterrorism Center, s.d.). A Jihad Islâmica Egípcia surgiu nos anos 70 e é associada à al-Qaeda por um dos seus líderes, al-Zawahiri, se ter aliado a bin Laden (Council on Foreign Relations, 2008). Jaish-i-Mohammed é um grupo extremista dos anos 2000, sediado no Paquistão (National Counterterrorism Center, 2013).

³⁶ *Axis of evil* no original em inglês.

intercalação dos assuntos: os discursos de 2002, 2004 e 2006 abrem com o tema do terrorismo, enquanto em 2003 e 2005 o tema só surge a meio do discurso, sendo precedido por temáticas como economia, saúde e segurança social. De 2002 para 2003 a questão das armas de destruição de massa, apesar de associada, praticamente se sobrepõe ao tema do terrorismo, no ano que acabaria por ser o do início da guerra no Iraque. A caracterização dos movimentos terroristas (presente no discurso anterior e seguintes) dá lugar a acusações sobre o regime do Presidente Saddam Hussein. Contudo, as referências à ‘Guerra ao Terror’ estão presentes, nomeadamente, pela enumeração de objetivos atingidos, como a captura ou morte de figuras importantes da al-Qaeda. “A guerra continua e nós estamos a ganhar” (Bush, 2003), assegura o presidente norte-americano.

Essa guerra, esclarece Bush em 2004, foi iniciada pelos terroristas dentro dos EUA. No fim do primeiro mandato, o presidente norte-americano foca-se no contributo das medidas contra o terrorismo (nomeadamente, no Afeganistão e no Iraque), salientando a cooperação com os parceiros internacionais e chamando a atenção para os prejuízos da interrupção deste conjunto de esforços: “Nós não caminhamos tudo isto – através de tragédia e desafios e guerra – para vacilar e deixar o nosso trabalho inacabado” (Bush, 2004).

Reeleito no final do ano anterior, o presidente Bush retoma o tema do terrorismo em 2005 com maior detalhe, descrevendo as motivações e ações dos terroristas, sem esquecer de atribuir um papel particular aos EUA: “O nosso país ainda é o alvo para os terroristas que querem matar muitos e intimidar-nos a todos” (Bush, 2005). Pela primeira vez neste tipo de discurso, nomeia outra figura central (para além do líder Osama bin Laden), o líder da al-Qaeda no Iraque, Abu al-Zarqawi: “A única força poderosa o suficiente para parar o avanço da tirania e do terror, e substituir o ódio por esperança, é a força da liberdade humana. Os nossos inimigos sabem disto, e é por isso que o terrorista Zarqawi declarou recentemente guerra àquilo que chamou o ‘princípio maligno da democracia’” (Bush, 2005).

A questão das coligações é mais reforçada que nos discursos anteriores, assente numa ideia de partilha: “Os Estados Unidos vão trabalhar com os nossos amigos na região [do grande Médio Oriente] para combater a ameaça comum do terror” (Bush, 2005).

Em 2006, e após quase 5 anos de ocupação militar entretanto contestada pela opinião pública, o presidente norte-americano reforça as consequências da interrupção da ‘Guerra ao Terror’: “Uma retirada repentina das nossas forças no Iraque seria abandonar os nossos aliados iraquianos à morte e à prisão, e colocaria homens como bin Laden e al-Zarqawi no comando de um país estratégico” (Bush, 2006a). Além dessa vertente, Bush afirma neste discurso que a “ofensiva contra o terror envolve mais do que a ação militar. Em última análise, a única forma de derrotar os terroristas é derrotar a sua negra visão de ódio e medo” (Bush, 2006a). Define também o significado de Islão radical: “a perversão de uma minoria de uma nobre fé numa ideologia de terror e morte” (Bush, 2006a).

Ao longo dos cinco discursos, a data de 11 de setembro de 2001 é invocada para marcar um antes e depois na postura norte-americana ofensiva e defensiva. A par dos detalhes militares e correspondentes justificações, a oposição estabelecida desde o início é ideológica, nomeadamente, constituindo o terrorismo num ataque à liberdade. Esta é a palavra mais repetida, a par dos termos relacionados com terrorismo (terror, terroristas), e ‘guerra’, assim como ‘Iraque’. No que toca à cooperação, o presidente dos EUA não deixa de salientar a importância dos seus aliados, mas também não hesita em afirmar a liderança do país no combate ao terrorismo.

Em 2002 e 2006 foram publicadas versões atualizadas da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA³⁷. Até 2002 estava em vigor a estratégia publicada em 2001, ainda na presidência de Bill Clinton, que abordava o tema do terrorismo entre outras novas ameaças como a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, e o crime internacional. O presidente Bush mantém a ênfase na novidade, mas destaca o terrorismo acima de outras ameaças, contra a qual “devemos usar cada ferramenta no nosso arsenal” (Bush, 2002b: iv). Também a partilha da ameaça é salientada: “Hoje, as grandes potências do mundo encontram-se no mesmo lado – unidas por perigos comuns de violência terrorista e caos” (Bush, 2002b: v). Quatro anos depois era publicada a nova versão da Estratégia, iniciada pela frase “A América está em guerra” (Bush, 2006b: i). O presidente norte-americano coloca lado a lado o combate ao terrorismo e a promoção da liberdade, relacionada com as missões militares no Afeganistão e no Iraque. O balanço do prefácio foca-se mais nas conquistas dos quatro anos anteriores, ao

³⁷ *The National Security Strategy of the United States of America*, no original em inglês.

mesmo tempo que enumera atos terroristas que justificam a manutenção da ‘Guerra ao Terror’. Ambas as Estratégias dedicam um capítulo (o terceiro no documento, e o primeiro dos que expõe uma estratégia específica) sobre o combate ao terrorismo, intitulado “Reforçar Alianças para derrotar o Terrorismo Global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e os nossos amigos”. Tal como a evolução dos discursos anuais, as Estratégias demonstram a manutenção do tema do terrorismo como assunto prioritário para a segurança do país.

Espanha

“Nenhum problema dos que temos de enfrentar é comparável ao terrorismo, nenhum objetivo é tão exigente e necessário como a sua erradicação.” (Aznar, 2002)

“É essencial conservar a unidade democrática perante o terror.” (Aznar, 2003)

“Cooperação contra todo o tipo de terrorismo: contra o que nos tem atingido durante 40 anos, e contra o terrorismo internacional.” (Zapatero, 2004)

“O nosso país quer ver erradicado o terrorismo, o único flagelo que perdura desde a transição democrática.” (Zapatero, 2005)

A meio do seu segundo mandato, o primeiro-ministro espanhol José María Aznar colocava o terrorismo como a prioridade do governo no contexto do Discurso sobre o Estado da Nação. Apresentando os sete eixos de ação para o ano seguinte, o terrorismo ocupa o primeiro, enquanto “única ameaça dos nossos direitos e da nossa convivência” (Aznar, 2002). Aznar relembra os atentados a 11 de setembro do ano anterior, um “acontecimento que transformou por completo a atitude do mundo perante o terrorismo” e que “marcou um antes e um depois na luta global contra o terror” (Aznar, 2002). O primeiro-ministro espanhol enfatiza o apoio aos EUA, pois valores como “a liberdade, a democracia e os direitos humanos no mundo dependem, em grande medida, do vínculo transatlântico” (Aznar, 2002). O terrorismo permanece, no Discurso sobre o Estado da Nação de 2003, como primeiro de seis objetivos, numa estratégia que combina leis contra o terrorismo doméstico e cooperação contra o terrorismo internacional. Espanha aborda o problema “a partir da sua própria experiência e com a credibilidade de quem

sabe bem o que o terrorismo significa” (Aznar, 2003). Além da cooperação com EUA, é salientada a concordância com as medidas tomadas no contexto da UE.

A 14 de abril de 2004 José Luis Zapatero, eleito três dias após o atentado em Madrid, abre o seu discurso de investidura reafirmando como “objetivo prioritário a luta impiedosa contra o terrorismo, contra qualquer terrorismo, contra todo o terrorismo” (Zapatero, 2004). A par da proposta de medidas de coordenação a nível interno, e cooperação a nível internacional, assegura que não vai “cair no erro de propor, para o bem da segurança, restrições no nosso sistema de liberdades” (Zapatero, 2004). O seu primeiro discurso no debate sobre o Estado da Nação, em maio de 2005, também é iniciado com o atentado a 11 de março, seguindo-se a enumeração dos contributos alcançados pelas medidas contra o terrorismo entretanto adotadas. Zapatero explica que quer falar primeiro de terrorismo e só depois de política, porque “violência e política não devem cruzar-se” (Zapatero, 2005). Sem se alongar sobre o assunto – sem caracterizar terrorismo ou abordar a questão das armas de destruição maciça – afirma que foram retiradas as tropas espanholas do Iraque.

Em 2006 o terrorismo passa de assunto prioritário a um problema entre outros, surgindo num momento já quase final do discurso, dominado por assuntos maioritariamente internos, como a economia, a saúde, a educação, etc. “É evidente que a situação internacional tem vindo a ser condicionada por três problemas principais: conflitos não resolvidos, desigualdades profundas e pobreza, e o terrorismo internacional” (Zapatero, 2006) constitui a primeira de três referências ao tema (a segunda é sobre o trabalho com as Nações Unidas e a terceira é sobre o apoio às vítimas do terrorismo, nos momentos finais do discurso).

Os valores afirmados por Espanha em oposição à ameaça terrorista relacionam-se com a unidade das democracias e com a ideia de justiça, dado o carácter interno da ameaça que o governo combate há décadas. Apesar de ser tema primordial no contexto do pós-11 de setembro e pós-11 de março, rapidamente perde importância entre 2005 e 2006, para acabar por ser abordado como um mero tópico entre outros.

Reino Unido

“O meu Governo continuará a ter um papel de liderança no combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça, que estão entre as ameaças mais sérias para a segurança do Reino Unido e dos nossos aliados.” (Parlamento britânico, 2002)

“O meu Governo reconhece que vivemos num tempo de incerteza global com uma ameaça crescente do terrorismo internacional e crime organizado.” (Parlamento britânico, 2004)

“No centro do programa do meu Governo estarão mais medidas para proporcionar comunidades fortes, seguras e estáveis, para enfrentar a ameaça do terrorismo.” (Parlamento britânico, 2006)

Tony Blair iniciava o seu segundo mandato em 2002, e mantém-se como chefe do Governo britânico durante o período em análise.

A importância dada ao tema do terrorismo pode ser considerada crescente tendo em conta que entre 2002 e 2005 vai surgindo cada vez mais cedo no discurso. Nesse período, o terrorismo nunca é uma ameaça endereçada de forma individual, mas sim juntamente com outras ameaças (armas de destruição maciça ou crime organizado). A estrutura e o tipo de discurso não proporcionam, por exemplo, algum tipo de descrição da ameaça. Os esforços de cooperação estão presentes pelo apoio prestado aos EUA e trabalho em conjunto com a ONU e a OTAN.

No discurso de 2006, o primeiro após o atentado a 7 de julho no ano anterior em Londres, o terrorismo passa para segundo tema abordado no discurso (logo após a economia), sendo enumeradas algumas novas medidas para combater a ameaça em solo britânico, nomeadamente, no Serviço de Imigração.

Em 2006 é lançado um documento estratégico específico sobre o combate ao terrorismo. A Estratégia de Luta contra o Terrorismo Internacional³⁸ situa-se na continuação de uma estratégia a longo-prazo com início em 2003, que se divide em quatro vertentes: prevenir, perseguir, proteger e preparar. Na estratégia de 2006 o

³⁸ *Countering International Terrorism: The United Kingdom's Strategy*, no original em inglês.

terrorismo é descrito como um fenómeno que não é novo, pela experiência relacionada com a Irlanda do Norte. É então distinguido ‘terrorismo’ de ‘terrorismo islamista’³⁹, ameaça que deriva de “indivíduos radicalizados que usam uma versão não representativa e distorcida da fé islâmica para justificar a violência” (Governo do Reino Unido, 2006: 1). Enumerando algumas características das ações do terrorismo islamista, resume-se que “a escala da ameaça está, potencialmente, ainda a aumentar, e não é suscetível de diminuir significativamente nos próximos anos” (Governo do Reino Unido, 2006: 1). Este documento alinha-se, assim, com os discursos anuais previamente descritos, e com a importância crescente atribuída ao fenómeno do terrorismo.

França

“O terrorismo é uma das ameaças mais sérias para a segurança dos nossos cidadãos e do mundo.” (Chirac, 2003)

“A luta contra o terrorismo, em primeiro lugar, tornou-se progressiva e logicamente uma das vossas missões prioritárias no nosso território.” (Chirac, 2004)

“A terrível ameaça terrorista impõe uma mobilização e uma vigilância em todos os momentos.” (Chirac, 2005)

“(…) a ameaça no nosso país nunca foi tão forte: desde os atentados em Madrid e Londres sabemos que visa particularmente a Europa.” (Villepin⁴⁰, 2006)

A 13 de julho de 2002 Jacques Chirac, no início do seu segundo mandato, era recebido no ministério da Defesa na habitual cerimónia de véspera da festa nacional francesa. Relembrando que o tipo de discurso neste contexto não é generalista mas sim dedicado às Forças Armadas, o presidente francês afirma o seu apoio à luta contra o terrorismo, descrevendo a presença das tropas no Afeganistão. Salienta, contudo, que “a ação militar é apenas um dos aspetos da luta antiterrorista” (Chirac, 2002).

³⁹ *Islamist Terrorism* no original em inglês

⁴⁰ Dominique de Villepin, ministro do Interior francês.

Esta posição continua presente no ano seguinte, ao afirmar que “a resposta a esta ameaça [terrorista] não é, em primeiro lugar, nem principalmente, militar” (Chirac, 2003). Em 2004 e 2005 a referência ao tema do terrorismo baseia-se na reafirmação da seriedade da ameaça e no reconhecimento dos militares franceses em solo afegão, e em 2006 não existe qualquer referência a nenhum dos dois aspetos nesse discurso.

Nesse ano é publicado o Livro Branco sobre a segurança interna face ao terrorismo⁴¹, o primeiro do género no país. No contexto imediatamente após os atentados em Madrid e Londres, considera-se que a Europa se tornou um alvo, sendo essa umas das razões que justifica a elaboração de uma estratégia a longo prazo, já que “a ameaça terrorista não parou de se alterar” (Villepin, 2006). É objetivo desta edição do Livro Branco conhecer o funcionamento dos grupos terroristas, tendo em conta os novos instrumentos tecnológicos e meios de comunicação utilizados por eles, e tendo já começado a fazer face à ameaça “através da criação de pólos regionais de luta contra o islamismo radical” (Villepin, 2006). O terrorismo considerado novo, encarnado pela al-Qaeda, é referido no Livro Branco como um “terrorismo mundial”, expressão que não deve conduzir à “guerra de civilizações” e que deve “rejeitar a amálgama entre Islão e terrorismo para a qual tende a arrastar-nos” (Ministério do Interior francês, 2006).

A frequência deste assunto nos primeiros discursos franceses é, assim, invariável, não constituindo um assunto primordial, mas estando sempre presente, à exceção do último ano em análise. Quando abordado, o tema centra-se em torno da gestão da ameaça no que toca ao destacamento de tropas para o exterior, e não à análise da ameaça em si. No final do período em análise, verifica-se um esforço para a distinção entre a religião e o movimento terrorista.

Em síntese (2002-2006), ao analisar individualmente a evolução dos Estados, as diferenças revelam-se mais marcadas que nas reações, momentos de típico apoio. Nem tudo é díspar na forma de abordar a ameaça terrorista, mas a partilha de interpretações faz-se, por exemplo, muito mais entre dois Estados do que entre os quatro.

⁴¹ *Livre blanc sur la sécurité intérieure face au terrorisme*, no original em francês.

Desde o início confirma-se a posição dianteira dos EUA na narrativa transatlântica. Um empreendimento como a ‘Guerra ao Terror’ necessita de uma constante justificação que se mostra incomparável a qualquer discurso europeu. O contexto é de guerra, facto exaustivamente repetido pelo presidente norte-americano – guerra essa que, segundo ele, (além de não terminar tão cedo) os EUA estão a ganhar.

Contudo, é interessante verificar que afirmar o terrorismo como ameaça prioritária não significa exatamente considerá-lo enquanto tal. A prova disso é a equiparação ou mesmo substituição a outras ameaças, que passam a ocupar uma posição protagonista nos discursos ao longo dos cinco anos. É inegável a tónica norte-americana na prevenção da proliferação de armas de destruição maciça, na oposição ao ‘eixo do mal’ e principalmente ao regime de Saddam Hussein, culminando com a invasão militar no país. O âmbito é o da ‘Guerra ao Terror’, no qual parecem caber vários objetivos, não necessariamente contrários ou separados do terrorismo. É a essa ameaça que o presidente norte-americano regressa sempre que quer demonstrar que a retirada militar do Médio Oriente é impossível, dadas as eventuais consequências que daí adviriam.

Os Estados europeus participam nas missões militares lideradas pelos EUA no Médio Oriente, e o apoio espanhol e britânico nessa vertente é realçado pelos respetivos Governos. Já o presidente francês não considera a intervenção militar a principal medida no combate ao terrorismo, ameaça que, apesar de crescer em importância com os atentados mais próximos geograficamente (Espanha e Reino Unido), não chega a ser prioritária. O grau conferido à ameaça pelo Reino Unido é crescente, movimento contrário à interpretação do Governo espanhol, cuja importância incomparável após os atentados nos EUA e na própria Espanha, vai diminuindo – no contexto da mudança do chefe de Governo – para um grau não securitizado discursivamente, ao nível de outras ameaças.

Entre as diferenças mais relevantes encontra-se a posição em que os Estados se colocam na gestão da ameaça: EUA e Reino Unido identificam-se como líderes, enquanto Espanha e França sublinham uma ação cooperante; EUA (durante todo o período de tempo) e Espanha (apenas num primeiro momento) baseiam o sucesso da luta contra o terrorismo na total eliminação da ameaça, enquanto o Reino Unido apresenta uma estratégia muito mais completa e sustentável no tempo, e França não confere tal importância à ameaça. Os Governos britânico e francês acrescentam um

aspecto marcante na gestão da ameaça: a prevenção do recrutamento, o que se revela em conformidade com a experiência de imigração muçulmana nestes países, a preocupação com a integração das comunidades e a importância da distinção entre Islão e terrorismo.

De 2007 a 2014

A análise do período de 2007 a 2014 organiza-se da mesma forma (por país), mas não contempla os oito anos seguidos. Após a análise dos primeiros cinco anos de cada país, interrompe-se a descrição dos discursos anuais/estratégicos para introduzir as reações ao atentado ocorrido em Oslo, na Noruega, a 22 de julho de 2011. Tal como anteriormente, o conjunto dos discursos de reação inclui também os atores institucionais. Retoma-se a análise do restante período – 2012, 2013 e 2014 – para cada país, fechando com o balanço dos oito anos.

EUA

“Nada é mais importante neste momento da nossa história do que o sucesso da América no Médio Oriente, o sucesso no Iraque, e do que poupar o povo americano a este perigo.” (Bush, 2007)

“Derrotar os Taliban e a al-Qaeda é crítico para a nossa segurança.” (Bush, 2008)

“Para superar o extremismo, devemos estar vigilantes no apoio aos valores que as nossas tropas defendem, porque não há no mundo nenhuma força mais poderosa do que o exemplo da América.” (Obama, 2009)

“Agora, apesar de termos duas guerras em curso, também nos estamos a confrontar com o maior perigo para o povo americano – a ameaça das armas nucleares.” (Obama, 2010)

“A liderança norte-americana também pode ser vista no esforço para proteger contra as piores armas de guerra.” (Obama, 2011)

Uma das particularidades no discurso do Estado da União de 2007 é que a descrição da ameaça ganha detalhe no que toca à inspiração islâmica: “A al-Qaeda e os seus seguidores são extremistas sunitas, possuídos pelo ódio e comandados por uma ideologia dura e restrita” (Bush, 2007). A estes acrescenta um perigo crescente de extremistas xiitas, associados ao Hezbollah e ao Irão. Esta especificação não corresponde, contudo, a uma distinção de objetivos entre as duas correntes islâmicas: “Os extremistas sunitas e xiitas são faces diferentes de uma mesma ameaça totalitária. (...) Eles querem matar americanos, matar a democracia no Médio Oriente e ganhar armas para matar numa escala ainda mais horrível” (Bush, 2007).

A presença militar norte-americana no Iraque e no Afeganistão continua a ocupar grande parte do discurso dedicado ao terrorismo, pela apresentação de benefícios e correspondentes prejuízos da eventual interrupção das missões: “Se as forças americanas recuassem antes de Bagdade ser seguro, o Governo iraquiano seria invadido por extremistas por todos os lados” (Bush, 2007). No Afeganistão, o presidente norte-americano salienta a liderança da OTAN, marcando o início de uma mudança de estratégia, ao passar de um papel de liderança para uma função de apoio. Os EUA são “ainda uma nação em guerra” (Bush, 2007), e sem fim à vista: “A Guerra ao Terror que nós travamos hoje é uma luta geracional que vai continuar muito depois de vocês e eu termos entregado os nossos deveres a outros” (Bush, 2007).

Em ano de eleições presidenciais, o discurso de Bush assemelha-se ao anterior, mantendo a tónica na presença militar no Médio Oriente mas, pela primeira vez, considerando a retirada, a um ritmo gradual, das tropas norte-americanas do Iraque.

Os dois últimos discursos do Estado da Nação do presidente Bush, em 2007 e 2008, colocam assuntos internos – economia, saúde – na dianteira, para posteriormente se referir à ameaça terrorista, cuja especificação de características não é acompanhada por uma assinalável alteração de estratégia maioritariamente militar. A nível narrativo denota-se a introdução do termo ‘extremista’ (até então praticamente ausente) quer a par da expressão ‘terrorista’, quer, algumas vezes, substituindo-o.

Barack Obama é eleito presidente dos EUA em plena crise económica e é esse o assunto que estreia o seu primeiro discurso do Estado da União, em 2009. O Iraque surge associado a esse tema, pelos elevados custos de manutenção da guerra,

comunicando que irá “anunciar um caminho a seguir no Iraque que deixe o Iraque para o seu povo e, de forma responsável, terminar esta guerra” (Obama, 2009). O termo ‘terrorismo’ surge apenas uma vez no discurso, relacionado com aquilo que considera “desafios do século XXI” (Obama, 2009), como a proliferação nuclear, pandemias, ameaças cibernéticas e pobreza; a ameaça terrorista é abordada pelo termo ‘extremismo’, sobre uma nova estratégia contra a al-Qaeda no Afeganistão e Paquistão. Obama não refere uma única vez a expressão ‘Guerra ao Terror’.

O tom do novo presidente norte-americano mantém-se em 2010 e 2011, reforçando a vontade de diminuir a liderança norte-americana nas ações militares no Afeganistão e a retirada de tropas do Iraque, prometendo que “teremos todas as nossas tropas de combate fora do Iraque até ao final de agosto” (Obama, 2010). A prioridade da ameaça passa para a proliferação de armas nucleares. Estes são os dois principais assuntos, no que à área da segurança diz respeito, no prefácio da nova Estratégia de Segurança Nacional, publicada em 2010. Mais à frente no documento, é especificado que “esta não é uma guerra global contra uma tática – terrorismo – ou uma religião – Islão. Nós estamos em guerra com uma rede específica, al-Qaeda, e os seus afiliados terroristas” (Governo dos EUA, 2010: 20).

Apesar de reafirmar o direito a agir unilateralmente, não deixa de reconhecer, por exemplo, no discurso de 2011, os objetivos e conquistas na cooperação internacional: “Com os nossos aliados europeus, revitalizámos a NATO e aumentámos a nossa cooperação em tudo, de contra terrorismo a defesa antimísseis” (Obama, 2011). Este é também o ano a partir do qual, promete Obama, irá ter início a retirada das tropas de combate norte-americanas do Afeganistão, em julho.

Espanha

“prevenir, impedir e derrotar o terrorismo é objetivo prioritário nacional, europeu e internacional.” (Governo de Espanha, 2011)

Quer no discurso no debate sobre o Governo da Nação de 2007, 2009 e 2010, quer no discurso de investidura do segundo mandato como primeiro-ministro espanhol, em 2008, Zapatero aborda o tema do terrorismo unicamente referindo-se à ETA. Em 2011

abre o discurso fazendo homenagem a militares que morreram no Afeganistão, chamando a atenção para a importância das Forças Armadas espanholas naquela região: “Afeganistão é hoje o mais expressivo exemplo da necessidade de intervenção da Comunidade Internacional em cenários turbulentos nos quais se perdeu o valor da vida” (Zapatero, 2011).

Também neste ano é publicada a Estratégia Espanhola de Segurança⁴², a primeira do tipo no país, na qual se observa pela primeira vez, nesta análise, o termo ‘jihadista’⁴³. O termo surge no resumo executivo da Estratégia, no parágrafo dedicado ao terrorismo, e após abordagem sobre o combate à ETA. O terrorismo deixa de ser, nesta Estratégia, ameaça existencial, ainda que prioritária.

Reino Unido

“O Reino Unido enfrenta uma ameaça séria e sustentada de extremistas violentos, que alegam agir em nome do Islão. (...) a ameaça é maior em escala e ambição do que as ameaças terroristas que enfrentamos no passado.” (Governo britânico, 2008)

“(...) a ameaça securitária mais significativa para o povo do Reino Unido vem hoje do terrorismo internacional.” (Brown, 2009)

“Após o 11/09 e o 7/07, a nossa segurança nacional exigiu que comprometêssemos as nossas forças de maneiras que não podíamos ter previamente antecipado.” (Cameron e Clegg⁴⁴, 2010)

“O Reino Unido enfrenta uma ameaça significativa da al-Qaeda, seus afiliados, grupos associados e terroristas agindo por contra própria – os chamados lobos solitários.” (May⁴⁵, 2011)

Gordon Brown sucede a Tony Blair como primeiro-ministro britânico, após a sua renúncia em junho de 2007. O Discurso da Rainha desse ano menciona legislação para

⁴² *Estrategia Española de Seguridad*, no original em espanhol.

⁴³ *Yihadista*, no original em espanhol.

⁴⁴ Nick Clegg, Vice-Primeiro-ministro britânico.

⁴⁵ Theresa May, ministra da Administração Interna britânica.

combater o terrorismo internamente, assim como cooperação com o Governo do Iraque e apoio ao Governo do Afeganistão no combate ao extremismo. A cooperação com os mesmos países é reafirmada em 2008, mas não é referido nenhum dos termos ‘terrorismo’ ou ‘extremismo’ em todo o discurso. O mesmo acontece nos discursos de 2009 e 2010, com referência também ao Paquistão. Em 2011 não houve Discurso da Rainha, pela nova planificação então estabelecida, e que desloca a data dessa cerimónia do outono para a primavera.

Em 2008 é publicada a Estratégia de Segurança Nacional do Reino Unido⁴⁶, a primeira do tipo no país. O terrorismo é o primeiro de um conjunto de desafios securitários, reconhecendo-se a novidade deste tipo de terrorismo de alcance internacional e inspiração islamista. A atualização da Estratégia no ano seguinte mantém uma narrativa semelhante, abordando mais a Estratégia de Luta contra o Terrorismo Internacional, atualizada também nesse ano. No prefácio desse documento, de 2009, o primeiro-ministro Gordon Brown reforça a ideia da novidade associada ao terrorismo internacional, distinguindo-a do terrorismo da Irlanda do Norte. A Estratégia mantém os seus quatro pilares – Prevenir, Perseguir, Proteger e Preparar – acrescentando-lhes novas linhas de ação.

A Estratégia de Segurança Nacional é atualizada em 2010, e o primeiro-ministro então eleito, David Cameron, coloca a ênfase do combate ao terrorismo na proteção da influência no exterior, e na capacidade de cooperação, nomeadamente, “a nossa rede única de alianças – principalmente com os EUA mas também com a União Europeia e a NATO” (Cameron, 2010: 4).

Em 2011 é atualizada a Estratégia de Luta contra o Terrorismo Internacional, na qual se identifica uma “ameaça significativa da al-Qaeda, seus afiliados, grupos associados e terroristas agindo por contra própria – os chamados lobos solitários” (May, 2011: 6). Salienta-se no prefácio da Estratégia a existência de uma conexão de atividades terroristas dentro do Reino Unido com o exterior, e o melhoramento da prevenção da radicalização de indivíduos britânicos. Um ano antes dos Jogos Olímpicos de Londres, “a nossa mais imediata prioridade é parar ataques terroristas” (May, 2011: 7).

⁴⁶ *The National Security Strategy of the United Kingdom*, no original em inglês.

França

Nicolas Sarkozy é eleito em maio de 2007⁴⁷ e em 2008 é publicado o Livro Branco da Defesa e Segurança Nacional⁴⁸, o terceiro do gênero do país, e o primeiro em 14 anos. Tal como a narrativa espanhola, também é empregado o termo ‘jihadismo’⁴⁹, distinguindo o seu significado: “Assim como se distingue Islão da sua exploração política (islamismo), é preciso diferenciar a noção religiosa de jihad do jihadismo, que é a perversão por ação terrorista” (Comissão do Livro Branco, 2008: 27). O terrorismo constitui a primeira de um conjunto de “novas vulnerabilidade para o território e cidadãos europeus” (Comissão do Livro Branco, 2008: 49), tal como é intitulado o subcapítulo. Na Mensagem às Forças Armadas, mais curta que a habitual intervenção do mesmo tipo na receção do Ministério da Defesa, Sarkozy faz uma breve referência, logo na primeira frase, ao reforço militar francês no Afeganistão.

Atentado na Noruega, 22 de julho de 2011

Este atentado surge na análise para possibilitar uma comparação com os atentados anteriores. Uma vez que se definiu um conjunto de características associadas a atos terroristas, nomeadamente, o método e a intenção neles contidos, é interessante verificar como os Estados se posicionam face a um atentado, interpretando-o ou não como um atentado terrorista.

Ao atentado em Oslo, na Noruega, que aconteceu a 22 de julho de 2011⁵⁰, todos os atores nacionais e institucionais em análise reagiram com a reprovação de um “ato odioso e inaceitável” (Le Figaro, 2011), como o presidente francês, e solidariedade face a “um ataque contra todos nós” (Zapatero, 2011), como o primeiro-ministro espanhol. O

⁴⁷ Mais tarde, com a mudança da presidência em maio de 2012, o sítio *online* do Palácio do Eliseu não mantém qualquer discurso ou comunicação anterior a essa data, por isso, não está acessível qualquer arquivo de discursos do presidente Sarkozy. Dessa forma, o acesso a textos na íntegra, com os critérios necessários para este estudo, torna-se irrealizável, ficando condicionada a análise deste período entre 2007 e 2011 ao ano de 2008, a partir de um documento estratégico – o Livro Branco da Defesa – e de um discurso de âmbito específico – a “Mensagem às Forças Armadas”, no contexto da Festa Nacional em julho.

⁴⁸ *Le Livre Blanc sur la défense et la sécurité nationale*, no original em francês.

⁴⁹ *Djihadisme*, no original em francês.

⁵⁰ Uma vez que se analisaram as primeiras reações, é possível que os chefes de Estado e do Governo, bem como representantes da UE e OTAN, se estivessem a referir unicamente à explosão no centro de Oslo, e não necessariamente o tiroteio que aconteceu pouco depois.

porta-voz da NATO reafirmou a união “na batalha contra estes atos de violência” (Rasmussen, 2011). Na UE salientou-se a surpresa da ocorrência em Oslo, um “ataque chocante sem precedentes” (Ashton, 2011) e “algo que não se esperaria na Noruega” (Barroso, 2011).

Já os EUA e o Reino Unido não deixaram de associar o sucedido à luta global contra o terrorismo: “Estes ataques são um forte lembrete da ameaça do terrorismo que todos enfrentamos” (Cameron, 2011); “é um lembrete de que toda a comunidade internacional tem uma participação na prevenção da ocorrência deste tipo de terror” (Obama, 2011).

Verifica-se que existe um aproveitamento do sucedido por parte dos EUA e do Reino Unido no reforço da sua narrativa securitizadora contra o terrorismo, o que não é partilhado pelos restantes países nem pelas instituições. Conforme a análise individual de cada país demonstra, desde 2007 até aqui, o terrorismo já vinha perdendo prioridade na agenda securitária. Observando estas reações discursivas, resta verificar se este atentado significou um regresso dos atores em análise à narrativa securitária no início da década passada.

EUA

“(...) onde necessário, através de um conjunto de capacidades, continuaremos a ter ação direta contra os terroristas que colocam a mais grave ameaça a América.”
(Obama, 2013)

“O facto é, o perigo mantém-se. Enquanto colocámos a liderança da al-Qaeda a caminho da derrota, a ameaça evoluiu, já que afiliados da al-Qaeda e outros extremistas enraízam-se em diferentes partes no mundo.” (Obama, 2014)

‘Terrorismo’ é uma palavra que o presidente norte-americano não chega a empregar no seu discurso de 2012. Destaca em vez disso a retirada das tropas de combate do Iraque e a morte de Osama bin Laden, em maio do ano anterior. O tom confiante mantém-se no discurso do ano seguinte, afirmando que “hoje, a organização que nos atacou no 11 de setembro é uma sombra de si mesma” (Obama, 2013). Não deixa de observar a emergência de uma ameaça diferente e em fase de evolução, mas assegura

que “para enfrentar esta ameaça não precisamos de enviar milhares dos nossos filhos e filhas para o estrangeiro, ou ocupar outras nações” (Obama, 2013).

O envio de tropas norte-americanas para o Médio Oriente como último recurso – “Não enviarei as nossas tropas para o perigo a menos que seja verdadeiramente necessário” (Obama 2014) – deve-se, explica o presidente norte-americano, ao dever de “combater as batalhas que têm de ser combatidas, não aquelas que os terroristas preferem – movimentações de grande escala que drenam a nossa força e que, em última análise, podem vir a alimentar o extremismo” (Obama, 2014).

Espanha

“Prevenir, impedir e derrotar o terrorismo, independentemente da sua origem, é um fim prioritário do Governo” (Governo de Espanha, 2013)

Eleito no final de 2011, Mariano Rajoy discursa no debate do Estado da Nação de 2013 e de 2014, em nenhum deles abordando o tema do terrorismo. Em 2013 é atualizada a Estratégia Espanhola de Segurança, na qual o terrorismo sucede aos conflitos armados enquanto ameaça para a segurança nacional. A luta contra o terrorismo corresponde à segunda linha de ação estratégica (sendo a primeira a defesa nacional), que se traduz por “Neutralizar a ameaça que representa o terrorismo e reduzir a vulnerabilidade da sociedade perante os seus ataques, fazendo frente a processos de radicalização que possam procedê-lo ou sustentá-lo” (Governo de Espanha, 2013: 39).

Reino Unido

“O meu Governo vai continuar a trabalhar para prevenir conflitos e reduzir o terrorismo” (Parlamento britânico, 2013) é a única referência ao tema no intervalo dos três anos. Entre 2012 e 2014 o tópico comum, associado ao tema do terrorismo, é a estabilidade do Afeganistão.

França

“O terrorismo toma formas sempre novas e sempre mais ameaçadoras.” (Hollande, 2012)

“Ameaça maior e persistente, o terrorismo requer a manutenção de um dispositivo estabelecido pelo Estado num alto nível de vigilância.” (Comissão do Livro Branco, 2013: 104)

François Hollande, eleito em maio de 2012, refere o caráter evolutivo da ameaça terrorista, no seu discurso às Forças Armadas a 13 de julho desse ano. Nos discursos dos dois anos seguintes não acrescenta nada ao tema, referindo-se a terrorismo mas associado ao Mali.

Em 2013 é publicado o novo Livro Branco da Defesa e Segurança Nacional, no qual reforça a mesma ideia: “(...) as ameaças identificadas em 2008 – terrorismo, ameaças cibernéticas, proliferação nuclear, pandemias... – amplificaram-se.” (Hollande, 2013: 7).

Em síntese (2007-2014), o grau de securitização do terrorismo diminui razoavelmente. Isso é visível pela deslocação de um certo protagonismo nos discursos anuais para uma posição, ainda que de importância significativa, equiparada a outras ameaças. Há que ter em conta o contexto: por exemplo, os anos a partir de 2008 foram marcados pela crise económica, assunto que passou a ocupar a centralidade da maior parte dos discursos deste género. Verifica-se, contudo, que em documentos estratégicos de segurança em geral o terrorismo mantém-se como uma ameaça prioritária.

Os traços caraterísticos relevantes na abordagem ao terrorismo são a substituição do termo por ‘extremismo’, e a introdução do termos ‘jihadismo’ em Espanha e França; também no Reino Unido é assinalada a distinção entre o tipo de terrorismo islamista e outros tipos de terrorismo pelo reforço da ideia de novidade desta ameaça. A mudança mais drástica é a que ocorre na narrativa norte-americana após a mudança da administração Bush para Obama: o sucesso dependente da presença militar no Médio Oriente, numa oposição simultânea a al-Qaeda, movimento Taliban, e proliferação de armas químicas, e a repetição de um risco de prejuízos maiores pela retirada do que pela

presença, passam a um esforço pelo fim das missões de combate no Iraque e no Afeganistão, garantia de contenção da al-Qaeda, e ausência de referências a ‘Guerra ao Terror’ enquanto tal.

O novo presidente norte-americano mantém a ideia de liderança dos EUA num momento em que os Estados europeus demonstravam já marcar um ritmo mais próprio. A ideia de eliminação do terrorismo é gradualmente igualada e substituída por uma ideia menos ambiciosa de redução e contenção (e prevenção, muito importante a nível interno), ao mesmo tempo que se desloca o alvo do ‘terrorismo’ em geral enquanto tática para a al-Qaeda como grupo terrorista em particular. Esta alteração é acompanhada no final do período em análise pela identificação de uma nova mutação na ameaça terrorista.

O ano de 2015

O ano de 2015 é a última parte do primeiro subcapítulo. Aborda as reações ao atentado ocorrido em Paris a 7 de janeiro, seguindo-se o último conjunto de discursos anuais e estratégicos de cada Estado.

Atentado em Paris, 7 de janeiro de 2015

O atentado ao jornal satírico Charlie Hebdo foi interpretado por muitos como um ataque à liberdade de expressão. Essa foi a reação do primeiro-ministro britânico – “representa um ataque à liberdade de opinião e de imprensa” (NBC, 2015) –, do porta-voz da OTAN – “este foi um ato bárbaro e um ataque ultrajante à liberdade de expressão” (Stoltenberg, 2015) – assim como dos representantes da UE. O primeiro-ministro espanhol afirmou solidariedade, já que “o Governo francês sempre colaborou connosco na luta contra o terrorismo, cada vez com mais intensidade ao longo de todos estes anos” (Rajoy, 2015). Também o presidente norte-americano sublinhou a cooperação numa causa comum: “A França é o aliado mais antigo da América, e tem permanecido ombro a ombro com os Estados Unidos na luta contra terroristas que ameaçam a nossa segurança partilhada” (Obama, 2015).

No rescaldo do ataque, também o presidente francês Hollande reforçou a ideia de liberdade, afirmando que “Estes homens, esta mulher, foram mortos pela ideia que eles faziam da França, isto é, a liberdade” (Hollande, 2015). A reação do presidente francês foca-se na homenagem às vítimas, na afirmação dos valores democráticos do país, apelando à solidariedade e união, e na garantia de proteção de lugares públicos.

EUA

“Nós continuaremos a perseguir terroristas e dismantelar as suas redes, e reservamos o direito a agir unilateralmente, como temos feito incansavelmente desde que assumi o cargo, para neutralizar os terroristas que nos colocam, e aos nossos aliados, uma ameaça direta.” (Obama, 2015a)

No mais recente discurso do Estado da União, Obama coloca um ponto final na intervenção militar iniciada em 2001, afirmando que “pela primeira vez desde o 11 de setembro, a nossa missão de combate no Afeganistão acabou” (Obama, 2015a). O presidente norte-americano assegura que a luta contra o terrorismo se mantém, nomeadamente, “no Iraque e na Síria, a liderança americana – incluindo o nosso poder militar – está a deter o avanço do ISIL”⁵¹ (Obama, 2015a). E é precisamente contra este grupo terrorista, tal como o presidente o qualifica, que solicita ao Congresso a autorização para o uso da força.

Em 2015 é também atualizada a Estratégia de Segurança Nacional: “O extremismo violento e uma ameaça terrorista em evolução elevam o risco persistente de ataques na América ou aos nossos aliados” (Obama, 2015b). No prefácio da Estratégia o presidente norte-americano refere ainda a liderança de uma coligação de 60 parceiros no combate ao ISIL.

⁵¹ ISIL (*Islamic State of Iraq and Levant*) no original em inglês.

Espanha

O primeiro-ministro Rajoy considera que, no combate ao terrorismo, “um elemento prioritário é o reforço do controlo das fronteiras exteriores da UE” (Rajoy, 2015).

Reino Unido

É referida a cooperação internacional, nomeadamente, com a OTAN para “degradar e, em última análise, derrotar o terrorismo no Médio Oriente” (Parlamento britânico, 2015).

França

“A ameaça atingiu um nível sem equivalente na nossa história recente e justifica a mobilização excepcional das nossas Forças Armadas.” (Hollande, 2015)

O discurso de Hollande a 13 de julho refere-se, de forma previsível, à ameaça terrorista, que ganha protagonismo após os atentados no início do ano. O presidente francês afirma que “um terrorismo fundamentalista instalou-se a poucas horas de avião do nosso país. Destrói, assassina, massacra, viola no Médio Oriente, no Magrebe, na África subsariana mas também no nosso território” (Hollande, 2015). Contra esta ameaça, apela à união, à afirmação dos valores democráticos e à recusa do medo. E mais comunica que “o que fizemos na urgência após os atentados, a implementação da operação Sentinela⁵², devemos imaginar agora que vá durar” (Hollande, 2015).

Na sequência da narrativa transatlântica sobre a ameaça terrorista, o atentado ao Charlie Hebdo foi um acontecimento inesperado, o que se denota no conjunto de reações, até pela ausência da conotação terrorista pela grande maioria dos atores. A ênfase foi colocada sobre as vítimas e não sobre a autoria do ataque, que é associada ao

⁵² A Operação Sentinela (*opération Sentinelle* no original em francês) destacou 10500 militares em território francês para proteger locais considerados sensíveis a eventuais atentados terroristas (Le Parisien, 2015).

terrorismo apenas pelos EUA e por Espanha. Em França a ameaça terrorista é elevada ao nível de securitização, que se traduz numa intenção de intervenção interna e externa. Espanha partilha da ideia de proteção interna pelo controlo de fronteiras, e o Reino Unido partilha da dimensão externa associada à presença no Médio Oriente.

A ideia comum é a de uma ameaça terrorista em evolução, o que não é suficiente para a securitizar. Os EUA são o único país que a nomeia diretamente – o autoproclamado Estado Islâmico – e que, reafirmando o seu direito unilateral mas também a sua capacidade de liderança, empreende a oposição militar direta, apesar de recente regresso das tropas de combate destacadas há 14 anos, no âmbito da ‘Guerra ao Terror’.

2. Atores Institucionais

Os discursos dos atores institucionais analisam-se de forma semelhante aos dos atores nacionais (excetuando-se a interrupção para análise de reações a atentados terroristas, já concluída anteriormente). A análise do discurso destes atores tem início em 2001, pela existência de documentos e declarações que o justificam. Assim, procede-se à observação de discursos, Declarações e Estratégias da UE entre 2001 e 2015, seguindo-se a mesma análise para a OTAN, finalizando com uma breve nota conclusiva.

União Europeia

“(...) o Conselho de Justiça e Assuntos Internos reuniu-se (...) para tomar as medidas necessárias para manter o mais alto nível de segurança, e qualquer outra medida necessária para combater o terrorismo” (JAI, 2001)

“O terrorismo é uma ameaça real para o mundo e para a Europa. (...) a luta contra o terrorismo será, mais do que nunca, um objetivo prioritário da UE” (Conselho Europeu, 2001)

“Os riscos de proliferação aumentam com o passar do tempo; se nada for feito, as redes terroristas tornar-se-ão cada vez mais perigosas. (...) Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar” (Secretariado Geral do Conselho, 2003: 7)

“Face aos acontecimentos em Madrid, o Conselho Europeu entende que deve ser conferido caráter de urgência à implementação integral das medidas de luta contra o terrorismo” (Conselho Europeu, 2004: 2)

“Não é possível anular completamente o risco de atentados terroristas” (Conselho da UE, 2005)

“A ameaça terrorista cresceu e rapidamente evoluiu nos últimos anos, (...) incluindo a substituição de grupos estruturados e hierárquicos por células semiautónomas vagamente ligadas entre si” (Conselho da UE, 2008)

“Cidadãos europeus continuam a juntar-se a grupos terroristas em zonas de conflito, (...) colocando uma potencial ameaça à segurança interna da Europa no seu regresso. Apesar de este assunto não ser novo, a escala e o fluxo de combatentes (...) são sem precedentes” (Comissão Europeia, 2015)

A 20 de setembro de 2001 o Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) reuniu-se extraordinariamente para debater a luta contra o terrorismo. Entre várias medidas específicas destacam-se as relacionadas com o apoio prestado aos EUA: “A UE está preparada para levar a cabo imediatamente, com os EUA, uma avaliação da ameaça terrorista em todos os seus aspetos, em particular a identificação de organizações terroristas” (JAI, 2001). Outras medidas incluem, por exemplo, a cooperação informal da Interpol com os EUA.

Em reunião extraordinária no dia seguinte, o Conselho Europeu legitimou uma resposta norte-americana face aos atentados e rejeitou uma correspondência entre “grupos de terroristas fanáticos e o mundo Árabe e muçulmano” (Conselho Europeu, 2001). Entre as medidas propostas encontra-se a adoção de uma definição comum de terrorismo, assim como o apelo para a mais ampla coligação global possível contra o terrorismo.

Em junho de 2002 é publicada uma Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia relativa à luta contra o terrorismo, que enumera como infrações terroristas uma série de comportamentos, ou a ameaça de qualquer um desses comportamentos (por exemplo, destruições maciças de infraestruturas incluindo sistemas informáticos, captura de aeronaves ou navios, investigação e desenvolvimento de armas biológicas e químicas, e perturbação ou interrupção do abastecimento de água, eletricidade ou qualquer outro recurso natural fundamental). No que toca a sanções, entende-se que a interpretação de uma intenção terrorista é o que distingue que estes crimes “sejam passíveis de penas privativas de liberdade mais severas que as previstas no direito nacional para essas mesmas infrações quando cometidas na ausência da intenção especial” (Conselho da UE, 2002).

Cabe a cada Estado-Membro tomar as medidas para considerar infrações e consequentes sanções, sendo afirmado que “a definição de infrações terroristas, incluindo as infrações relativas aos grupos terroristas, deveria ser aproximada em todos os Estados-Membros” (Conselho da UE, 2002). No contexto da Decisão-Quadro define-se “grupo terrorista” como “a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, com o objetivo de cometer infrações terroristas. A expressão ‘associação estruturada’ designa uma associação que não foi constituída de forma fortuita para cometer imediatamente uma infração e que não tem necessariamente funções formalmente definidas para os seus membros, nem continuidade na sua composição ou estrutura elaborada” (Conselho da UE, 2002).

A Estratégia Europeia em matéria de segurança “Uma Europa segura num Mundo melhor” é publicada em dezembro de 2003, considerando o terrorismo a principal ameaça, juntamente com a proliferação das armas de destruição maciça, que é “potencialmente a maior ameaça à nossa segurança”. A origem variada do terrorismo deve-se a fatores como “as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedade estrangeiras” (Secretariado Geral do Conselho, 2003: 3). A novidade do fenómeno está na sua capacidade de expansão – “Os terroristas e criminosos são hoje capazes de atuar no mundo inteiro” (Secretariado Geral do Conselho, 2003: 6) –, na sua capacidade de conexão – “Os movimentos terroristas dispõem, cada vez mais, de recursos importantes, estão ligados entre si através de redes eletrónicas” –, e na sua inspiração: “A mais

recente vaga de terrorismo é global e está ligada ao extremismo religioso de caráter violento” (Secretariado Geral do Conselho, 2003: 3). A aquisição de armas de destruição maciça por parte de grupos terroristas constitui o “cenário mais assustador” (Secretariado Geral do Conselho, 2003: 4).

Reagindo ao atentado a 11 de março de 2004 em Madrid, o Conselho Europeu lança duas semanas depois uma Declaração sobre a Luta contra o Terrorismo. A primeira ideia mais fortemente transmitida é a de unidade e partilha da ameaça, sendo afirmado que “um ato terrorista contra um país atinge a comunidade internacional no seu conjunto. (...) Nenhum país se pode considerar imune” (Conselho Europeu, 2004: 1). Assim, a luta contra o terrorismo nesta Declaração apela sobretudo ao reforço da cooperação na tomada de medidas, como a introdução de novas funções no Sistema de Informação Schengen, a criação da Agência Europeia de Fronteiras Externas (FRONTEX) ou a integração de dados biométricos em passaportes.

Em novembro de 2005, o mesmo ano do atentado em Londres, é lançada a Estratégia Antiterrorista da União Europeia, que estabeleceu quatro pilares de ação: Prevenir (lutar contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo), Proteger (reduzir a vulnerabilidade dos alvos a atentados), Perseguir (perseguir os terroristas para além das fronteiras) e Responder (relacionado com os mecanismos de resposta face a ataques terroristas). Verifica-se a preocupação em contrariar a “propaganda que deturpa os conflitos que se vivem em todo o mundo, apresentando-os como uma alegada prova de choque entre o Ocidente e o Islão” (Conselho da UE, 2005).

Na atualização da Estratégia Europeia em matéria de segurança, em 2008, a proliferação de armas de destruição maciça surge como primeira ameaça, que se intensificou nos últimos anos, e o terrorismo “na Europa como em todo o mundo, continua a ser uma das maiores ameaças à nossa subsistência” (Secretariado Geral do Conselho, 2008: 12). É reafirmada a concordância com os objetivos da ONU, a parceria estratégica com a OTAN, e a cooperação com os EUA enquanto “parceiro-chave” (Secretariado Geral do Conselho, 2008: 24).

Também em 2008 são adotadas medidas complementares à Decisão-Quadro de 2002, relacionadas com a criminalização de novas ofensas terroristas. Com a evolução na organização e comunicação das redes terroristas, “A Internet é usada para inspirar e

mobilizar indivíduos e redes terroristas locais, na Europa, e serve também como fonte de informação sobre os meios e métodos terroristas, funcionando assim como um ‘campo de treino virtual’. Atividades de provocação pública para cometer ofensas terroristas, recrutamento e treino para terrorismo, multiplicaram-se com um custo e risco muito baixos” (Conselho da UE, 2008).

A estratégia europeia de segurança na sua dimensão externa, adotada em 2003 e atualizada em 2008, é completada pela adoção da Estratégia de segurança interna em 2010. Tal como na componente externa, no âmbito interno o terrorismo continua a ser uma ameaça para a segurança, considerada como estando “em constante evolução” (Secretariado-Geral do Conselho, 2010: 13). No mesmo ano realiza-se o primeiro Discurso sobre o Estado da União Europeia, à semelhança dos discursos do Estado da Nação nos EUA. Entre 2010 e 2013, outros assuntos – crise económica, Grécia, Ucrânia – ocupam o protagonismo deste tipo de discursos, nos quais está ausente qualquer referência a terrorismo.

Em 2015 a Estratégia de segurança interna é atualizada na Agenda Europeia de Segurança, na qual se considera que “as ameaças estão a tornar-se mais variadas e mais internacionais” (Comissão Europeia, 2015: 2). O terrorismo é a primeira de três grandes prioridades para os próximos cinco anos. A par do combate ao financiamento e do fortalecimento de medidas judiciais, a luta contra o terrorismo e a prevenção da radicalização passa por abordar as causas profundas do extremismo, já que “o terrorismo na Europa alimenta-se em ideologias extremistas. (...) a ligação entre radicalização e violência extremista torna-se cada vez mais clara” (Comissão Europeia, 2015: 14). Ao mesmo tempo, a resposta ao extremismo não deve conduzir a estigmatização, sendo o objetivo da UE “cortar a base de apoio do terrorismo com uma contra narrativa forte e determinada” (Comissão Europeia, 2015: 15).

No seu primeiro discurso de Estado da União, a 9 de setembro de 2015, o presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker não aborda o tema do terrorismo (à semelhança do anteriores discursos do Estado da União), ganhando protagonismo assuntos como a crise dos refugiados, Grécia e Ucrânia.

Em síntese (2001-2015), após o 11 de setembro de 2001, o terrorismo passa de assunto marginal a prioritário no âmbito da UE. O apoio aos EUA, a oposição à proliferação de armas de destruição maciça e a distinção entre Islão e violência terrorista são passos tomados de início. Com o ataque terrorista em Madrid a ameaça é definitivamente elevada a um nível securitizado, pela antecipação de medidas que estavam definidas no âmbito político. Em 2005, e após o atentado em Londres, é implementada uma estratégia sustentada, revelando um posicionamento europeu que se traduz muito mais por uma ação durável e prolongada do que a anulação imediata da ameaça.

Após 2005 a ameaça terrorista deixa, gradualmente, o caráter securitizado: verifica-se, segundo o discurso da UE, o acompanhamento da evolução (abordada, por exemplo, muito mais cedo do que pelos Estados), uma intenção de compreensão mais alargada, pela constante atualização de estratégias, e uma especial atenção à questão do recrutamento e origens do extremismo religioso. Nos últimos anos, o “objetivo prioritário” e o “caráter de urgência” do início da década dão lugar à abordagem em conjunto com o crime organizado e à qualificação de uma “potencial ameaça”.

Esta alteração relaciona-se também com o contexto europeu dos últimos dez anos, marcado profundamente pela crise económica, pelas situações de emergência na Ucrânia e na Grécia, e pela crescente crise migratória, tradicionalmente, na região do Mediterrâneo. O atentado de julho de 2011 na Noruega não é considerado terrorista, e nem o atentado ao Charlie Hebdo no início de 2015 reergue a ameaça terrorista islamista do âmbito político para o âmbito securitário.

Organização do Tratado do Atlântico Norte

“A OTAN e as suas nações-membro enfrentam uma ameaça real do terrorismo, e conter esta ameaça será na maioria das circunstâncias, crítico” (OTAN, 2002)

“No evolutivo ambiente securitário de hoje confrontamo-nos com ameaças complexas, por vezes inter-relacionadas, como o terrorismo, crescentemente global em escala e letal em resultados” (OTAN, 2006)

“O compromisso da OTAN no Afeganistão é a operação mais ambiciosa que a Aliança alguma vez levou a cabo” (OTAN, 2009)

“O terrorismo coloca uma ameaça direta à segurança dos cidadãos dos países da NATO, e à estabilidade e prosperidade internacional, e manter-se-á uma ameaça num futuro previsível” (OTAN, 2012)

“Apesar de ser verdade que há um preço a pagar pela segurança, o custo da insegurança pode ser muito mais elevado” (Rasmussen, 2013)

“O ISIL tornou-se, com o seu recente avanço no Iraque, uma ameaça transnacional” (OTAN, 2014)

“Se se determinar que este ataque foi direcionado do exterior contra os EUA, deverá ser considerado com uma ação abrangida pelo Artigo 5 do Tratado de Washington”⁵³ (Conselho do Atlântico Norte, 2001): é assim que a OTAN reage um dia depois do atentado a 11 de setembro de 2001.

Em 2002, no contexto da Cimeira de Praga, foi lançado o Conceito Militar da OTAN para defesa contra o terrorismo. A avaliação da ameaça afirma que “o extremismo religioso é provavelmente a fonte das ameaças terroristas mais imediatas para a Aliança” (OTAN, 2002). O Conceito determina que a OTAN deve harmonizar a sua ação com as autoridades das nações aliadas, já que “a ameaça pode ser grave o suficiente para justificar atuar contra estes terroristas e os que lhes dão refúgio, como e onde for necessário” (OTAN, 2002).

No mesmo ano é também estabelecido um Plano de Ação em Parceria contra o terrorismo, que estabelece que “o controlo de armamento e a não proliferação constituem um contributo essencial para o combate global contra o terrorismo” (OTAN, 2002). Este Plano é o primeiro mecanismo de assuntos específico e orientados para um resultado para cooperação prática envolvendo Aliados e outros parceiros interessados.

⁵³ O artigo 5 afirma que “se um aliado da OTAN for vítima de um ataque armado, cada um dos outros membros da Aliança vai considerar esse ato de violência como um ataque armado contra todos os membros, e tomará as ações que se mostrarem necessárias para apoiar o Aliado atacado” (OTAN, s.d.).

O terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça são as ameaças que a Aliança enfrenta, estabelece a Declaração da Cimeira de Istambul em 2003, e “a América do Norte e a Europa enfrentam estas ameaças juntos” (OTAN, 2004).

As Declarações das Cimeiras de Bruxelas e Riga, em 2005 e 2006, referem dois assuntos no que toca ao terrorismo: a liderança da Força de Assistência para a Segurança⁵⁴ no Afeganistão – “Contribuir para a paz e estabilidade no Afeganistão é a prioridade-chave da OTAN” (OTAN, 2006) –, e a capacidade da união transatlântica da organização – “Nós estamos determinados a combater o terrorismo, reforçar a segurança e constituir a paz e estabilidade na área euro-atlântica e mais além” (OTAN, 2005).

A associação entre terroristas e armas de destruição maciça é uma das ideias presentes na Declaração de Bucareste, em 2008: “os terroristas estão a usar uma variedade de armas convencionais e táticas, (...) e podem procurar usar armas de destruição maciça para ameaçar a segurança e paz internacionais” (OTAN, 2008). Com este tema introduz-se o apoio à presença no Iraque, juntamente com a presença no Afeganistão, que se mantém uma das prioridades da OTAN.

A importância da missão no Afeganistão é reafirmada no âmbito do 60º aniversário do Tratado de Washington, no contexto da Cimeira de Estrasburgo/Kehl, em 2009, pelo secretário-geral Jaap de Hoop Scheffer, que a considera um desafio da OTAN e da comunidade internacional, a “operação mais ambiciosa” (Scheffer, 2009) da organização.

A Cimeira de Lisboa, em 2010, anuncia a adoção de um novo conceito estratégico da OTAN. “Compromisso Ativo, Defesa Moderna⁵⁵” é lançado 11 anos após o último conceito, e mantém a ênfase na génese da Organização: “A segurança dos membros da OTAN em ambos os lados do Atlântico é indivisível” (OTAN, 2010: 6). No que toca à identificação de ameaças, o terrorismo surge após os mísseis balísticos e a proliferação de armas de destruição maciça, e afirma-se que “os grupos extremistas continuam a espalhar-se para, e em, áreas de importância estratégica para a Aliança” (OTAN, 2010: 11).

⁵⁴ *International Security Assistance Force (ISAF)*, no original em inglês.

⁵⁵ *Active Engagement, Modern Defence* no original em inglês.

Dois anos mais tarde, na Cimeira de Chicago são lançadas as Orientações Políticas de contra terrorismo⁵⁶ da OTAN. Num exercício retrospectivo, refere-se o 11 de setembro como um ponto de viragem na estratégia da Organização: “A resposta da OTAN ao terrorismo foi largamente influenciada pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001” (OTAN, 2012), determinando as medidas tomadas posteriormente.

No início de 2012 é publicado o primeiro Relatório Anual do Secretário-Geral⁵⁷ da OTAN, sobre o ano de 2011. Tanto nesse como nos relatórios sobre 2012 e 2013 (publicados, respetivamente, no início de 2013 e 2014), o terrorismo perde protagonismo para outros temas (como por exemplo, a intervenção na Líbia), não deixando de ser sempre referida a missão no Afeganistão, que se previa terminada em 2014. A crise económica passa a ocupar bastante espaço no discurso.

Apesar de largamente dominada pela crise na Ucrânia, a Declaração da Cimeira de 2014 no País de Gales faz referência ao autodenominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante, presente na Síria e no Iraque, enquanto ameaça para a segurança regional.

“2014 foi um ano negro para a segurança europeia. E assim que entrámos em 2015, ataques terroristas em Paris constituíram um forte lembrete das ameaças e desafios que enfrentamos” (Stoltenberg, 2015): assim tem início o Relatório Anual de 2014, publicado a 20 de janeiro de 2015. O Secretário-Geral aborda principalmente a crise na Ucrânia e a o autodenominado Estado Islâmico, que “coloca uma grave ameaça na região e sérios desafios para os membros e parceiros da NATO” (Stoltenberg, 2015).

Em síntese (2001-2015), a securitização da ameaça terrorista pela OTAN é clara com a invocação do Artigo 5 do Tratado de Washington. No entanto, discursivamente, o grau de prioridade de abordagem da ameaça não foi mantido ao longo do tempo. Assinalam-se os documentos orientadores específicos, bem como a centralidade da missão da Aliança na OTAN, mas a ameaça é abordada como sendo ‘real’, ‘potencial’ e ‘direta’, e não existencial, colocada num conjunto de ameaças associadas. Durante a primeira década, o protagonismo é gradualmente transferido da ameaça terrorista em si para o teatro de operações afegão. Considerando essa distinção, na altura do novo

⁵⁶ *NATO's policy guidelines on counter-terrorism* no original em inglês.

⁵⁷ *The Secretary General's Annual Report* no original em inglês.

Conceito Estratégico, a ameaça terrorista deixa uma posição prioritária, ainda que extremamente relevante para os interesses da Aliança.

Nos últimos cinco anos observa-se o reconhecimento do terrorismo enquanto uma ameaça durável no tempo, apesar do fim da missão no Afeganistão. No conjunto de vários temas de igual relevância para a Aliança, o terrorismo volta a ganhar destaque com a identificação do autodenominado Estado Islâmico enquanto ameaça para a segurança regional.

CONCLUSÃO

Este trabalho propôs-se a responder à questão ‘como evolui a narrativa sobre a ameaça terrorista islamista no contexto do discurso político transatlântico’. Esta questão expõe o objetivo de analisar a evolução da abordagem transatlântica a essa ameaça terrorista. Foi previamente avançada a hipótese de trabalho que considera que a ameaça terrorista se tornou uma ameaça securitizada. Esta perspectiva traduz-se, no contexto discursivo em que se baseia a análise, numa transferência do campo político para o campo securitário no que toca à gestão da ameaça terrorista islamista.

A pergunta de partida inspirou diversas questões associadas e indispensáveis à clarificação do objetivo do estudo. Em primeiro lugar, atentou-se no contexto selecionado, que se denominou ‘transatlântico’ e, por isso, supõe um conjunto de atores. Para se alcançar a evolução desse conjunto foi necessário passar pela evolução individual de cada um dos atores envolvidos, bem como por uma comparação entre eles, que põe à prova o âmbito transatlântico.

Para além da verificação desse contexto regional, levantou-se a questão sobre o objeto em análise: a narrativa sobre a ameaça terrorista islamista, contida no discurso político. Por um lado, revelou-se indispensável identificar e delimitar o que se entende por esse tipo de ameaça em específico; por outro, foi igualmente essencial esclarecer como se procede à análise do discurso político, para dele extrair uma determinada narrativa, neste caso, coletiva.

Assim, é possível destacar três elementos da pergunta de partida a esclarecer:

1. Como analisar discurso político sobre narrativa securitária?
2. O que se entende por ameaça terrorista islamista?
3. Qual é o âmbito transatlântico considerado?

Ao longo do trabalho procurou-se contribuir para uma resposta a estas questões, em particular nos dois primeiros capítulos, abordando variáveis que lhes estão diretamente associadas: independente, correspondendo ao terrorismo islamista; dependente, correspondendo à narrativa política; e moderadora, correspondente ao contexto.

A evolução da referida narrativa pode ser abordada segundo variadas perspectivas; a que orienta este trabalho alinha-se com a Teoria da Securitização. No Capítulo I esta teoria é explicada desde a sua conceção, no contexto da Escola de Copenhaga, até à exposição de algumas críticas que lhe são dirigidas. Fica, desde início, clara a intenção de analisar o grau (normal ou prioritário) de ameaça atribuído ao terrorismo islamista, que o coloca a um nível político ou a um nível securitário no que toca à gestão do fenómeno. Uma ameaça securitizada, interpretada e transmitida como prioritária, ultrapassa qualquer outra em carácter de perigosidade e urgência, ativando um estado de exceção que abre o precedente à introdução de medidas extraordinárias que de outra forma não seriam tomadas.

Recuperando a pergunta de partida e o objetivo deste estudo, pretendeu-se verificar se o terrorismo islamista corresponde a uma ameaça securitizada discursivamente. O processo de securitização, tal como foi descrito, pode ser resumido em três passos: a exposição da ameaça existencial; a aceitação por parte da audiência da ameaça existencial enquanto tal; o estabelecimento de medidas de exceção para lidar com a ameaça existencial. O momento do processo de securitização a que este trabalho se dedica é o primeiro, a apresentação da ameaça existencial, selecionando como objeto em análise o discurso político. Na verdade, é a Escola de Copenhaga que aponta o ato de discurso como génese do processo de securitização.

A segunda parte do Capítulo I dedica-se a demonstrar a Análise Crítica de Discurso, que sugere não um método concreto, mas uma orientação metodológica baseada na importância do contexto para uma análise qualitativa do texto. A partir de exemplos de outras análises de discurso, denotam-se indicações para a elaboração de um método adequado para a verificação que se pretendia realizar neste trabalho. O Capítulo I responde, assim, à pergunta “Como analisar discurso político sobre narrativa securitária”: selecionando um ator ou conjunto de atores e respetivos discursos no âmbito político, estabelecer tópicos prévios que orientam a verificação de uma narrativa securitizadora, ou seja, uma exposição discursiva que procura convencer uma dada audiência sobre a realidade de uma ameaça existencial.

Traçados os grandes contornos que delimitam a investigação pretendida, identificam-se os atores que preenchem o esboço. Os atores selecionados correspondem aos produtores do objeto de análise – o discurso político –, aplicando-se a orientação teórica

anteriormente delineada. O Capítulo II tem início com uma breve evolução da ameaça terrorista, no geral, para que se situe a importância desse fenómeno na História, nomeadamente, do mundo ocidental.

Segue-se um enquadramento contextual que restringe os antecedentes de abordagem da ameaça terrorista a seis atores: EUA, Espanha, Reino Unido e França, e as instituições OTAN e UE. A escolha destes atores estatais – de entre outros que formam a comunidade transatlântica, muito mais vasta – assenta no facto destes terem sido alvo de atentados terroristas islamistas selecionados. O conjunto dos seis atores forma uma comunidade de práticas, pelas relações entre eles estabelecidas e, nomeadamente, uma comunidade securitária em específico, pela partilha de práticas no âmbito da segurança: da interpretação de ameaças a acordos internacionais para gestão das mesmas. É a partir deste momento que se verifica a existência de um âmbito transatlântico constituído por estes seis atores, e se confirma uma experiência comum com várias formas de terrorismo, interno e externo, assim como uma partilha sobre uma ameaça terrorista de alcance transnacional ainda em fase inicial.

A síntese de antecedentes dos atores em análise estende-se da década de 1990 até ao 11 de setembro de 2001, data do início da análise. É igualmente apresentado um enquadramento contextual da ameaça terrorista islamista, desde a formação da al-Qaeda nos anos 1990 até à autoproclamação do Estado Islâmico em 2014. Desta forma se restringem e delimitam os atores envolvidos, no espaço e no tempo, e se responde às duas últimas questões, “O que se entende por ameaça terrorista islamista” e “Qual é o âmbito transatlântico considerado”. Por um lado, o “âmbito transatlântico” restringe-se, neste estudo, aos três Estados europeus e ao norte-americano, à UE e a OTAN. Para além dessa organização geográfica comprovada pelas alianças estabelecidas, é a própria narrativa individual dos Estados que demonstra essa partilha de conhecimento que será verificada aquando da análise, bem como se o discurso estatal no seu conjunto está de acordo com as instituições transnacionais.

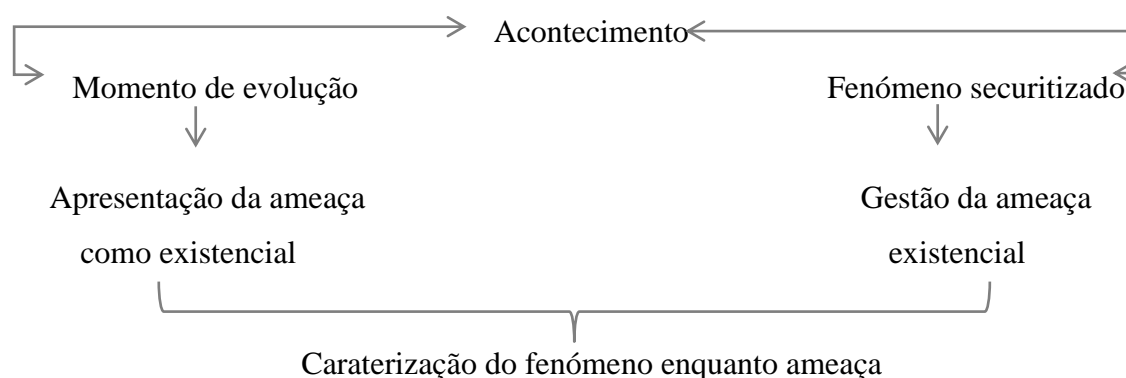
Por outro lado, “O que se entende por ameaça terrorista” restringe-se à ameaça terrorista islamista, isto é, de inspiração islâmica radical. Esta ameaça é personificada pelo grupo al-Qaeda; selecionaram-se quatro ataques por ele reivindicados ou de indivíduos por ele inspirados. Esses são os acontecimentos, tal como referido anteriormente, que determinaram os quatro países cujo discurso é analisado. Desta

forma se delimita simultaneamente a ameaça terrorista islamista e o espaço político transatlântico. O período temporal tem início em setembro de 2011 e fim em setembro de 2015. É a esses 14 anos que corresponde “a evolução da ameaça terrorista no discurso político transatlântico” e cerca de 150 documentos depois afirma-se que a hipótese avançada – o terrorismo islamista tornou-se uma ameaça securitizada – é parcialmente validada. O terrorismo islamista não constitui, discursivamente, uma ameaça securitizada durante todo o período em análise mas é considerada ameaça existencial em determinados contextos.

Foram previamente identificados três tópicos orientadores da análise dos discursos e outros documentos:

- caracterização do fenómeno enquanto ameaça;
- apresentação da ameaça como existencial;
- gestão da ameaça existencial.

O reconhecimento destes tópicos nos textos levou à identificação de três assuntos que lhes são diretamente relacionados: um acontecimento que despoleta um momento de eventual alteração do nível de ameaça do fenómeno, que normalmente se traduz pela seleção de um fenómeno associado a ser securitizado. Esta identificação foi sendo feita ao longo do Capítulo III e pode sintetizar-se no seguinte esquema⁵⁸:



Cada um dos quatro atentados selecionados corresponde a esse acontecimento desencadeador: 11 de setembro de 2001, 11 de março de 2004, 7 de julho de 2005 e 7 de janeiro de 2015. Contudo, nem todos os acontecimentos têm o mesmo efeito em

⁵⁸ Esquema elaborado pela autora.

termos securitários. O atentado nos EUA despoletou a atenção para a ameaça terrorista islamista ao ponto de não só o próprio país como também a OTAN a terem interpretado como uma ameaça passível de securitização. Dos restantes atores, Espanha foi o que, discursivamente, mais elevou o nível de alerta. Entre o primeiro e o segundo atentados o fenómeno abordado na mesma lógica securitizadora foi o combate à proliferação de armas de destruição maciça, nomeadamente, armas químicas, o que se traduziu na orientação estratégica da presença militar norte-americana no Médio Oriente e no Afeganistão.

Com o atentado em Madrid, o primeiro na Europa, o discurso securitário espanhol atingiu o momento mais elevado, ao mesmo tempo que a UE passava a agilizar e securitizar assuntos já programados, que se traduziram nas Estratégias antiterroristas relacionadas, nomeadamente, com controlo de fronteiras. A proximidade entre o segundo e terceiro atentados (um ano e quatro meses) contribuiu para a manutenção do grau de securitização da ameaça terrorista islamista, que se afirmou, principalmente no Estado atingido, Reino Unido. O governo britânico salientou a importância da integração das comunidades muçulmanas, da distinção entre a religião islâmica e a violência islamista, e da prevenção do recrutamento.

Até 2006, EUA e dois dos países europeus tinham sido alvo de atentados. Fora a partir de 2003 que a Europa e a UE atribuíram o grau prioritário equivalente ao dos EUA e da OTAN sobre a ameaça islamista, mas desde 2001, e com o início da Guerra ao Terror, uma mudança profunda na abordagem ao terrorismo estava iniciada pelo ator norte-americano, ainda que os restantes atores acompanhassem a ritmos diferentes. Entre 2006 e 2008, discursivamente, a ameaça terrorista foi perdendo importância, sobretudo na Europa, e se era relevante na narrativa norte-americana, a alteração foi drástica com a mudança de administração em 2008. A nova abordagem, com diferenças marcadas no que toca não só aos métodos como aos objetivos, confirmou a tendência que já se vinha a verificar na Europa, de alterar a ameaça terrorista islamista de securitizada para politizada. Esta alteração corresponde a uma gestão política normal, deixando de considerar a ameaça terrorista islamista como prioritária relativamente a outras ameaças e, supostamente, deixando de ser legítimo o emprego de medidas de exceção.

Atentando no contexto, 2008 foi também o ano do início da crise económica – isto é, não só outros tópicos ocuparam o protagonismo anteriormente pertencente ao terrorismo a nível discursivo, como a manutenção de medidas de exceção foi questionada e mesmo considerada uma despesa desajustada (tal como considerado pela administração norte-americana relativamente às guerras no Médio Oriente). Discursivamente, um dos detalhes mais relevantes foi o abandono da expressão ‘Guerra ao Terror’, a substituição do termo ‘terrorismo’ pelo mais alargado ‘extremismo’, a deslocação do alvo do método terrorista para o grupo específico al-Qaeda (afirmado pela administração anterior, mas de forma oscilante) e, de uma forma geral, a posição equiparada a outros tipos de ameaças (associados, como a proliferação das armas de destruição maciça, ou não) em vez de um lugar prioritário.

A partir de 2009 até ao presente, o tema do terrorismo ausentou-se (sempre mais nos discursos e menos nos documentos estratégicos) quase totalmente da narrativa política transatlântica, deixando de ser assumidamente uma ameaça securitizada e prioritária. Para além do contexto, anteriormente referido, que caracterizou em grande parte os últimos sete anos dos atores em análise, a perceção de uma ameaça terrorista em evolução também está de acordo com um discurso muito mais expectante do que alarmista como no passado.

Retomando a hipótese avançada previamente, “O terrorismo tornou-se uma ameaça securitizada”, afirma-se que esta é validada parcialmente, uma vez que se distinguem dois momentos relativamente claros e distintos:

- um primeiro momento entre setembro de 2001 e 2008/2009, período durante o qual se verifica uma interpretação partilhada da ameaça e uma narrativa política transatlântica securitizadora fortemente marcada pela administração norte-americana e pela OTAN, à qual rapidamente se juntam os restantes Estados e a UE no decorrer dos atentados em território europeu;

- um segundo momento, desde 2008/2009 até à atualidade, período durante o qual o terrorismo deixou de ser, discursivamente, uma ameaça securitizada, demonstrando-se mais associado à esfera da gestão política. É importante realçar que o último atentado, no início de 2015 em Paris, despoletou o regresso a um discurso securitizador no país alvo, mas tal não foi acompanhado numa dimensão transatlântica. A manutenção da

narrativa securitária nesse âmbito nacional recente só pode ser verificada com o passar do tempo, pelo que uma nova análise a partir do próximo ano mostrar-se-ia complementar à aqui iniciada.

Seria interessante continuar o estudo aqui proposto na verificação de um possível terceiro momento, relacionado eventualmente com o aumento da intervenção ocidental no Médio Oriente, desta vez mais associada ao autoproclamado Estado Islâmico do que à al-Qaeda. Mantendo a mesma metodologia, seria possível empreender nova análise, por exemplo, abordando um período de anos mais curto, o que permitiria uma análise mais detalhada, acrescentando mais produtores de narrativa por ator, ou mais atores ocidentais mantendo uma análise relativamente superficial. A mesma análise poderia ainda ser aplicada noutros conjuntos de países e instituições de forma a revelar outras comunidades securitárias.

No início deste trabalho afirmou-se que este se tratava de um estudo securitário. Tendo sido esclarecidos os passos que constituem o processo da respetiva teoria, o estudo aqui iniciado poderá ser complementado com a análise dos restantes passos no processo. Recordar-se:

1. A exposição da ameaça como sendo existencial;
2. A aceitação por parte da audiência da ameaça existencial enquanto tal;
3. O estabelecimento de medidas de exceção para lidar com a ameaça existencial.

Este estudo incidiu apenas no primeiro *securitizing move* e, naturalmente, não de forma total. Selecionou-se o discurso político e, dentro deste, determinados momentos discursivos que permitissem a comparação entre Estados diferentes. A análise, por exemplo, da evolução do discurso político de um só ator permitiria uma seleção de documentos muito mais alargada, o que possibilitaria não só uma visão mais completa do modo de funcionamento político desse Estado, como uma interpretação mais aprofundada da sua narrativa. Por outro lado, podia optar-se por analisar outro tipo de discurso que não o político, como o mediático. Tal como se salientou anteriormente, são

várias as fontes de discurso securitizador que influenciam a população a aceitar, ou não, uma dada ameaça como existencial para a sua segurança. Contudo, um complemento muito relevante ao trabalho iniciado seria a observação do segundo passo do processo de securitização, correspondendo precisamente à análise da audiência. Para tal seria necessário algum tipo de mediação de opinião pública que permitisse avaliar a evolução no tempo, e verificar que ameaças são mais rapidamente aceites pela população, entre outras hipóteses. Da mesma forma, constituiria uma perspetiva inovadora tentar apurar como a população distingue ameaças existenciais de outro tipo de ameaças, e se é possível destacar algum produtor de narrativa relativamente a outro (por exemplo política ≠ media), a nível de capacidade de influência.

Por último, o processo de securitização ficaria completo com a análise das medidas de exceção implementadas para lidar com uma ameaça apresentada como existencial. A metodologia reunida neste estudo poderia ser aproveitada nesse sentido, com uma análise mais detalhada dos documentos de orientação estratégica e medidas nelas inscritas, bem como relatórios sobre a aplicação dessas medidas. A verificação deste passo do processo permitiria, eventualmente, observar a possibilidade de des-securitização, ou seja, o regresso a um grau normal de politização na gestão da ameaça. Apesar de se ter concluído que o período em análise corresponde a um primeiro momento marcado por discurso securitizador, e a um segundo momento no qual esse discurso é praticamente ausente, seria precipitado afirmar que se observa a des-securitização do fenómeno, uma vez que a dimensão discursiva pode não corresponder à dimensão prática.

A proposta aqui apresentada sobre a evolução da ameaça terrorista no discurso político transatlântico contribui com uma análise complexa e inevitavelmente seletiva, de acordo com uma teoria de securitização que se tem vindo a transformar, aplicada a um fenómeno, o terrorismo islamista, também em constante evolução. Um olhar cada vez mais crítico e a capacidade de interpretar as variadas perspetivas possíveis devem estar sempre presentes na análise de um mundo cada vez mais global, no qual liberdade e segurança se cruzam de forma nem sempre complementar mas, incontornavelmente, como direitos a preservar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

Al-Zawahiri, A., 2005. *Carta para Abu Mus'ab al-Zarqawi*. [online] Disponível em <<https://www.ctc.usma.edu/v2/wp-content/uploads/2013/10/Zawahiris-Letter-to-Zarqawi-Translation.pdf>> (Comunicação pessoal, 9 de julho de 2005).

Ashton, C. 2011. *Statement by the High Representative Catherine Ashton on the bomb attack in Oslo*. [press release] União Europeia, 22 de julho. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/124043.pdf> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Aznar, J. M. 2001. *Intervenciones del Presidente del Gobierno, José María Aznar, en la rueda de prensa conjunta con el Primer Ministro de Estonia, Mart Laart*. [transcrição] JOSÉ MARÍA AZNAR, 11 de setembro. Disponível em <http://www.jmaznar.es/file_upload/discursos/pdfs/01232A1232.pdf> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Aznar, J. M. 2002, Intervenciones Parlamentarias de José María Aznar, *Discurso del Presidente del Gobierno, José María Aznar, en el debate*. [pdf] JOSÉ MARÍA AZNAR, 15 de julho. Disponível em <http://www.jmaznar.es/file_upload/discursos/pdfs/01467A1467.pdf> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Aznar, J. M. 2002, Intervenciones Parlamentarias de José María Aznar, *Discurso del Presidente del Gobierno, José María Aznar, en el debate*. [pdf] JOSÉ MARÍA AZNAR, 30 de junho de 2003. Disponível em <http://www.jmaznar.es/file_upload/discursos/pdfs/01742A1742.pdf> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2005. *Statement by President Barroso on the London attacks*. [press release], Comissão Europeia, 7 de julho. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-05-878_en.htm> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2010. *José Manuel Durão Barroso: State of the Union 2010*. [press release] Comissão Europeia, 7 de setembro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-10-411_en.htm?locale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2011. *José Manuel Durão Barroso: European renewal – State of the Union Address 2011*. [press release] Comissão Europeia, 28 de setembro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-11-607_en.htm?locale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2011. *Message from President Barroso to Mr Jens Stoltenberg, Prime Minister of the Kingdom of Norway*. [press release] Comissão Europeia, 22 de julho. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-537_en.htm> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2012. *José Manuel Durão Barroso: State of the Union 2012 Address*. [press release] Comissão Europeia, 12 de setembro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-596_en.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Barroso, J. 2013. *José Manuel Durão Barroso: State of the Union address 2013*. [press release] Comissão Europeia, 11 de setembro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-684_en.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Bonhomme, B., Boivin, C., ed., 2010. *Milestone Documents in World History - Osama bin Laden's Declaration of Jihad against Americans*. [pdf] Salem Press. Disponível em <http://salempress.com/store/pdfs/bin_laden.pdf> [Consultado a 15 de maio de 2015].

Bush, G. W. 2001. *Statement by the President in His Address to the Nation*. [press release] The White House – President George W. Bush, 11 de setembro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2002. *President Delivers State of the Union Address*. [press release] The White House – President George W. Bush, 29 de janeiro. Disponível em

<<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2003. *President Delivers "State of the Union"*. [press release] The White House – President George W. Bush, 28 de janeiro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2004. *President Bush Condemns Terrorist Bombings in Spain*. [press release] The White House – President George W. Bush, 11 de março. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/03/20040311-2.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2004. *State of the Union Address*. [press release] The White House – President George W. Bush, 20 de janeiro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/01/20040120-7.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2005. *President Offers Condolences to People of London, Will Not Yield to Terrorists*. [press release] The White House – President George W. Bush, 7 de julho. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/07/20050707-2.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2005. *State of the Union Address*. [press release] The White House – President George W. Bush, 2 de fevereiro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/02/20050202-11.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2006. *State of the Union Address by the President*. [press release] The White House – President George W. Bush, 31 de janeiro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2006/>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2007. *President Bush Delivers State of the Union Address*. [press release] The White House – President George W. Bush, 23 de janeiro. Disponível em

<<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/01/20070123-2.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W. 2008. *President Bush Delivers State of the Union Address*. [press release] The White House – President George W. Bush, 28 de janeiro. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2008/01/20080128-13.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W., 2001. *State of the Union Address: George W. Bush (February 27, 2001)* [transcrição], InfoPlease, 27 de fevereiro. Disponível em <<http://www.infoplease.com/t/hist/state-of-the-union/214.html>> [Consultado a 2 de maio de 2015].

Bush, G. W., 2002. Introduction. Em: National Security Council, 2002. *The National Security Strategy of the United States of America*. [online] Washington: The White House. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nssintro.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Bush, G. W., 2006. Introduction. Em: National Security Council, 2006. *The National Security Strategy of the United States of America*. [online] Washington: The White House. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/intro.html>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Cabinet Office, 2008. *The national security strategy of the United Kingdom: security in an interdependent world* (Cm 7291). Londres: TSO (The Stationery Office).

Cabinet Office, 2010. *A Strong Britain in an Age of Uncertainty: The National Security Strategy* (Cm 7953). Londres: TSO (The Stationery Office).

Cabinet Office, Secretary of State for the Home Department, 2006. *Countering International Terrorism: The United Kingdom's Strategy* (Cm 6888). Londres: TSO (The Stationery Office).

Cameron, D. 2011. *PM statement on Norway*. [press release] Prime Minister's Office, 22 de julho. Disponível em <<https://www.gov.uk/government/news/pm-statement-on-norway>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Cameron, D. 2015. *Prime Minister and Chancellor Merkel statement on Paris terrorist attack*. [press release] Prime Minister's Office, The Rt Hon David Cameron MP, 7 de janeiro. Disponível em <<https://www.gov.uk/government/news/prime-minister-and-chancellor-merkel-statement-on-paris-terrorist-attack>> [Consultado a 1 de setembro de 2015].

Chirac, J. 2001. *Intervention de M. Jacques CHIRAC Président de la République à la suite des attentats ayant frappé les Etats-Unis*. [press release] Présidence de la République, 11 de setembro. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2001/septembre/fi002256.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2002. *Fête nationale: allocution de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion de la réception offerte par la ministre de la Défense*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2002/juillet/fi002015.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2003. *Fête nationale: allocution de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion de la réception offerte par le Ministre de la Défense*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2003/juillet/fi001720.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2004. *Allocution prononcée par M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion de la réception offerte par le ministère de la Défense*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <<http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives->

elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2004/juillet/fi001423.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2004. *Déclaration de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à la suite des attentats perpétrés à Madrid en Espagne*. [press release] Présidence de la République, 11 de março. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2004/mars/fi001513.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2005. *Allocution de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, lors de la réception offerte par la ministre de la Défense*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2005/juillet/fi001052.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2005. *Déclaration de M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à la suite des attentats de Londres*. [press release] Présidence de la République, 7 de julho. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2005/juillet/attentats_de_londres_declaration_du_president_de_la_republique.30557.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Chirac, J. 2006. *Allocution prononcée par M. Jacques CHIRAC, Président de la République, à l'occasion de la réception offerte par la ministre de la Défense*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <http://www.jacqueschirac-asso.fr/archives-elysee.fr/elysee/elysee.fr/francais/interventions/discours_et_declarations/2006/juillet/fi000695.html> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Clinton, W. 1995. *William J. Clinton: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 24, 1995)*. [online] The American Presidency Project, 24 de janeiro. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=51634>> [Consultado a 22 de maio de 2015].

Clinton, W. 1996. *William J. Clinton: Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union (January 23, 1996)*. [online] The American Presidency

Project, 23 de janeiro. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=53091>> [Consultado a 22 de maio de 2015].

Comissão Europeia, 2001. *Extraordinary Council meeting – Justice, Home Affairs and Civil Protection*. [press release] 20 de setembro de 2001. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-01-327_en.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Comissão Europeia, 2010. *A Comissão apresenta um novo conjunto de medidas da UE para proteger melhor os cidadãos europeus*. [press release] 22 de novembro de 2010. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-10-1535_pt.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Comissão Europeia, 2015. *New European Agenda on Security*. [online] Disponível em <http://ec.europa.eu/news/2015/04/20150428_en.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Conselho da Europa, 2007. *Council of Europe Responses to the Threat Posed by Terrorism*. [pdf] Bruxelas: Quaker Council for European Affairs (QCEA). Disponível em <<http://www.qcea.org/wp-content/uploads/2011/04/bp-terror12-coresponses-en-2007.pdf>> [Consultado a 8 de maio de 2015].

Conselho da União Europeia, 2005/14469/4/05/REV 4 /JAI 423 /ECOFIN 353 /TRANS 234 /RELEX 639 /ECO 136 /PESC 1010 /COTER 72 /COSDP 810 /PROCIV 174 /ENER 172 /ATO 103, de 30 de novembro de 2005, relativo à Estratégia Antiterrorista da União Europeia.

Conselho da União Europeia, 2005/14781/1/05/REV 1 /JAI 452 /ENFOPOL 164 /COTER 81, de 24 de novembro de 2005, on The European Union Strategy for Combating Radicalisation and Recruitment to Terrorism.

Conselho da União Europeia, 2009. *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança: Uma Europa segura num mundo melhor*. [pdf] Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em <http://www.infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_num

ber=000043595&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Conselho da União Europeia, 2010/5842/2/10/REV 2/JAI 90, de 23 de fevereiro de 2010, relativo ao Projecto de estratégia da segurança interna da União Europeia: “Rumo a um modelo europeu de segurança”.

Conselho Europeu, 2001. *Conclusions and plan of action of the extraordinary European Council meeting.* [press release] 21 de setembro de 2001. Disponível em <<http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/?stDt=20010930>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Conselho Europeu, 2003. *Uma Europa Segura num Mundo Melhor – Estratégia europeia em matéria de segurança.* [pdf] Conselho Europeu. Disponível em <<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Conselho Europeu, 2004. *Declaração sobre a luta contra o terrorismo.* [press release] 25 de março de 2004. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/79644.pdf> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia 2002/475/JAI, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. [online] Disponível em <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen de 1789. [online] Disponível em <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Department of Defense, 2000. *Dictionary of Military and Associated Terms.* [pdf] Washington: Joint Staff Washington. Disponível em

<[http://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/jp1_02\(00\).pdf](http://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/jp1_02(00).pdf)> [Consultado a 9 de maio de 2015].

Estratégia de Segurança Interna da UE em Acção: cinco etapas para uma Europa mais segura, COM(2010) 673, final.

Gobierno de España, 2011. *Estrategia Española de Seguridad: Una responsabilidad de todos*. Madrid: Gobierno de España.

Hansard HC Deb. vol.415 cols. 1-7, 26 de novembro de 2003.

Hansard HL Deb. vol.641 cols.1-5, 13 de novembro de 2002.

Hansard HL Deb. vol.667 cols.1-4, 23 de novembro de 2004.

Hansard HL Deb. vol.672 cols.5-8, 17 de maio de 2005.

Hansard HL Deb. vol.687 col.1, 15 de novembro de 2006.

Hansard HL Deb. vol.696 cols.1-8, 6 de novembro de 2007.

Hansard HL Deb. vol.706 cols.1-8, 3 de dezembro de 2008.

Hansard HL Deb. vol.715 cols.1-8, 18 de novembro de 2009.

Hansard HL Deb. vol.719 cols.5-11, 25 de maio de 2010.

Hansard HL Deb. vol.737 cols.1-24, 9 de maio de 2012.

Hansard HL Deb. vol.745 cols.1-20, 8 de maio de 2013.

Hansard HL Deb. vol.754 cols.1-20, 4 de junho de 2014.

Hansard HL Deb. vol.762 cols.5-28, 27 de maio de 2015.

Hollande, F. 2012. *Discours du Président lors de la réception au ministère de la défense à l'occasion de la fête nationale*. [press release] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <<http://www.elysee.fr/declarations/article/discours-du-president->

lors-de-la-reception-au-ministere-de-la-defense-a-l-occasion-de-la-fete-nationale/>
[Consultado a 13 de agosto de 2015].

Hollande, F. 2013. *Allocution du président de la République à l'hôtel de Brienne*. [press release] Ministère de la Défense, 13 de julho. Disponível em <<http://www.defense.gouv.fr/actualites/articles/13-juillet-2013-allocution-du-president-de-la-republique-a-l-hotel-de-brienne-video?nav=web>> [Consultado a 17 de agosto de 2015].

Hollande, F. 2014. *Réception au Ministère de la Défense*. [video] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <<http://www.elysee.fr/chronologie/#e6856,2014-07-13,r-ception-au-minist-re-de-la-d-fense>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Hollande, F. 2015. *Adresse à la Nation à la suite des événements des 7 et 8 janvier 2015*. [press release] Présidence de la République, 9 de janeiro. Disponível em <<http://www.elysee.fr/declarations/article/adresse-a-la-nation-a-la-suite-des-evenements-des-7-et-8-janvier-2/>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Hollande, F. 2015. *Allocution à la suite de l'attentat au siège de Charlie Hebdo*. [press release] Présidence de la République, 7 de janeiro. Disponível em <<http://www.elysee.fr/declarations/article/allocution-a-la-suite-de-l-attentat-au-siege-de-charlie-hebdo/>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Hollande, F. 2015. *Réception au Ministère de la Défense*. [video] Présidence de la République, 13 de julho. Disponível em <<http://www.elysee.fr/chronologie/#e9911,2015-07-13,r-ception-au-minist-re-de-la-d-fense-2>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Hollande, F., 2013. Préface. Em: Présidence de la République, 2013. *Livre blanc sur la Défense et la sécurité nationale 2013*. [pdf] Paris: La Documentation Française. Disponível em <http://www.livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/pdf/le_livre_blanc_de_la_defense_2013.pdf> [Consultado a 17 de agosto de 2015].

House of Commons, Defence Committee, 2003. *A New Chapter to the Strategic Defence Review* (HC 93-I, Sixth Report of Session 2002-03, Vol. 1) – Report, Together with Formal Minutes. Londres: TSO (The Stationery Office).

Juncker, J.-C. 2015. *Statement by President Juncker following the attacks on Charlie Hebdo premises*. [press release] Comissão Europeia, 7 de janeiro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-15-3002_en.htm> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Juncker, J.-C. 2015. *State of the Union 2015*. [pdf] Comissão Europeia. Disponível em <http://ec.europa.eu/priorities/soteu/docs/state_of_the_union_2015_en.pdf> [Consultado a 19 de setembro de 2015].

National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, 2004. *The 9/11 Commission Report*. [pdf] Government Printing Office. Disponível em <<http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

National Intelligence Council, 2000. *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*. [pdf] Office of the Director of National Intelligence. Disponível em <http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_2015%20Report.pdf> [Consultado a 1 de dezembro de 2014].

National Intelligence Council, 2004. *Mapping the Global Future: Report of the National Intelligence Council's 2020 Project*. [pdf] Government Printing Office. Disponível em <http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf> [Consultado a 1 de dezembro de 2014].

NATO Press Releases, 2001. *Statement by the North Atlantic Council*. [press release] 12 de setembro de 2001. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2001/p01-124e.htm>> [Consultado a 29 de julho de 2015].

NATO Press Releases, 2002. *Prague Summit Declaration*. [press release] 21 de novembro de 2002. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2002/p02-127e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO Press Releases, 2004. *The Istanbul Declaration: Our security in a new era*. [press release] 28 de junho de 2004. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-097e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO Press Releases, 2005. *Statement issued by the Heads of State and Government participating in a meeting of the North Atlantic Council in Brussels*. [press release] 22 de fevereiro de 2005. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2005/p05-022e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO Press Releases, 2006. *Riga Summit Declaration*. [press release] 29 de novembro de 2006. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO, 1999. *Press Release NAC-S(99)64 24 Apr. 1999*. [online] Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-064e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015]

NATO, 2002. *Partnership Action Plan against Terrorism*. [online] Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_19549.htm?selectedLocale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO, 2008. *Bucharest Summit Declaration*. [press release] 3 de abril de 2008. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO, 2008. *NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. [pdf] North Atlantic Treaty Organization. Disponível em <<https://fas.org/irp/doddir/other/nato2008.pdf>> [Consultado a 27 de abril de 2015].

NATO, 2011. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [online] Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69482.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO, 2012. *NATO's policy guidelines on counter-terrorism*. [online] Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_87905.htm?selectedLocale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

NATO, 2012. *Strategic Concept 2010*. [online] Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_82705.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Obama, B. 2010. *Remarks by the President in State of the Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 27 de janeiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-state-union-address>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2011. *President Obama: Our Hearts Go Out to the People of Norway*. [press release] The White House – President Barack Obama, 22 de julho. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/blog/2011/07/22/president-obama-our-hearts-go-out-people-norway>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2011. *Remarks by the President in State of Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 25 de janeiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/01/25/remarks-president-state-union-address>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2012. *Remarks by the President in State of the Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 24 de janeiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/01/24/remarks-president-state-union-address>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2013. *Remarks by the President in the State of the Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 12 de fevereiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/02/12/remarks-president-state-union-address>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2014. *President Barack Obama's State of the Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 28 de janeiro. Disponível em

<<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/01/28/president-barack-obamas-state-union-address>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2014. *Statement by the President on ISIL*. [press release] The White House – President Barack Obama, 10 de setembro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/09/10/statement-president-isil-1>> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Obama, B. 2015. *Remarks by the President in State of the Union Address*. [press release] The White House – President Barack Obama, 20 de janeiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/01/20/remarks-president-state-union-address-january-20-2015>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B. 2015. *Statement by the President on the Attack in France*. [press release] The White House – President Barack Obama, 7 de janeiro. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/01/07/statement-president-attack-france>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Obama, B., 2010. Introduction. Em: National Security Council, 2010. *The National Security Strategy*. [pdf] Washington: The White House. Disponível em <<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>> [Consultado a 1 de setembro de 2015].

Obama, B., 2015. Introduction. Em: National Security Council, 2015. *National Security Strategy*. [pdf] Washington: The White House. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf> [Consultado a 1 de setembro de 2015].

Office of the Director of National Intelligence, 1997. *Global Trends 2010*. [online] Disponível em <<http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends/global-trends-2010>> [Consultado a 1 de dezembro de 2014].

Prodi, R. 2001, *Statement by President Prodi on the attacks against the United States* [press release], Comissão Europeia, 12 de setembro. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-01-1265_en.htm?locale=pt> [Consultado a 2 de agosto de 2015]

Prodi, R. 2004. *Declaration by President Prodi on the bomb attacks in Madrid*. [press release] Comissão Europeia, 11 de março. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-04-327_en.htm> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

PSOE, 2004. *Discurso de investidura del candidato a la presidencia del gobierno, José Luis Rodríguez Zapatero*. [pdf] Madrid: Oficina de Prensa Federal. Disponível em: <<http://estaticos.elmundo.es/documentos/2004/04/15/discurso.pdf>> [Consultado a 12 de setembro de 2015].

Rajoy, M. 2013. *Discurso del presidente del Gobierno en el debate sobre el estado de la nación*. [press release] La Moncloa, 20 de fevereiro. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2013/prsp20130220.aspx>> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Rajoy, M. 2014. *Discurso del presidente del Gobierno en el debate sobre el estado de la nación*. [press release] La Moncloa, 25 de fevereiro. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2014/prsp20140225.aspx>> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Rajoy, M. 2015. *Declaraciones del presidente del Gobierno a su llegada al Palacio Episcopal de La Seu d'Urgell*. [press release] La Moncloa, 7 de janeiro. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2015/prot20150108.aspx>> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Rajoy, M. 2015. *Declaraciones del presidente del Gobierno en la Embajada de España en la República Francesa*. [press release] La Moncloa, 11 de janeiro. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2015/prot20150112.aspx>> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Rajoy, M. 2015. *Discurso del presidente del Gobierno en el Debate sobre el estado de la nación*. [press release] La Moncloa, 24 de fevereiro. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2015/prsp20150224.aspx>> [Consultado a 18 de agosto de 2015].

Rajoy, M., 2013. Prefacio. Em: Departamento de Seguridad Nacional, 2013. *Estrategia de Seguridad Nacional*. [pdf] Presidencia del Gobierno. Disponível em

<http://www.lamoncloa.gob.es/documents/seguridad_1406connavegacionfinalaccesiblebpdf.pdf> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2010. *Opening remarks by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the meeting of the North Atlantic Council at the level of Heads of State and Government.* [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_68548.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2010. *Opening statement by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at meeting on Afghanistan with Heads of State and Government.* [online] NATO Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_68723.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2011. *NATO Secretary General strongly condemns Norway violence.* [press release] NATO, 22 de julho. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_76641.htm?selectedLocale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2012. *Opening remarks by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the meeting on Afghanistan in Heads of State and Government Format.* [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_87578.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2012. *Opening remarks by the NATO Secretary General, Anders Fogh Rasmussen at the meeting with partners in Heads of State and Government format.* [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_87842.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2012. *Opening statement by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at meeting of the North Atlantic Council in Heads of State and Government format.* [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_87575.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2012. *The Secretary General's Annual Report 2011*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_83709.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2013. *Secretary General's Annual Report 2012*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_94220.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2014. *Opening remarks by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the meeting on Afghanistan at the level of Heads of State and Government during the NATO Summit held in Newport, Wales*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_112481.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Rasmussen, A. 2014. *Secretary General's Annual Report 2013*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_106247.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Robertson, G. 2001. *Statement by the Secretary General of NATO Lord Robertson*. [press release] NATO Press Releases, 11 de setembro. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2001/p01-121e.htm>> [Consultado a 29 de julho de 2015].

Rompuy, H. 2011. *Herman Van Rompuy, President of the European Council, condemns the bomb blasts in Oslo*. [press release] Conselho Europeu, 22 de julho. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-11-261_en.htm> [Consultado a 15 de agosto de 2015].

Roosevelt, F. 1941. *Franklin D. Roosevelt: Annual Message to Congress on the State of the Union (January 6, 1941)*. [online] The American Presidency Project, 6 de janeiro. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16092>> [Consultado a 20 de junho de 2015].

Sarkozy, N., 2008. Préface. Em: Mallet, J.-C., 2008. *Défense et Sécurité nationale : le livre blanc*. [pdf] Paris: Odile Jacob/La Documentation Française. Disponível em <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/084000341.pdf>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Scheffer, J. 2004. *Statement by the NATO Secretary General, Jaap de Hoop Scheffer, in response to the terrorist attacks in Madrid this morning*. [press release] NATO Press Releases, 11 de março. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-036e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Scheffer, J. 2004. *Statement by the NATO Secretary General*. [press release] NATO Press Releases, 28 de junho. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-106e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Scheffer, J. 2005. *Statement by the Secretary General of NATO*. [press release] NATO Press Releases, 7 de julho. Disponível em <<http://www.nato.int/DOCU/pr/2005/p05-087e.htm>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Scheffer, J. 2009. *Opening remarks by NATO Secretary General Jaap de Hoop Scheffer at the North Atlantic Council meeting at the level of Heads of State and Government*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_52842.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Secretary of State for the Home Department, 2011. *CONTEST: The United Kingdom's Strategy for Countering Terrorism* (Cm 8123). Londres: TSO (The Stationery Office).

Stoltenberg, J. 2015. *Statement by the NATO Secretary General on the terrorist attack in Paris*. [press release] NATO, 7 de janeiro. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/news_116364.htm?selectedLocale=en> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Stoltenberg, J. 2015. *The Secretary General's Annual Report 2014*. [online] NATO. Disponível em <http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_116854.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

The European Agenda on Security, COM(2015) 185, final.

União Europeia, 2008. *Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança*. [pdf] Bruxelas: União Europeia. Disponível em

<http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

União Europeia, 2010. *Estratégia de segurança interna da União Europeia – Rumo a um modelo europeu de segurança*. [pdf] Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/pdf/qc3010313ptc.pdf> [Consultado a 16 de setembro de 2015].

União Europeia, 2015. *EU expresses its solidarity with France after attacks on “Charlie Hebdo”*. [press release] 7 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.eeas.europa.eu/delegations/un_geneva/press_corner/all_news/news/2015/20150107_charlie_en.htm> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2005. *Declaración del Presidente del Gobierno sobre los atentados en Londres*. [press release] La Moncloa, 7 de julho. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2005/p0707050.aspx>> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2005. *Discurso del Presidente del Gobierno en el Debate sobre el Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 11 de maio. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2005/p1105050.aspx>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2006. *Discurso del Presidente del Gobierno en el Debate sobre el Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 30 de maio. Disponível em <http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2006/Rdez_Zapatero-EstadoNacion300506.aspx> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2007. *Discurso del Presidente del Gobierno en el Debate del Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 3 de julho. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2007/prsp20070703.aspx>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2009. *Discurso del Presidente del Gobierno en el Debate sobre el Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 12 de maio. Disponível em

<<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2009/prsp20090512.aspx>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2010. *Discurso del Presidente del Gobierno en el Debate sobre el Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 14 de julho. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2010/prsp20100714.aspx>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2011. *Discurso del presidente del Gobierno en el Debate sobre el Estado de la Nación*. [press release] La Moncloa, 28 de junho. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/intervenciones/Paginas/2011/prsp20110628.aspx>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Zapatero, J. 2011. *Pésame del presidente del Gobierno por las víctimas del atentado terrorista de Oslo*. [press release] La Moncloa, 22 de julho. Disponível em <<http://www.lamoncloa.gob.es/presidente/actividades/Paginas/2011/22072011PesameGobiernoNoruego.aspx>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Imprensa

AFP, 2011. Oslo : “acte odieux” (Sarkozy). *Le Figaro*, [online] 22 de julho. Disponível em <<http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2011/07/22/97001-20110722FILWWW00542-oslo-acte-odieux-sarkozy.php>> [Consultado a 1 de setembro de 2015].

Al Jazeera, 2004. Full transcript of bin Ladin’s speech. *Al Jazeera English*, [online] 2 de novembro. Disponível em <<http://web.archive.org/web/20070613014620/http://english.aljazeera.net/English/archive/archive?ArchiveId=7403>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

Allison, R., 2004. Blair pledges to continue fight against terrorism. *The Guardian*, [online] 12 de março. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2004/mar/12/september11.spain>> [Consultado a 1 de setembro de 2015].

Baker, P., 2014. New Military Campaign Extends a Legacy of War. *New York Times*, [online] 10 de setembro. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2014/09/11/world/middleeast/extending-a-legacy-of-war.html>> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

BBC, 2001. Blair's statement in full. *BBC News*, [online] 11 de setembro. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/1538551.stm> [Consultado a 28 de julho de 2015].

BBC, 2001. Transcript: Bin Laden video excerpts. *BBC News*, [online] 27 de dezembro. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/1729882.stm> [Consultado a 15 de maio de 2015]

BBC, 2004. Full text: 'Al-Qaeda' Madrid claim. *BBC News*, [online] 14 de março. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3509556.stm>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

BBC, 2005. In full: Blair on bomb blasts. *BBC News*. [online] 7 de julho. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4659953.stm> [Consultado a 13 de agosto de 2015].

BBC, 2005. London bomber: Text in full. *BBC News*, [online] 1 de setembro Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4206800.stm> [Consultado a 13 de agosto de 2015]

BBC, 2011. Norway suspect Anders Behring Breivik 'admits attacks'. *BBC News*, [online] 24 de julho. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-europe-14265094>> [Consultado a 13 de setembro de 2015].

BBC, 2015. The War on Afghanistan. *BBC History*, [online]. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/history/the_war_in_afghanistan> [Consultado a 12 de setembro de 2015].

Burkeman, O., 2009. Obama administration says goodbye to 'war on terror'. *The Guardian*, [online] 25 de março. Disponível em

<<http://www.theguardian.com/world/2009/mar/25/obama-war-terror-overseas-contingency-operations>> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Cauchon, D. e Moore, M., 2002. Desperation forced a horrific decision. *USA Today*, [online] 9 de fevereiro. Disponível em <http://usatoday30.usatoday.com/news/sept11/2002-09-02-jumper_x.htm> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

CBC News, 2004. Bin Laden claims responsibility for 9/11. *CBC News*, [online] 29 de outubro. Disponível em <<http://www.cbc.ca/news/world/bin-laden-claims-responsibility-for-9-11-1.513654>> [Consultado a 15 de maio de 2015]

CNN.com, 2001. Transcript of Osama Bin Laden videotape. *CNN*, [online] 13 de dezembro. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20071224020255/http://archives.cnn.com/2001/US/12/13/tape.transcript/>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

CQ Transcriptions, 2009. President Obama's Address to Congress. *The New York Times*, [online] 24 de fevereiro. Disponível em <http://www.nytimes.com/2009/02/24/us/politics/24obama-text.html?pagewanted=all&_r=0> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Cruickshank, P., Lister, T. e Weiss, M., 2015. Who might lead ISIS if al-Baghdadi dies? *CNN*, [online] última atualização a 3 de julho. Disponível em <<http://edition.cnn.com/2015/05/11/middleeast/isis-leadership/>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

Cué, C. E., 2012. Rajoy rechaza celebrar el debate del estado de la nación este año. *El País*, [online] 20 de junho. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2012/06/20/actualidad/1340208784_282831.html> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

El País, 2001. Aznar: "Ha sido un ataque contra todos nosotros". *El País*, [online] 12 de setembro. Disponível em <http://internacional.elpais.com/internacional/2001/09/12/actualidad/1000245603_850215.html> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Europa Press, 2004. Declaración íntegra de Aznar. *El Mundo*, [online] 11 de março. Disponível em <http://www.elmundo.es/elmundo/2004/03/11/espana/1079016264.html> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Evans, Z., 2014. ISIL Poses ‘No Credible’ Threat, But Obama Plots 3-Year War Campaign. *Reason.com*, [online] 8 de setembro. Disponível em <http://reason.com/blog/2014/09/08/isil-poses-no-credible-threat-but-obama> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Fortunato, V., Cloris, J., Lombart, G., Zambaux, G. e Djamshidi, A., 2015. Lutte contre les inégalités : Valls appelle à une «mobilisation sans précédent». *Le Parisien*, [online] 22 de janeiro. Disponível em <http://www.leparisien.fr/faits-divers/terrorisme-la-coalition-contre-le-groupe-ei-se-reunit-a-londres-22-01-2015-4468643.php> [Consultado a 10 de setembro de 2015].

Harris, S., 2010. *How America Became a Surveillance State*. Entrevistado por Alexandra Silver. *TIME*, [online] 18 de março. Disponível em <http://content.time.com/time/nation/article/0,8599,1973131,00.html> [Consultado a 2 de maio de 2015].

International New York Times, 2015. Middle East, A Visual Guide to the rise of the Islamic State. *The New York Times*, [online] última atualização a 27 de julho de 2015. Disponível em <http://www.nytimes.com/interactive/2014/06/12/world/middleeast/the-iraq-isis-conflict-in-maps-photos-and-video.html> [Consultado a 10 de outubro de 2014].

Lander, M., 2014. Obama, in Speech on ISIS, Promises Sustained Effort to Rout Militants. *New York Times*, [online] 10 de setembro. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/09/11/world/middleeast/obama-speech-isis.html> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Liptak, K., 2014. Like predecessors, Obama drawn back into Iraq. *CNN*, [online] 12 de setembro. Disponível em <http://edition.cnn.com/2014/09/12/politics/obama-drawn-back-into-iraq/> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

NBC NEWS, 2015. Charlie Hebdo Shootings: World Responds to Terror Attack. *NBC NEWS*, [online] 7 de janeiro. Disponível em <<http://www.nbcnews.com/storyline/paris-magazine-attack/charlie-hebdo-shootings-world-responds-terror-attack-n281436>> [Consultado a 23 de agosto de 2015].

Schmitt, E., Gordon, M. R. E Cooper, H., 2014. Destroying ISIS May Take Years, U.S. Officials Say. *The New York Times*, [online] 7 de setembro. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/09/08/world/middleeast/destroying-isis-may-take-3-years-white-house-says.html?partner=rss&emc=rss&_r=0> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Sheperd, J., 2007. The rise and rise of terrorism studies. *The Guardian*, [online] 3 de julho. Disponível em <<http://www.theguardian.com/education/2007/jul/03/highereducation.research>> [Consultado a 3 de fevereiro de 2015].

Siddique, H., 2010. Government accused of ‘abuse of power’ after cancelling 2011 Queen’s Speech. *The Guardian*, [online] 13 de setembro. Disponível em <<http://www.theguardian.com/politics/2010/sep/13/government-cancels-2011-queens-speech>> [Consultado a 11 de agosto de 2015].

Simon, F., 2015. From 9/11 to Charlie Hebdo: The EU’s response to terrorism. *Euractiv.com*, [online] 14 de janeiro. Disponível em <<http://www.euractiv.com/sections/eu-priorities-2020/911-charlie-hebdo-eus-response-terrorism-311264>> [Consultado a 9 de maio de 2015].

Spiegel Online International, 2015. Draft for a Secret Service Structure for Islamic State. *Der Spiegel*, [online] 18 de abril. Disponível em <<http://www.spiegel.de/international/world/bild-1029274-837574.html>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

The Washington Times, 2003. Bill Clinton’s failure on terrorism. *The Washington Times*, [online] 1 de setembro. Disponível em <<http://www.washingtontimes.com/news/2003/sep/1/20030901-102359-9067r/?page=all>> [Consultado a 2 de maio de 2015].

Urban, T., 2014. From Muhammad to ISIS: Iraq's Full Story. *Wait But Why*, [blog] setembro. Disponível em <<http://waitbutwhy.com/2014/09/muhammad-isis-iraqs-full-story.html>> [Consultado a 10 de outubro de 2014].

Washington Post, 2000. 2000 State of the Union Address. *Washington Post*, [online] Disponível em <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/states/docs/sou00.htm>> [Consultado a 15 de Junho de 2015].

Whitaker, B., 2001. The definition of terrorism. *The Guardian*, [online] 7 de maio. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2001/may/07/terrorism>> [Consultado a 30 de abril de 2015].

Zalman, A., s.d. ABOUT News, s.d. History of Terrorism. *ABOUT News*, [online] Disponível em <<http://terrorism.about.com/od/originshistory/p/1968Hijacking.htm>> [Consultado a 30 de abril de 2015].

Literatura crítica

Adler, E., 2008. The spread of security communities: communities of practice, self-restraint, and NATO's Post Cold War Transformations. *European Journal of International Relations*, [online] Vol. 14 (2), 195-230. Disponível em: website da SAGE Publications <<http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/2/195>> [Consultado a 15 de setembro de 2014].

Alvarez, J. E., 2006. Re-thinking (in)security discourses from a critical perspective. **asteriskos – Revista de Estudos Internacionais e da Paz*, [pdf] Disponível em <http://echavarria.wissweb.at/fileadmin/echavarria/Rethinking_insecurity_Asteriskos_01.pdf> [Consultado a 27 de novembro de 2014].

Bellamy, A., 2004. *Security communities and their neighbours: regional fortresses or global integrators?* Nova Iorque: Palgrave Mcmillan.

Bosson, R., 2013. *The evolution of EU Counter-Terrorism: European security after 9/11*. [e-book] Routledge. Disponível em Google Books <<http://booksgoogle.pt/>>

Bunyan, T., 1993. Trevi, Europol and the European state. [pdf] Statewatching the new Europe. Disponível <<http://www.statewatch.org/news/handbook-trevi.pdf>>

Buzan, B., Wæver, O. e Wilde, J., 1998. *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Buzan, B., Wæver, O., 2006. *Regions and Powers: the Structure of International Security*. Cambridge : Cambridge University Press.

Buzan, B., Wæver, O., WILDE, J. de, 2009. *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. 2ª Edição. Colchester, UK : ECPR.

Chilton, P. A. e Schäffner, C., 2002. *Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse*. [e-book] John Benjamins Publishing Company. Disponível em Google Books <<https://booksgoogle.pt/>> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

Croft, S., 2006. Culture, Crisis and America's War on Terror. *Canadian Journal of Sociology*, [pdf] Disponível em <<http://www.cjsonline.ca/pdf/waronterror.pdf>> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

da Silva, M. e Robalo, M. ed., 2005. *Terrorismo e Guerrilha – Das Origens à Al-Qaeda*. Lisboa: Edições Sílabo.

Diskaya, A., 2013. *Towards a Critical Securitization Theory: The Copenhagen and Aberystwyth Schools of Security Studies*. [online] E-International Relations. Disponível em <<http://www.e-ir.info/2013/02/01/towards-a-critical-securitization-theory-the-copenhagen-and-aberystwyth-schools-of-security-studies/>> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

Eco, H., 2007. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Traduzido do Italiano por A. F. Ramos e L. Leitão. Lisboa: Editorial Presença.

Escorrega, Major L. C. F, 2009. A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, [online] Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=499> [Consultado a 20 de setembro de 2014]

Esteves, J. P., 2011. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Evans, G., 2006. Respondendo ao terrorismo: uma abordagem global. Em: Valente, G. ed., 2006. *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Gradiva Publicações, L.^{da}

Fairclough, N., 1996. *Language and Power*. 10^o Edição. Essex: Longman.

Fairclough, N., 2001. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. Em: Wodak, R., e Meyer, M. eds., 2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE Publications.

Griffiths, M. e O'Callaghan, T., 2002. *International Relations: The Key Concepts*. [pdf] London: Routledge. Disponível em <<http://csspoint.yolasite.com/resources/International%20relations%20-%20key%20concepts.pdf>> [Consultado a 3 de março de 2015]

Habermas, J., Borradori, G. e J., Derrida, J., 2004. Terrorism and the Legacy of the Enlightenment em: *Philosophy in a Time of Terror: Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*. [e-book] University of Chicago Press. Disponível em Google Books <<https://booksgoogle.pt/>> [Consultado a 15 de maio de 2015].

Hirschmann, K., 2000. Changing face of terrorism. *Internationale Politik und Gesellschaft*, [pdf] Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2000-3/arhirschmann.pdf>> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

Hobsbawm, E., 2008. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Traduzido do Inglês por M. Romeira. Lisboa: Editorial Presença.

Hoffman, B., 2008. *Inside Terrorism*. Columbia University Press.

Howarth, D. e Stavrafakis, Y., 2000. Introducing Discourse Theory and Political Analysis Em: Howarth, D., Norval, A. e Stavrafakis, Y. eds., 2000. *Discourse Theory and Political Analysis*. Manchester: Manchester University Press. Capítulo 1.

Jackson, R., 2007. Constructing Enemies: 'Islamic Terrorism' in Political and Academic Discourse. *Government and Opposition*, [e-journal] 42 (3), pp. 394–426. Só abstract. Disponível no website da Wiley Online Library <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1477-7053.2007.00229.x/full>>

[Consultado a 18 de dezembro de 2014].

Jackson, R., Smyth, M. B. e Gunning, J., eds., 2009. *Critical Terrorism Studies*. Oxfordshire e Nova Iorque: Routledge.

Karagöz, M., 2012. *September 11: A New Type of Terrorism*. [pdf] SAM Center for Strategic Research. Disponível em <<http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/02/MuratKaragoz.pdf>> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

Karampampas, S., 2009. *The Role of Discourse in the Social Construction of Security and Terrorism: Deconstructing the "War on Terror"*. MA. University of Bradford. Disponível em <http://www.academia.edu/2536216/Karampampas_S._2009_The_Role_of_Discourse_in_the_Social_Construction_of_Security_and_Terrorism_Deconstructing_the_War_on_terror_> [Consultado a 27 de novembro de 2014].

Khosrokar, F., 2006. O Terrorismo na Europa. Em: Valente, G. ed., 2006. *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Gradiva Publicações, L.^{da}

Knudsen, O. F., 2001. Post Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization. *Security Dialogue*, [online] Vol. 32 (3) 355-368. Disponível em: website da SAGE Publications <<http://sdi.sagepub.com/content/32/3/355>> [Consultado a 10 de Setembro de 2015].

Laqueur, W., 2002. *Il Nuovo Terrorismo: Fanatismo e armi di distruzione di massa*. Traduzido do Inglês por S. Mancini. Milão: Casa Editrice Corbaccio s.r.l.

McDonald, M., 2008. Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, [online] 14 (4), pp. 563-587. Disponível em: portal da SAGE Journals <<http://ejt.sagepub.com/content/14/4/563>> [Consultado a 15 de setembro de 2014]

Nacos, B., 2006. O Terrorismo e os media na era da comunicação global. Em: Valente, G. ed., 2006. *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Gradiva Publicações, L.^{da}

Pinto, A. S., 2015. O autoproclamado Estado Islâmico e as dinâmicas regionais no Médio Oriente. Em: Courier Internacional. *Ciclo de Conferências 10 anos Courier Internacional*. Universidade de Évora, 23 de abril. Paço de Arcos: Impresa Publishing.

Pinto, L. V., Cardoso, M. F. V., Teixeira, N. S., Ramos, A. F., Yastrebov, V., Kahati, Y., Cervera, R. C., San Pedro, J. G., Pereira, R. C., Sanches, D. V., Easter, P., Kinney, F., Correia, J. A., Mathias, L., Amado da Silva, J. M., Loureiro, M. D., dos Santos, J. A. L., Pires, M. L., de Brito, J. A. e Monteiro, A. P., 2009. *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e de Resposta*. Lousã: IESM.

Price, B., Milton, D. e al-‘Ubaydi, M., 2014. The Islamic State in Iraq and the Levant: More than Just a June Surprise. *CTC Sentinel*. [online] Disponível em <<https://www.ctc.usma.edu/posts/the-islamic-state-in-iraq-and-the-levant-more-than-just-a-june-surprise>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Roe, P., 2004. Securitization and Minority Rights: Conditions of Desecuritization. *Security Dialogue* [online] Vol. 35 (3), 279-294. Disponível em: website da SAGE Publications < <http://sdi.sagepub.com/content/35/3/279.abstract>> [Consultado a 10 de Setembro de 2015].

Saul, B., 2005. Definition of “Terrorism” in the UN Security Council: 1985–2004. *Chinese Journal of International Law*, [online] Disponível em <<http://chinesejil.oxfordjournals.org/content/4/1/141.full>> [Consultado a 30 de abril de 2015].

Schiffrin, D., Tannen, D. e Hamilton H. eds., 2001. *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell Publishers.

Sibony, D., 2006. A Maquinação terrorista. Em: Valente, G. ed., 2006. *Terrorismo e Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Gradiva Publicações, L.^{da}

Silke, A., 2008. *Terrorism Informatics*. [e-book] Springer. Disponível em Google Books <<https://books.google.pt/>> [Consultado a 18 de Junho de 2015].

Spencer, A., 2006. Questioning the concept of 'New Terrorism'. *Peace, Conflict & Development*, [online] Disponível em <<http://www.bradford.ac.uk/ssis/peace-conflict-and-development/issue-8/Questioning-the-Concept.pdf>> [Consultado a 17 de setembro de 2014].

St John, R. B., 2002. *Libya and the United States: two centuries of strife*. [e-book] Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press. Disponível em Google Docs <https://books.google.pt/books?id=keKMDgLpaf0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> [Consultado a 2 de maio de 2015].

Teixeira Fernandes, J. P. de S. C., 2002. *A Segurança da Europa Ocidental: Uma arquitetura euro-atlântica multidimensional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tomé, L., 2006. Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) – progressos e dilemas. *Mama Sume, Revista da Associação de Comandos*, [pdf] Disponível em <http://europasia.net/docs/12.PESD_Progressos_Dilemas.pdf> [Consultado a 28 de abril de 2015].

Tsui, C.-K., 2012. *The Myth of George W. Bush's Foreign Policy Revolution*. [online] E-International Relations. Disponível em <<http://www.e-ir.info/2012/12/02/the-myth-of-george-w-bushs-foreign-policy-revolution-reagan-clinton-and-the-continuity-of-the-war-on-terror/>> [Consultado a 1 de maio de 2015].

Tucker, D., 2001. What's New About the New Terrorism and How Dangerous Is It?. *Terrorism and Political Violence* 13, [pdf] Disponível em <<http://www.nps.edu/academics/centers/ctiw/files/The%20New%20Terrorism.pdf>> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

Tuman, J. S., 2010. The Struggle to Define Terrorism em *Communicating Terror: The rhetorical dimensions of terrorism*. [pdf] Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. Disponível no portal da SAGE Publications <http://www.sagepub.com/upm-data/30773_1.pdf> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

Tuschi, R. H. ed. e Waheed, S. H., 2009. *When is Terrorism really Terrorism?*. [pdf] European University Center for Peace Studies. Disponível em <http://epu.ac.at/fileadmin/downloads/research/rp_0209.pdf> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

van Dijk, T. A., 1997. *What is Political Discourse Analysis?*. Universiteit van Amsterdam.

van Dijk, T. A., 2001. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. Em: Wodak, R., e Meyer, M. eds., 2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE Publications.

Wenger, E., 2004. *Communities of practice*. [e-book] Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: Google Books <<https://books.google.pt/>> [Consultado a 23 de janeiro de 2015].

Wodak, R., e Meyer, M. eds., 2001. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: SAGE Publications.

Outras fontes

Conselho da Europa, s.d. *CODEXTER Action against terrorism*. [online] Disponível em <http://www.coe.int/t/dlapil/codexter/default_EN.asp> [Consultado a 25 de janeiro de 2015].

EUR-Lex, s.d. *Justiça, liberdade e segurança*. [online] Disponível em <http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/index_pt.htm> [Consultado a 28 de abril de 2015].

FBI, s.d. *Most Wanted Terrorists*. [online] Disponível em <http://www.fbi.gov/wanted/wanted_terrorists> [Consultado a 9 de maio de 2015].

FBI, U.S. Department of Justice, s.d. *Terrorism 2002-2005*. [online] Disponível em <https://www.fbi.gov/stats-services/publications/terrorism-2002-2005/terror02_05> [Consultado a 8 de maio de 2015].

Fidanci, S., 2006. Definition of ‘Terrorism’ in International Law. *Turkish Weekly*, [online] 5 de fevereiro. Disponível em <<http://www.turkishweekly.net/article/103/definition-of-terrorism-in-international-law.html>> [Consultado a 30 de abril de 2015].

Fletcher, H., 2008. *Egyptian Islamic Jihad*. [online] Disponível em <<http://www.cfr.org/egypt/egyptian-islamic-jihad/p16376>> [Consultado a 12 de setembro de 2015].

Government Printing Office, 2000. *Public Papers of the Presidents of the United States, William J. Clinton, 1998, Book II – July 1 to December 31, 1998*. [e-book] Washington: United States Government Printing Office. Disponível em Google Books <<https://booksgoogle.pt/>> [Consultado a 2 de maio de 2015].

Harper, D., 2015. *Online Etymology Dictionary*, “terrorism”. [online] Disponível em <<http://dictionary.reference.com/browse/terrorism>> [Consultado a 7 de fevereiro de 2015].

Human Rights Voices, 201-. *UN 101 – There is no UN definition of terrorism*. [online] Disponível em <http://www.humanrightsvoices.org/EYEontheUN/un_101/facts/?p=61> [Consultado a 30 de abril de 2015].

Institute for the Study of War, s.d. *Iraq updates*. [online] Disponível em <<http://understandingwar.org/iraq-blog>> [Consultado a 10 de outubro de 2014].

National Counterterrorism Center, s.d. *Al-Qa’ida*. [online] Disponível em <http://www.nctc.gov/site/groups/al_qaida.html> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Nuclear Threat Initiative, s.d. *North Atlantic Treaty Organization (NATO)*. [online] Disponível em <<http://www.nti.org/treaties-and-regimes/north-atlantic-treaty-organization-nato/>> [Consultado a 27 de abril de 2015].

Office of the Director of National Intelligence, 2005. *Letter from al-Zawahiri to al-Zarqawi*. [online] Disponível em <<http://fas.org/irp/news/2005/10/dni101105.html>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Office of the Director of National Intelligence, s.d. *National Intelligence Council – Global Trends*. [online] Disponível em <<http://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends>> [Consultado a 1 de dezembro de 2014].

Oxford Bibliographies, 2012. *Securitization – International Relations*. [online] Disponível em <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0091.xml>> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

Security & Counter Terror Expo, 2015. *CONTEST Strategy*. [online] Disponível em <http://www.counterterrorexp.com/Content/CONTEST-Strategy/3_17/> [Consultado a 20 de agosto de 2015].

Stratfor Global Intelligence Media Center, 2014. *The Evolution of the Islamic State in Iraq and the Levant*. [vídeo online] Disponível em <<https://www.stratfor.com/video/evolution-islamic-state-iraq-and-levant>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

Terrorism Research, s.d. *What is Terrorism?*. [online] Disponível em <<http://www.terrorism-research.com/>> [Consultado a 8 de maio de 2015].

The Islamic Supreme Council of America, s.d. *Understanding Islamic Law*. [online] Disponível em <<http://www.islamicsupremecouncil.org/understanding-islam/legal-rulings/52-understanding-islamic-law.html>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

The Islamic Supreme Council of America, s.d. *What is a Fatwa?*. [online] Disponível em <<http://www.islamicsupremecouncil.org/understanding-islam/legal-rulings/44-what-is-a-fatwa.html>> [Consultado a 5 de dezembro de 2014].

U.S. Department of State, 2015. *Foreign Terrorist Organizations*. [online] Disponível em <<http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>> [Consultado a 25 de janeiro de 2015].

U.S. Department of State, s.d. *Who We Are*. [online] Disponível em <<http://www.state.gov/j/ct/about/>> [Consultado a 30 de abril de 2015].

United Nations Development Programme, 1994. *Human Development Report 1994*. [pdf] Oxford University Press. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf> [Consultado a 3 de março de 2015].

United States Institute of Peace, 2001. *Teaching Guide on International Terrorism: Definitions, Causes and Responses*. [pdf] Washington: United States Institute of Peace Education Program. Disponível em <<http://www.usip.org/sites/default/files/terrorism.pdf>> [Consultado a 4 de novembro de 2014].

Wählisch, M., 2010. *EU Terrorist Listing*. [pdf] Berlim: Berghof Foundation for Peace Support. Disponível em <http://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Other_Resources/RLM_EU_Terrorist_Listing.pdf> [Consultado a 25 de janeiro de 2015].

World Islamic Front, 1998. *Jihad Against Jews and Crusaders*. [online] Disponível em <<http://fas.org/irp/world/para/docs/980223-fatwa.htm>> [Consultado a 19 de janeiro de 2015].

Portais

Conselho da UE e Conselho Europeu. <www.consilium.europa.eu/pt/home>

National Counterterrorism Center. <www.nctc.gov/site/index.html>

Organização das Nações Unidas. <www.un.org>

Organização do Tratado do Atlântico Norte. <www.nato.int>

U.S. Department of Defense. <www.defense.gov>

União Europeia. <http://europa.eu.indez_pt.htm>

World Economic Forum. <www.weforum.org>